HISTÓRIA DO PARANÁ
(séculos XIX e XX)

Angelo Priori
Luciana Regina Pomari
Silvia Maria Amâncio
Veronica Karina Ipólito

HISTÓRIA DO PARANÁ
(séculos XIX e XX)

Maringá
2012

Revisão textual e gramatical: Maria Dolores Machado
Normalização textual e de referência: Marinalva Aparecida Spolon (CRB 9-1094)
Projeto gráfico/diagramação: Marcos Kazuyoshi Sassaka
Capa - arte final: Luciano Wilian da Silva
Ficha catalográfica: Edilson Damasio (CRB 9-1123)
Fonte: Garamond, Futura Lt BT
Tiragem - versão impressa: 500 exemplares

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Eduem - UEM, Maringá – PR., Brasil)

H673 História do Paraná : séculos XIX e XX / Angelo Priori...[et al.]. -- Maringá : Eduem, 2012.
234 p. : il., fotos, mapas, tabs. (algumas color.).

Os autores Angelo Priori, Luciana Regina Pomari, Silvia Maria Amâncio e Veronica Karina Ipólito participam do Grupo de Pesquisa Sobre o Brasil Contemporâneo e do Laboratório de Pesquisa em História Política e Movimentos Sociais-LAPPOM da Universidade Estadual de Maringá.
ISBN 978-85-7628-444-4

1. Paraná – História. 2. História regional. 3. História política. 4. Movimentos sociais. I. Priori, Angelo. II. Pomari, Luciana Regina. III. Amâncio, Silvia Maria. IV. Ipólito, Veronica Karina. V. Título.

CDD 21.ed. 981.62

Editora filiada à

Eduem - Editora da Universidade Estadual de Maringá
Av. Colombo, 5790 - Bloco 40 - Campus Universitário
87020-900 - Maringá-Paraná - Fone: (0xx44) 3011-4103 - Fax: (0xx44) 3011-1392
www.eduem.uem.br - eduem@uem.br

Agradecimentos

Este livro recebeu apoio da **Fundação Araucária**. Queremos agradecer à agência de fomento do Paraná, bem como aos pareceristas anônimos da Fundação e da Eduem, que fizeram a avaliação do manuscrito, fundamentais para o sucesso desta publicação.

Um agradecimento especial a todos os professores de História das escolas afetas ao Núcleo Regional de Educação da cidade de Ivaiporã (órgão da Secretaria Estadual de Educação do Paraná), que foram os interlocutores privilegiados da discussão dos temas analisados neste livro.

Por fim, nossos agradecimentos ao bolsista do Laboratório de Política e Movimentos Sociais da UEM, Roberto Carlos Klauck, e à Professora Isabel Silva, do Núcleo Regional de Educação de Ivaiporã/PR, pelo apoio logístico durante a realização do projeto.

Sumário

Apresentação

No Estado do Paraná, o ensino de História tem sido objeto de profícuas e inéditas experiências, sobretudo a partir do início dos anos 2000, quando o agente público formulou uma agenda positiva que visava ao processo de construção das novas diretrizes curriculares, de elaboração de material didático e de formação continuada de professores e alunos. Esse processo de democratização está fortemente aliado à participação dos professores do quadro próprio do magistério nas ações de elaboração das políticas públicas de ensino, bem como com a integração do ensino superior público.

No que tange especificamente à construção das Diretrizes Curriculares de História, a Secretaria de Estado da Educação abriu espaço para a participação dos professores das escolas e das universidades na elaboração desse processo. Com isso, organizou-se um projeto de formação continuada para os professores da disciplina, articulado com a construção das Diretrizes Curriculares e com a definição de orientações comuns ao ensino de História para a Rede Pública Estadual (PARANÁ, 2006, p. 21).

Levou-se em consideração, nesse processo, não a discussão de conteúdos que visassem à aquisição de 'competências e habilidades' para preparar o indivíduo para o mercado do trabalho, cada vez mais dependente da tecnologia, mas sim, e, sobretudo, a organização de conteúdos que refletissem a realidade política, socioeconômica e cultural da sociedade brasileira, as experiências produzidas pelos diversos agentes sociais e que contemplassem, também, as novas demandas dos movimentos sociais organizados.

Com isso, ao se elaborar as novas Diretrizes Curriculares do ensino de História, consideraram-se alguns aspectos importantes, como

o cumprimento da Lei No. 13.381/01, que tornava obrigatório, no ensino fundamental e no médio da rede pública estadual, os conteúdos de História do Paraná; e o cumprimento da Lei nº 10.639/03, que definiu a obrigatoriedade nos currículos da temática da cultura afro-brasileira e o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

É com base nesses princípios que fizemos o presente livro. Estamos partindo do pressuposto de que

> a história tem como objeto de estudo os processos históricos relativos às ações e às relações humanas praticadas no tempo, bem como a respectiva significação atribuída pelos sujeitos, tendo ou não consciência dessas ações. As relações humanas produzidas por essas ações podem ser definidas como estruturas sócio-históricas, ou seja, são as formas de agir, de pensar ou de raciocinar, de representar, de imaginar, de instituir, portanto, de se relacionar social, cultural e politicamente (PARANÁ, 2006, p. 22).

Portanto, são as relações humanas que determinam os limites e as possibilidades das ações dos sujeitos sociais. Nesse sentido, ao se pensar a História e ao se produzir o conhecimento histórico, os historiadores e os professores de História precisam considerar que não estão tratando de temas e processos "abstratos e desmaterializados" (RUDÉ, 1991, p. 7), mas de ações concretas e sentimentos construídos no cotidiano, por pessoas de carne e osso, o que E. P. Thompson denominou de "experiência" (1981, p. 185). São as experiências de homens e mulheres, geralmente cotidianas e comuns, traduzidas em valores, comportamentos, condutas, costumes e culturas que fazem a história das pessoas (PRIORI, 1994, p. 184).

No entanto, produzir esse tipo de conhecimento histórico requer um método específico, que explique e interprete os fatos e acontecimentos passados, mas que valorize a luta e a transformação social. Assim, a História dever ser construída

> a partir de documentos e da experiência do historiador [acrescentamos aqui: a experiência do professor], a

> problematização produz uma narrativa histórica que tem como desafio contemplar a diversidade das experiências sociais, culturais e políticas dos sujeitos e suas relações (PARANÁ, 2006, p. 22).

Analisar a diversidade dessas experiências sociais, culturais e políticas, a partir de uma postura crítica e interpretativa, é uma maneira de contribuir para que o ensino de História possa formar uma consciência crítica. A experiência do passado, quando submetida a uma metodologia histórica adequada, faz com que os leitores possam ampliar a compreensão do fato histórico.

O objetivo principal deste livro não é mostrar uma história tradicional, mas contribuir para o entendimento da história do Paraná, sempre levando em consideração as experiências sociais, econômicas, políticas e culturais do nosso povo, no tempo e no espaço.

Portanto, o livro não abarca todos os temas fundamentais da história do Paraná. Para isso seria necessária uma coleção. O livro parte de um perfil bem definido: a história vista a partir dos seus movimentos sociais, políticos e econômicos. Daí a ênfase nos mais importantes movimentos sociais e políticos que marcaram os séculos XIX e XX.

É evidente que a definição do espaço e do tempo é uma escolha do historiador, a partir de suas experiências e de sua cultura histórica (PRIORI, 1994). Mas também temos que enfatizar que o conceito de tempo é construído historicamente: "a concepção de tempo em uma sociedade se articula à consciência histórica de seus sujeitos" (PARANÁ, 2006, p. 43).

Nesse sentido, para o objetivo deste livro, consideramos que as pesquisas sobre as ações e as relações humanas do passado são problematizadas a partir do presente. Não podemos de deixar de refletir que o século XX teve grande impacto sobre os homens (duas guerras mundiais, revoluções sociais, avanços tecnológicos fantásticos, holocaustos, imigrações em massa, concentração excludente de renda e urbanização

descontrolada), o que motivou a sua vontade de 'reagir', ou seja, de tentar explicar o presente (CHAVEAU; TÉTART, 1999).

Aliás, é disso que se trata. Estudar o passado para explicar o presente. Compreender que os acontecimentos históricos são definidores da nossa própria história. Nesse sentido, valorizar a relação dialética entre as permanências e as mudanças, entre as continuidades e as rupturas é fundamental para a compreensão do processo histórico.

O mesmo podemos falar do Espaço. Estudar e escrever sobre a história do Paraná é uma escolha do historiador. Evidentemente, aqui, estimulado por uma necessidade da própria Diretriz Curricular de História, que evoca a importância de colocar em prática a Lei No. 13.381/2001. Estudar o Local e o Regional não significa perder de vista o contexto mais amplo, universal (PRIORI, 1994). Estipular uma relação entre o local e o universal é um problema de escala, como bem lembrou Giovanni Levi. Estudar o local significa perceber as fissuras que existem nas estruturas sócio-históricas e que geralmente elas são capazes de apontar caminhos nas transformações estruturais que ocorrem durante a constituição do processo histórico (LEVI, 2000).

Portanto, sendo

> natural, rural ou urbano, o ambiente – as paisagens, os territórios, os caminhos, as conquistas territoriais, as migrações, etc. – faz parte do conhecimento histórico, bem como da memória coletiva de uma sociedade. Nessa perspectiva, *espaço e tempo* constituem categorias de análise que permitem delimitar os marcos históricos necessários ao estudo do tema (PARANÁ, 2006, p. 45).

Este livro foi pensado durante a aplicação dos projetos de pesquisa e extensão, coordenados pela Profa. Dra. Luciana Regina Pomari (Unespar/Fafipa) e pelo Prof. Dr. Angelo Priori (UEM), vinculados ao Programa 'Universidade Sem Fonteiras', financiados pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Estado do Paraná, entre os anos

2008-2010. Os projetos foram desenvolvidos com a participação efetiva de aproximadamente 100 professores das escolas estaduais do Núcleo Regional de Educação da cidade de Ivaiporã/PR. Sem eles, com certeza, os resultados aqui publicados não viriam à luz!

Esta é uma obra coletiva dos autores que assinam o livro. No entanto, para a redação do capítulo 15, foi solicitado o apoio do Prof. Leandro Brunelo, especialista do assunto daquele capítulo.

Esperamos que, com esta iniciativa, estejamos contribuindo com o conhecimento de uma parte sensível da história do Paraná. Boa leitura a todos!

Referências

CHAVEAU, A.; TÉTARD, P. (Org.). *Questões para a história do presente*. Bauru: Edusc, 1999.

LEVI, G. *A herança imaterial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. *Diretrizes curriculares de história para a educação básica*. Curitiba: SEED, 2006.

PRIORI, A. História regional e local: métodos e fontes. *Pós-História*, Assis, v. 2, p. 181-187, 1994.

RUDÉ, G. *A multidão na história*. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

Maringá/Pr, verão de 2012.
Os autores.

1

A Emancipação Política do Paraná

O que é emancipação? Em linhas gerais, esse conceito refere-se à liberdade ou independência alcançada em relação ao domínio de outro. Para esclarecer essa definição, podemos utilizar dois exemplos: em 1822 o Brasil 'emancipou-se' de Portugal e em 1888 os escravos brasileiros foram 'emancipados'. Em ambos os casos, o conceito de emancipação designa a liberdade em relação a uma tutela exercida há tempos. Se o conceito de emancipação está intimamente ligado à conquista de autonomia, por que estudar a emancipação política do Paraná? Este território nem sempre foi autônomo? Na realidade, até 1853, não existia o Paraná. O território que hoje conhecemos como paranaense pertencia a São Paulo. Que tal conhecer essa parte da história do Estado?

No final do século XVI e início do XVII as buscas por metais preciosos tiveram êxito na Baía de Paranaguá. Por ter sido a primeira região do Brasil a apresentar sinais de ouro, o território passou a receber povoadores, especialmente paulistas. A produção aurífera foi responsável, portanto, em 1660, pela transformação de Paranaguá em Capitania. Nesse mesmo contexto houve a fundação de Curitiba.

No entanto, a descoberta e ouro na região Centro-oeste do Brasil desviou os olhos da Coroa Portuguesa do território paranaense. Assim,

em 1710, conforme Severino (2009, p. 20), foi fundada a Capitania Geral de São Paulo, que abrangia os territórios das capitanias de Paranaguá, São Vicente, Santo Amaro, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e se estendia para o Sul da colônia. Nesse momento, portanto, o território paranaense passou a estar sob tutela paulista, com a denominação de 5ª Comarca de São Paulo, com sede em Paranaguá.

Durante a primeira metade do século XVIII o território da capitania paulista sofreu desmembramentos: Minas Gerais, Goiás, Santa Catarina, Rio Grande de São Pedro (atual Rio Grande do Sul) e Mato Grosso emanciparam-se. Em 1748, a própria Capitania de São Paulo perdeu sua autonomia, ficando subordinada à comarca do Rio de Janeiro. Em 1763, porém, o Rio de Janeiro tornou-se capital do Brasil. Com isso, houve uma nova re-estruturação política e São Paulo voltou a ser uma capitania autônoma em 1765, possuindo como territórios os atuais Estados paulista e paranaense (SEVERINO, 2009, p. 20).

Enquanto o território paranaense era Comarca de São Paulo, não havia uma estrutura competente para as exigências administrativas da região. A segurança era péssima, não havia escolas, nem professores suficientes para a população. A justiça era mal aplicada e lenta. Os serviços públicos eram precários. Verbas eram desviadas e, além disso, a Comarca sofria com pesados tributos pagos tanto para o Império, quanto para a província de São Paulo.

Essa conjuntura gerava grande insatisfação. Assim, parte da população da Comarca começou lutar por sua liberdade político-administrativa. Em 1811, tendo em vista a presença da Família Real no Brasil, ocorreu a primeira tentativa de emancipação política do território paranaense. Pedro Joaquim de Sá, representante da Câmara de Paranaguá, foi a pessoa responsável para apresentar a D. João VI as possíveis vantagens com a separação do Paraná da província de São Paulo.

Contudo, esse trabalho não surtiu efeito. Acreditava-se que a 5ª Comarca não possuía condições financeiras e sociais para ser autônoma. Por isso, era imprescindível a proteção desenvolvida por São Paulo. O

que o Príncipe Regente D. João VI fez, durante sua estadia no Brasil, foi transferir, em 1812, a sede da 5ª Comarca de Paranaguá para Curitiba.

Figura 1: Mapa do Brasil (1853)
Fonte: Campinas (2005, p. 137).

Outra tentativa concreta que visava à conquista da autonomia política do Paraná ocorreu somente em 1821, quando os defensores da emancipação iniciaram um movimento que ficou conhecido como 'Conjura Separatista'. De acordo com Campinas (2005), o personagem principal desse movimento foi o Capitão Floriano Bento Viana que, aproveitando-

se do ato de juramento à constituição do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, apresentou a vontade de emancipação do povo paranaense frente às autoridades paulistas. O juiz-de-fora presente em Curitiba para tal evento, Antonio Azevedo Melo e Carvalho, foi veemente ao pronunciar que ainda não era tempo da emancipação, pois os interesses paulistas deveriam prevalecer sobre os da 5ª Comarca. Diante disso, os membros da Conjura se intimidaram, fazendo com que a ação não prosperasse. Inclusive, foi aberto um inquérito para investigar os responsáveis pelo movimento e alguns de seus líderes foram perseguidos[1].

Apesar desse fracasso, os pedidos de emancipação continuaram, sem, contudo, produzir frutos. Os insucessos com as tentativas de separação político-administrativa da 5ª Comarca não desanimaram os moradores da região (WACHOWICZ, 1972). Ideias de emancipação surgiram nas câmaras de vereadores de Antonina, Castro, Curitiba, Morretes, Paranaguá e Vila do Príncipe (Lapa).

Na primeira metade do século XIX, a 5ª Comarca de São Paulo sofreu importantes mudanças econômicas: a produção do mate e da madeira despontou no mercado do Prata e no Chile, ultrapassando a importância econômica do comércio de gado que havia entrado em decadência. Essa intensa atividade econômica aumentava, entre a elite paranaense, o desejo pela separação de São Paulo.

Durante o Período Regencial no Brasil (1831-1840), surgiram rebeliões em várias partes do Império. Uma das revoltas mais intensas aconteceu no Rio Grande Sul, conhecida como Revolta Farroupilha (1835-1845), desencadeada pelo descaso das autoridades imperiais em relação à economia de criação de gado e de produção de charque na região Sul. Temendo que as forças revolucionárias encontrassem adesão no Paraná, a província de São Paulo buscou apoio em Curitiba, prometendo, em troca, a emancipação da Comarca. Com essa promessa, Curitiba passou a cooperar com o Governo Central, lutando contra os revolucionários.

---

1 Campinas (2005) destaca que o capitão Bento Viana foi poupado das punições pelo fato de ter sido considerado fiel à Coroa Portuguesa.

O apoio eficaz de Curitiba agradou o presidente da província de São Paulo, Barão de Monte Alegre, que solicitou ao governo imperial, em 1842, a emancipação da Comarca, indicando Curitiba para capital da nova Província, por sua localização geográfica. Essa situação incomodou a Câmara de Paranaguá que requeria para si o papel de capital, justamente por sua importância histórica. Essa disputa entre Paranaguá e Curitiba adiou a emancipação.

Em 1843 aconteceu outra tentativa. Como perder a comarca paranaense seria desastroso, economicamente, para São Paulo, os deputados paulistas tentaram atrasar as discussões sobre a emancipação, criando um projeto para a formação da província de Sapucaí, que seria separada de Minas Gerais. Nesse contexto, a emancipação paranaense, mais uma vez, foi adiada.

Só em 1850 o assunto foi considerado pelo Império, pois, nessa época, surgiu a preocupação com possíveis invasões dos países vizinhos. Dessa forma, regiões de fronteira passaram a ser mais bem estruturadas, com vistas a evitar qualquer invasão estrangeira. Essa nova política possibilitou a criação da província do Amazonas, trazendo, novamente, à tona, a questão da emancipação da 5ª Comarca de São Paulo.

Como não possuíam interesse na separação política entre Paraná e São Paulo, os deputados paulistas buscaram tumultuar o processo de emancipação da 5ª Comarca, desmembrando seus distritos em dez unidades, reduzindo, dessa forma, o território pertencente à Comarca de Curitiba. Assim, em 1852, Curitiba passou de 5ª Comarca para 10ª Comarca da Província de São Paulo, por meio da Lei 437:

> O bacharel formado Hypolito Soares de Souza, vice-presidente da Província de São Paulo, faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa Provincial decretou e eu sancionei a lei seguinte:
> **Art. 1º -** As comarcas da Província ficam elevadas a dez, e sua denominação e divisão seguinte:
> [...]

> 10º - Comarca de Curitiba compreendendo esta cidade, Paranaguá, Príncipe, Antonina, Morretes, Guaratuba e Castro.
> Mando, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente, com nela se contém (PARANÁ, 2003, p.15).

Nesse contexto, Minas Gerais e Bahia passaram a apoiar a causa paranaense, interessadas na possível diminuição da importância política de São Paulo. Assim, em 2 de Agosto de 1853, o projeto de emancipação da comarca do Paraná foi aprovado e, em 29 do mesmo mês, sob Lei nº 704 sancionada por D. Pedro II, foi criada a província paranaense:

> Dom Pedro II, por graça de Deus e unânime aclamação dos povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil: Fazemos saber a todos os nossos súditos que a Assembléia Geral Legislativa decretou e nós queremos a lei seguinte:
> Art. 1º - A Comarca de Curitiba, na Província de São Paulo, fica elevada à categoria de Província do Paraná. A sua extensão e limites serão os mesmos da referida Comarca.
> Art. 2º - A nova Província terá por capital a cidade de Curitiba, enquanto a Assembléia respectiva não Decretar o contrário.
> Art. 3 º - A Província do Paraná terá um senador e um deputado à Assembléia Geral; sua Assembléia Provincial constará 20 membros.
> Art. 4º - O Governo fica autorizado para criar na mesma Província as estações fiscais indispensáveis gerais, submetendo depois o que houver determinado ao conhecimento da Assembléia Geral para definitiva aprovação.
> Art. 5 º - Ficam revogadas as disposições em contrário.
> Mandamos, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento desta lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nela se contém. O Secretário de Estado dos Negócios do Império a faça imprimir, publicar e correr. Dada no palácio do Rio de Janeiro, aos vinte e nove de Agosto de mil oitocentos e cinqüenta e três, trigésimo segundo da Independência e do Império (CAMARGO, 2004, p. 160).

Em 19 de dezembro de 1853 aconteceu a instalação solene da nova província, tomando posse o primeiro presidente, Zacarias de Góes e Vasconcellos.

Figura 2: 1853 - Chegada do Conselheiro Zacarias, em Curitiba, para a instalação da Província do Paraná
Fonte: Paraná (2012).

Zacarias de Góes e Vasconcellos era um político experiente: foi governador das províncias de Piauí e Sergipe e, também, exerceu os cargos de deputado e de ministro da Marinha. Por isso, suas atitudes foram fundamentais para o desenvolvimento da província do Paraná. Como presidente, efetuou estudos sobre as possibilidades de construção de estradas que ligassem Curitiba até o litoral, medida de grande importância econômica para a nova província, pois possibilitaria o transporte de mercadorias de uma região para a outra com maior eficácia. Outra medida importante tomada por Vasconcellos foi aplicar, na instrução pública primária do Paraná, investimento que, além de contribuir para a qualificação de mão de obra na província, também possibilitaria um 'abrasileiramento' dos estrangeiros que chegavam às terras paranaenses (CAMPINAS, 2005).

A nova província recebeu o nome de Paraná, denominação que vem da língua Guarani e significa 'semelhante ao mar', por ser o nome do maior curso d´água do território paranaense, o Rio Paraná (PARANÁ, 2012). O Presidente Zacarias de Góes e Vasconcellos manteve Curitiba como Capital da Província do Paraná e a dividiu em três comarcas: Curitiba, Paranaguá e Castro. Nesse momento, o Paraná tinha em seu território duas cidades – Curitiba e Paranaguá –, sete vilas – Guaratuba, Antonina, Morretes, São José dos Pinhais, Príncipe (Lapa), Castro e Guarapuava –, seis freguesias – Campo Largo, Palmeira, Ponta Grossa, Jaguariaíva, Tibagi e Rio Negro – e cinco capelas curadas – Guaraqueçaba, Iguaçu, Tindiquera (atual Araucária), Votuverava (Rio Branco) e Palmas. A população era de aproximadamente 62.258 habitantes. A vida econômica era baseada na pecuária, muares, agricultura de subsistência, comércio, indústria extrativa de erva-mate e indústria de transformação incipiente (CAMPINAS, 2005).

Referências

CAMARGO, João Borba. *História do Paraná*: 1500-1889. Maringá: Bertoni, 2004.

CAMPINAS, Ricardo da Costa. A emancipação política e as alternativas de poder. In: SCORTEGAGNA, Adalberto; REZENDE, Cláudio Joaquim; TRICHES, Rita Inocêncio (Org.). *Paraná, espaço e memória*: diversos olhares histórico-geográficos. Curitiba: Bagozzi, 2005. p. 130-157.

PARANÁ. *Páginas escolhidas*: história. Curitiba: Assembleia Legislativa do Paraná, 2003. Edição alusiva aos 150 anos da Criação Política do Paraná.

PARANÁ. Secretaria do Estado da Cultura. *Origem do nome e criação da Província*. Disponível em: <http://www.cidadao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=72>. Acesso em: 18 jan. 2012.

SEVERINO, Caroline Silva. *A dinâmica do poder e da autoridade na Comarca de Paranaguá e Curitiba (1765-1822)*. 2009. 131 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista 'Júlio de Mesquita Filho', Franca, 2009. Disponível em: <http://www.franca.unesp.br/poshistoria/caroline.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2012.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *História do Paraná*. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1972.

2

A Revolução Federalista e o cerca da Lapa

O Brasil é uma República Federativa, assim como os Estados Unidos e a Alemanha. O que isso significa? O termo federalismo designa a “forma de governo pela qual vários Estados se reúnem numa só nação, sem perderem sua autonomia fora dos negócios de interesse comum” (FERREIRA, 2010). Sendo assim, os estados do Brasil pertencem à nação brasileira, mas têm autonomia para tomar determinadas decisões, que não ultrapassem os preceitos constitucionais atuais. O regime federalista foi instalado no Brasil com a Proclamação da República em 1889 e é justamente nesse contexto que aconteceu a Revolução Federalista.

Esse movimento teve início no Rio Grande do Sul, em 1893, e envolveu forças políticas prós e contras ao governo do Presidente Floriano Peixoto. Mas, se a revolta foi realizada por gaúchos, por que estudá-la dentro da história do Paraná? Este Estado desenvolveu um papel muito importante no desfecho do conflito. Por isso, vamos compreender as causas e a participação paranaense nessa revolução.

Diferentemente das demais províncias brasileiras, o Rio Grande do Sul teve um povoamento tardio, uma economia voltada para a pecuária e comércio interno. Além disso, presenciou as várias lutas de definição de territórios entre portugueses e espanhóis. Conforme Pereira (2006),

essas peculiaridades afetaram a política da província rio-grandense: se em um primeiro momento os Partidos Liberal e Conservador se alternaram no governo local durante o Segundo Reinado (1840-1889), com o tempo, o Partido Liberal tornou-se hegemônico, passando a usufruir, sozinho, do poder político provincial. Um dos representantes desse partido foi Gaspar Silveira Martins, que estava em sintonia com o Parlamentarismo desenvolvido por D. Pedro II.

Essa situação contribuiu para o surgimento tardio dos interesses republicanos no Rio Grande do Sul. O Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) foi criado apenas em 1882, congregando jovens republicanos de orientação positivista, entre os quais se destacava Júlio Prates de Castilhos. Sendo assim, à época da Proclamação da República (1889), o Partido Republicano local ainda era muito pequeno e sem força política.

O fato de o Marechal Deodoro da Fonseca ter se tornado presidente por meio de um golpe exigia o estabelecimento de alianças políticas para a manutenção do poder. Porém, no Rio Grande do Sul, os liberais, que eram maioria, estavam em sintonia com a monarquia. Diante disso, Deodoro da Fonseca mandou Gaspar Silveira Martins para o exílio e colocou Júlio de Castilhos como presidente da província. Assim, o PRR, inexperiente, assumia a política local, invertendo o jogo político que imperava até então.

No âmbito nacional, esse período de transição foi marcado por intensa crise social e econômica. Além do problema com a mão de obra, gerado pela abolição da escravatura, em 1888, o país enfrentava forte inflação e descontentamento de alguns setores da sociedade, principalmente daqueles que estavam às margens das decisões políticas.

Em 1891 foi promulgada a primeira Constituição da República brasileira que, entre outras coisas, instituiu o sistema federativo e confirmou Deodoro da Fonseca como presidente do país, que deveria governar até 1894, quando haveria eleições diretas para a Presidência da República. Legalizado no poder, o presidente concedeu anistia aos exilados políticos e Gaspar Silveira Martins pôde retornar ao Rio Grande do Sul.

Porém, o ambiente político partidário gaúcho estava transformado: o positivismo de Júlio de Castilhos imperava no Estado e os antigos liberais já não gozavam de poder político como antes. O sistema federativo instituído pela Constituição republicana de 1891 dava liberdade para os Estados se organizarem. Assim, no Rio Grande do Sul, em junho de 1891, formou-se uma Assembleia Constituinte composta apenas por deputados do PRR. A Constituição, elaborada principalmente por Júlio de Castilhos, foi promulgada em 14 de julho de 1891, mesma data em que Castilhos foi eleito presidente do Estado do Rio Grande do Sul (RIO GRANDE DO SUL, 2012).

Pereira (2006) afirma que a questão central da Revolução Federalista está, justamente, na Constituição de 1891. De caráter estritamente positivista, a Constituição Estadual de 1891 foi promulgada em nome da pátria, da família e da humanidade. Na prática, ela instituiu um poder fortemente centralizado nas mãos do presidente do Estado e permitia ao Legislativo apenas as funções de análise e aprovação do orçamento.

Para Silveira Martins, defensor dos princípios liberais, o governo desenvolvido por Júlio de Castilhos feria a democracia, a liberdade e a participação política. Ele defendia o governo representativo, no qual o Poder Legislativo era o 'poder por excelência' (PEREIRA, 2006). Por isso, a seu ver, o governo castilhista deveria ser extinto. Assim, em 1892, reformulando o antigo Partido Liberal, fundou o Partido Federalista, para fazer oposição a Júlio de Castilhos. O embate político entre os federalistas e os castilhistas deixava o Rio Grande do Sul sob forte tensão. Essa instabilidade tornou-se revolta armada durante o governo presidencial de Floriano Peixoto.

No plano nacional, o autoritarismo de Deodoro da Fonseca gerava muita insatisfação. O presidente chegou a fechar o Congresso. Setores do Exército passaram a fazer-lhe oposição, os ferroviários iniciaram greve, enquanto a crise econômica se intensificava. Diante das pressões, o Marechal renunciou ao poder. Dessa forma, seu vice, o Marechal Floriano Peixoto, assumiu a Presidência da República brasileira.

Conforme Silva (2005), uma das primeiras medidas de Floriano, enquanto presidente, foi exonerar a maioria dos chefes de governo estaduais que haviam apoiado Deodoro da Fonseca. Essa medida, além de gerar intranquilidade, ainda feria a autonomia dos Estados, pois evidenciava aspectos autoritários e intervencionistas do governo federal. Foi justamente nesse contexto que se desencadeou a Revolução Federalista.

A Constituição Federal de 1891 previa que, caso o cargo de presidente ficasse vago antes de transcorridos dois anos de mandato, o vice deveria assumi-lo por, no máximo, 90 dias, para organizar novas eleições e eleger o novo presidente. Considerando que Deodoro da Fonseca renunciou antes de completar um ano de governo constitucional, Floriano Peixoto deveria cumprir a constituição e organizar novas eleições. Porém, não foi o que o Marechal fez. Pelo contrário, não manifestou a mínima intenção de deixar a presidência. Assim, exonerou os presidentes dos Estados que haviam apoiado Deodoro da Fonseca, ignorando o princípio da autonomia dos mesmos.

Apesar de, no Rio Grande do Sul, Júlio de Castilho ter apoiado Deodoro da Fonseca, a outra facção política local, o Partido Federalista, era radical aos olhos do Marechal Floriano Peixoto. Diante disso, o presidente manifestou apoio a Júlio de Castilhos. Nesse sentido, no plano local, o PRR continuou comandando o poder político. Sem possibilidades de fazer reviver um passado de participação política ativa, os federalistas gaúchos quiseram voltar ao poder por meio da força.

Crise econômica, instabilidade política e ações violentas acirraram-se, culminando, em 1893, com a Revolução Federalista. O grupo dos republicanos ficou conhecido como os 'pica-paus', em virtude do uniforme de seus soldados, que fazia alusão ao bico do pássaro, e os federalistas, desencadeadores da Revolta, ficaram conhecidos como 'maragatos', pois, Silveira Martins e Gumercindo Saraiva - outro membro do Partido Federalista - provinham de uma região do Uruguai colonizada por espanhóis advindos da região da Maragateria, na Espanha.

Conforme Pereira,

> Para os federalistas a Revolução de 1893-1895 foi uma luta com objetivo de derrotar os inimigos da pátria e contra a tirania, em prol da liberdade, da justiça, do império da lei e dos direitos individuais. Para os republicanos, para defender a República, a legalidade, a ordem e o progresso do Estado. Estes tiveram suporte político do governo federal, do jornal A Federação, do Partido Republicano Rio-grandense-PRR, da Brigada Militar e de coronéis da região norte do Estado; os gasparistas tiveram apoio de parte da Marinha, do jornal A Reforma, do Partido Federalista e dos coronéis ou caudilhos da região sul do Rio Grande (2006, p. 159).

No contexto da eclosão da Revolução Federalista, o Presidente Floriano Peixoto colecionava opositores, especialmente da Marinha, na qual se destacava o Almirante Custódio de Melo. Este organizou a Primeira Revolta da Armada contra Deodoro da Fonseca e, então, em 1893, deflagrou a Segunda Revolta da Armada, posicionando-se contrário ao apoio de Floriano Peixoto a Júlio de Castilhos e exigindo o cumprimento da Constituição. Na realidade, Custódio de Melo almejava a presidência da República. Os marinheiros revoltosos formaram focos de conflito no Rio de Janeiro e tomaram a ilha de Desterro (atual Florianópolis), aliando-se aos federalistas do Rio Grande do Sul.

O principal comandante das tropas federalistas era Gumercindo Saraiva. Seu primeiro alvo foi o Estado gaúcho. Tropas concentradas no Uruguai, numa região próxima à cidade de Bagé, iniciaram sua marcha sobre o Rio Grande do Sul com grande violência. Os revoltosos avançaram sobre Santa Catarina e, posteriormente, sobre o Paraná. O objetivo de Gumercindo Saraiva era chegar até o Rio de Janeiro, unir-se aos membros da Revolta da Armada, e tomar o poder.

Porém, os federalistas não constituíam um grupo homogêneo. No geral, apresentavam quatro tendências distintas:

> Os adeptos do almirante Custódio de Mello, responsáveis pela Revolta da Armada, preparavam o golpe; bem sucedido na rebeldia contra Deodoro, que levava o velho marechal à renúncia, Custódio de Mello pretendia substituir Floriano no poder. Já o posicionamento do almirante Saldanha da Gama, herói da Guerra do Paraguai, que aderira à revolta em sua fase final, não escondia inspiração de sabor extravagante: o restabelecimento da monarquia, entregando-se o poder moderador à princesa Isabel. A terceira tendência – majoritária, por sinal – preconizava o parlamentarismo federativo. Eram os adeptos de Gaspar Silveira Martins. E, por último, uma boa parte de libertário, incluindo-se entre eles os caudilhos oriundos do Uruguai (LACERDA, 1985, p. 16).

Assim, embora os federalistas tivessem um posicionamento majoritário, observamos que os próprios revoltosos não conseguiam entrar em harmonia entre si, causando, no decorrer do conflito, falhas na conspiração.

Conforme Silva (2005), o Paraná passou a ter papel importante na Revolução Federalista quando o Presidente Floriano Peixoto decretou Estado de Sítio para os Estados do Sul e convidou o General Francisco de Paula Argolo para organizar o ataque aos revoltosos que já estavam em Santa Catarina. Nesse sentido, o Paraná estava estrategicamente localizado para que as forças legalistas pudessem articular a luta contra os federalistas.

No entanto, as forças militares de que Argolo dispunha eram insuficientes para conter o avanço dos revolucionários. Por isso, o comando da resistência legalista foi transferido para o Coronel Antonio Gomes Carneiro. Conforme orientações do Presidente Floriano Peixoto, o Coronel Carneiro instalou seu quartel-general na cidade de Lapa, de onde organizaria a defesa das cidades paranaenses.

De acordo com Lacerda (1985), o material bélico utilizado pelas forças legalistas era bastante precário, sendo, grande parte, herança da Guerra do Paraguai (1864-1870). Esse problema, somado ao número e às

condições dos combatentes, prejudicava a resistência dos pica-paus. Nesse sentido, estes não conseguiram evitar a ocupação de algumas cidades paranaenses pelos revolucionários.

Figura 1: Carneiro, Lacerda e parte da oficialidade, 27 dez. 1893.
Fonte: **Lacerda** (1985, p. 18).

Como a intenção dos federalistas era ocupar os Estados do Sul, avançar sobre São Paulo e tomar o poder no Rio de Janeiro, várias cidades paranaenses tornaram-se alvos dos revolucionários que já haviam tomado Santa Catarina. Sendo assim, cidades como Tijucas, Paranaguá, Curitiba, Ambrózios (atual Tijucas do Sul) e Lapa presenciaram embates mais acentuados entre legalistas e federalistas.

A ação federalista no Paraná se concentrou nos primeiros meses de 1894. Quando Gumercindo Saraiva invadiu a capital paranaense, suas autoridades civis e militares se retiraram, deixando a cidade nas mãos dos revolucionários, sem resistência. O vice-governador do Estado, Vicente Machado, transferiu a Capital para Castro. Os federalistas instalados em Curitiba exigiam dos moradores altas quantias em dinheiro como imposto.

Para manter a ordem pública nessa cidade, o Barão de Serro Azul criou uma 'Comissão Especial de Empréstimos de Guerra', responsável por cumprir tais exigências (SILVA, 2005, p. 199).

Em Paranaguá, forças da Revolta da Armada chegaram para auxiliar os federalistas vindos do Sul. As forças que guardavam a cidade eram bem menores que os contingentes de marinheiros que desembarcaram e, logo, tomaram os focos de resistência do litoral:

> A infantaria de marinha, entusiasmada com os resultados obtidos até aí, avançava pelas ruas da cidade adentro, e, ao encontrar a pequena resistência do canhão da rua 15, só se satisfizera depois de afogá-la em sangue. A guarnição foi morta à machadinha (CARNEIRO, 1982, p. 139).

Nos primeiros dias janeiro, a cidade de Tijucas também foi alvo de invasões federalistas. Os conflitos armados entre legalistas e revoltosos ocorriam diariamente. Mesmo com os reforços enviados pelo General Carneiro, a cidade não resistiu à ofensiva federalista e capitulou.

Restava, então, somente a resistência em Lapa. A cavalaria federalista cercou essa cidade, interrompeu as comunicações telegráficas e obstruiu suas linhas de rodagem e de ferro. Os legalistas não se encontravam em uma posição confortável. Segundo o General Clemente Argolo Mendes, presente na Lapa durante o cerco,

> a posição da cidade era das mais críticas, pois sua defeza (sic) contando com cerca de 700 homens, 4 canhões Krupp, 2 La Hittle e duas metralhadoras Nordenfeldt. Tinha a defender uma parte inteiramente acoberta, cheia de trincheiras, e outra circundada pelo morro do Monge enfiava toda a cidade (CARNEIRO, 1982, p. 171).

Logo após o início dos combates, o General Carneiro ordenou a cavação de trincheiras pela cidade. Reforços militares eram indispensáveis para a manutenção de Lapa. Porém, ainda em janeiro, ele ficou ciente da

dominação do Estado do Paraná por parte dos federalistas. Os principais centros de resistência, Paranaguá, Curitiba, Tijucas e Ambrósios, haviam caído nas mãos dos revoltosos.

Restando apenas Lapa como foco de resistência legalista, os federalistas iniciaram novo confronto que, segundo o General Carneiro, foi "um dos mais sangrentos na história do Cerco da Lapa" (CARNEIRO, 1982, p. 177). Os federalistas avançaram sobre a cidade e as tropas sitiadas se viram obrigadas a recuar.

Por um lado, os legalistas empreendiam ataques de artilharia. Por outro, os federalistas organizavam incessantes bombardeios que assolavam a cidade diariamente, diminuindo o perímetro de defesa das trincheiras legalistas e causando várias deserções nas tropas do General Carneiro.

No final de janeiro, tropas paulistas, vindas de Itararé, chegaram à Lapa. Entretanto, não foram suficientes para vencer os federalistas, que continuavam avançando cidade adentro, recrudescendo, cada vez mais, os confrontos.

Nos primeiros dias de fevereiro, os invasores consolidaram suas posições e os tiroteios não cessavam. As trincheiras restantes foram destruídas e soldados foram mortos. Os chefes e comandantes das tropas, incluindo o General Carneiro, foram executados. No dia 11 de fevereiro, o Coronel Joaquim Lacerda, observando que as tropas legalistas já não tinham nenhuma condição de resistir, assinou o ofício de capitulação da Lapa.

Durante o Cerco da Lapa, Floriano Peixoto adquiriu equipamentos no exterior, reabastecendo as tropas legalistas de São Paulo. Dessa forma, estas fizeram frente aos federalistas, dando início à retomada legalista do Paraná. Além dos reforços paulistas, os revoltosos "foram impossibilitados de prosseguir, quer pelas divergências internas ou de comandos, quer pelas ideologias diversas que evocavam os dirigentes das forças federalistas. Contribuiu também a desorganização" (SILVA, 2005, p. 199).

Com o avanço dos florianistas, a revolução foi sendo, aos poucos, suprimida. Muitos revoltosos se exilaram no Uruguai. Porém, esse momento, conforme Silva (2005, p. 199), deu lugar ao "ódio legalista da revanche". Ao contrário do que possamos imaginar, as atrocidades foram cometidas de ambos os lados. Após a vitória legalista, muitas prisões e mortes aconteceram. A título de exemplo vale destacar dois episódios: o fuzilamento do Barão de Serro Azul, acusado de ter sido conivente com os revoltosos em Curitiba, e o decepamento da cabeça de Gumercindo Saraiva, cujo cadáver foi desenterrado pelos legalistas para cometerem tal vingança.

Figura 2: Monumento ao General Antônio Ernesto Gomes Carneiro, Lapa.
Fonte: Salles Pousada (2012).

A resolução final do conflito aconteceu apenas em 1895, quando o Presidente Prudente de Morais selou um acordo de paz com os federalistas na cidade de Pelotas-RS. Assim, os castilhistas foram vitoriosos, exercendo poder político no Rio Grande do Sul até a década de 1930.

Em termos políticos, o Paraná desenvolveu importante papel no contexto da Revolução Federalista. A resistência articulada pelo General Carneiro na cidade de Lapa permitiu que os reforços governistas se organizassem contra os revoltosos, contribuindo para a manutenção da República presidencialista no Brasil.

Referências

CARNEIRO, David. *O Paraná e a Revolução Federalista*. 2. ed. Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte: Indústria Gráfica Gonçalves, 1982.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio*: versão eletrônica. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010. Disponível em: <http://www.educacional.com.br/dicionarioaurelio/>. Acesso em: 24 jan. 2012.

LACERDA, Francisco Brito. *O Cerco da Lapa*: do princípio ao fim. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura do Paraná, 1985.

PEREIRA, Ledir de Paula. *O positivismo e o liberalismo como base doutrinária das facções políticas gaúchas na revolução federalista de 1893-1895 e entre Maragatos e Chimangos de 1923*. 2006. 173 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - UFRGS, Porto Alegre, 2006. Disponível em: < http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/12772/000633681.pdf?sequence= 1>. Acesso em: 24 jan. 2012.

RIO GRANDE DO SUL. *Memorial do Legislativo*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa, 2012. Disponível em: <<http://www2.al.rs.gov.br/memorial/ARep%C3%BAblicaea Constitui%C3%A7%C3%A3oEstadualde1891/tabid/3466/language/pt-BR/Default.aspx>. Acesso em: 23 jan. 2012.

SALLES Pousada. Disponível em: <http://www.sallespousada.com.br/turismo2.htm>. Acesso: 12 jun. 2012.

SILVA, Luiz César Kreps. Revolução Federalista. In: SCORTEGAGNA, Adalberto; REZENDE, Cláudio Joaquim; TRICHES, Rita Inocêncio (Org.). *Paraná, espaço e memória*: diversos olhares histórico-geográficos. Curitiba: Bagozzi, 2005. p. 182-203.

3

A imigração

A arquitetura de Joinville, o baseball no interior paulista, as cantinas do bairro do Bixiga, a lasanha, a *Oktoberfest*, o *sushi* [...] Inúmeros são os exemplos da influência dos imigrantes no nosso dia a dia. A sua importância para a cultura do nosso país pode ser percebida no comércio, na educação, na indústria, no campo. Enfim, em qualquer lugar que passemos, seja na cidade ou no meio rural, encontraremos traços da imigração. No Paraná a situação não é diferente. O Estado recebeu, ao longo de sua história, imigrantes das mais diferentes etnias, formando uma sociedade com cultura e tradições específicas e diversas.

Analisando a história do Paraná, é possível observar uma expansão demográfica diferenciada e tardia. Conforme Márcio de Oliveira (2007), no século XVIII o Paraná ainda possuía baixa densidade demográfica, além de não ter consolidado o padrão clássico da sociedade luso-brasileira, que gravitava em torno de relações senhoriais, do grande latifúndio e, inclusive, da monocultura de exportação.

Como no resto do país, o incentivo à imigração foi necessário, visto que era imperativo ocupar espaços vazios existentes no território do Estado, resolvendo, também, as questões relacionadas à falta de mão de obra crescente. A política do incentivo era impulsionada por propagandas que enfatizavam o Brasil como um paraíso propício à formação de fortunas, uma terra de oportunidades e de sossego, um

verdadeiro paraíso no novo mundo, distante do caos que havia se tornado a Europa.

Na Europa (de onde proveio a maior parte dos imigrantes para o Brasil), situações adversas, como excedente populacional, guerras e as crises econômicas que geravam desigualdade social, desemprego e insatisfação, vieram despertar, em muitas pessoas, o interesse de partir para outra realidade, que poderia estar disponível em países como o Brasil, na América.

> Sabe-se que nenhum movimento se dá de forma involuntária ou impulsionada por uma necessidade individual, mas estão inseridos num contexto mais amplo e estão relacionados, sobretudo, a questões econômicas que envolvem os países de atração e de expulsão dos migrantes. As pessoas se deslocam à medida que existe uma oferta de emprego, que proporcione rendimentos superiores aos que ela possui, mesmo que para isto tenham que se sujeitar a qualquer tipo de trabalho (MELCHIOR, 2001, p. 4).

No Paraná, os imigrantes vinham sob a condição de colonos e tinham de formar as lavouras a partir da abertura das picadas na mata, bem como fazer suas próprias moradias (STECA; FLORES, 2008). Neste Estado, o objetivo primordial era fomentar o cultivo da agricultura de subsistência, para manter abastecidos os centros urbanos que já passavam por raleamento de produtos agrícolas. Para tornar possível essa circulação das novas forças de trabalho, as estratégias estatais deveriam, em primeiro lugar, criar condições propícias a fim de que o território a ser ocupado se tornasse uma ‘área de atração’ aos imigrantes.

Até o começo do século XVIII, a população da região onde hoje se configura o Paraná era constituída de portugueses, vindos do Reino, castelhanos, índios, negros africanos e de nativos descendentes dessas três raças. A mão de obra constituía a maior dificuldade para o desenvolvimento do território. Nesse contexto, a imigração passou a ser vista como solução para o problema. Assim, os primeiros imigrantes

foram trazidos, justamente, para povoar e defender um dos pontos de 'pouso' das tropas que demandavam do Rio Grande do Sul para São Paulo (DORFUMND, 1963).

Algumas medidas tomadas no ano de 1808, pela presença da corte portuguesa no Brasil, foram essenciais para o desenvolvimento da imigração e colonização do país, como a abertura dos portos e a segurança ao estrangeiro em relação à propriedade territorial. Se, inicialmente, a imigração foi considerada fórmula ideal para a substituição da mão de obra escrava, posteriormente, passou a ser considerada importante para a ocupação de vazios demográficos, ocupação do solo e empreendimentos agrícolas. Dessa maneira, conforme afirmação de Balhana, Machado e Westphalen (1969), inaugura-se, na América, a tradição da 'porta aberta' para os imigrantes de todas as procedências e culturas.

O início da imigração para os Estados do Sul do Brasil data da década de 1820, quando foram fundadas, por grupos de alemães, as primeiras colônias nas atuais cidades de Itajaí (Santa Catarina), Rio Negro (divisa entre os Estados de Santa Catarina e Paraná) e de São Leopoldo (Rio Grande do Sul).

O Ato Adicional de 1834, porém, deu novo estímulo ao programa imigratório, já que o Governo Imperial delegou aos governos provinciais competência para "promover e estimular, em colaboração com o poder central, o estabelecimento de colônias" (BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN, 1969, p. 158).

Em 1847 o médico francês, Jean Maurice Faivre, fundou, nas proximidades do rio Ivaí, a colônia Tereza Cristina. Com 87 imigrantes franceses, essa colônia tinha princípios do socialismo utópico (buscava viver sem promover lucros), mas acabou fracassando.

Com o fim do tráfico negreiro (Lei Eusébio de Queirós, 1850), com a lenta diminuição dos escravos e com a elevação do preço do café e sua expansão no Estado de São Paulo, parte considerável da população escrava paranaense foi vendida para cafeicultores paulistas, provocando uma

relativa crise no abastecimento agrícola, uma vez que eles se constituíam na principal fonte de mão de obra rural.

Os documentos oficiais da época enfatizam a necessidade de se estimular a imigração no território paranaense. No Relatório do Presidente da Província, do ano de 1854, o Presidente Góes e Vasconcellos afirmou ser essencial "encher de população ativa o vasto território [...] onde o europeu se depara com um clima análogo ao do país natal". No Relatório de 1855 fica clara a ideia de se "promover a imigração de colonos morigerados e laboriosos", ou seja, de colonos considerados de bons costumes e trabalhadores. O Relatório apresentado pelo Vice-presidente da Província, em 1857, esclarece que, se o governo desejasse promover a "colonização", deveria proceder "por meio da venda de terras devolutas" (VASCONCELLOS apud BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN, 1969, p. 161*)*.

Em 1860, foi fundada, pelo governo da província, com o apoio do governo imperial, a Colônia Assungui, atual município de Cerro Azul, região de Curitiba. Porém, a falta de infraestrutura deixava-a em condições de isolamento, fazendo com que muitos imigrantes a abandonassem.

Nos anos de 1875-1877, o Presidente da Província do Paraná, Adolpho Lamenha Lins, permitiu a formação de várias colônias. Sua intenção era que os imigrantes pudessem adquirir em condições facilitadas bons lotes de terras; para isso induziu a construção de meios físicos, como estradas e pontes, para permitir o melhor escoamento da produção, evitando o isolamento socioeconômico do imigrante.

As colônias *Orleans,* Tomás Coelho, Santo Inácio, *Rivière*, D. Pedro, Dom Augusto, Lamenha e Santa Cândida, localizadas, na sua maioria, a Oeste de Curitiba, resultaram dessas iniciativas de Lamenha Lins. Não é sem sentido, também, que essa política de implantação de colônias para estrangeiros recebeu diversas críticas, sobretudo daqueles que defendiam que as colônias deveriam ser organizadas para colonos pobres nacionais (STECA; FLORES, 2008).

O processo imigratório no Paraná apresenta algumas particularidades que o tornam diferente, em parte, dos processos ocorridos no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Como relata Maria Tereza Petrone (FAUSTO, 1978, p. 101), poucos foram os núcleos de colonização compacta, com uma só etnia. Em geral, os núcleos acabavam sendo formados por duas ou mais etnias. Essa heterogeneidade de nacionalidades impediu uma colonização mais homogênea, apesar de os grupos tentarem, constantemente, preservar sua identidade cultural única.

A entrada de imigrantes acabou auxiliando, posteriormente, a expansão industrial, mas contribuiu, também, para mudanças nas relações de trabalho, mesmo quando a escravidão ainda era vigente. Foi sendo construída, principalmente nos núcleos urbanos, uma cultura de trabalho assalariado, mesmo que em pequenas empresas.

Aliás, um dos aspectos que é importante salientar é essa gradativa transferência de descendentes de imigrantes para os centros urbanos. Muitos fatores colaboraram para isso, como a proximidade das colônias com as cidades, a religião, pois muitos imigrantes começaram a fazer parte das cerimônias, sacramentos e corais, e as dificuldades e falta de condições estruturais para o trabalho no campo.

O contraste entre as propagandas realizadas na Europa e as dificuldades encontradas pelos imigrantes em terras paranaenses levavam muitos colonos a abandonarem a província. Conforme Machado (2005), a falta de apoio aos colonos, a existência de terras inférteis e ausência de infraestrutura básica causaram um impacto negativo na imigração paranaense. Tanto que houve uma crise de imigração no final da década de 1870 e início da de 1880. O processo foi retomado com mais ênfase a partir de 1885, quando o então Presidente da província, Alfredo d'Escragnolle Taunay, recuperando a política imigratória do Presidente Lamenha Lins, incentivou e subsidiou a vinda de colonos estrangeiros.

Apesar das dificuldades, o Paraná recebeu milhares de imigrantes. No ano de 1934 haviam adentrado no Paraná cerca de 47.731 poloneses, 19.272 ucranianos, 13.319 alemães, 8.798 italianos e 9.826 grupos de

outras nacionalidades, compondo um número total de 101.331 imigrantes (MARTINS, 1941).

Os alemães foram os primeiros imigrantes a chegar ao Paraná, no ano de 1829, fixando-se em Rio Negro. Essa iniciativa coube ao fazendeiro, comerciante e tropeiro João da Silva Machado, que depois se tornou o Barão de Antonina. Os alemães tiveram longa história de imigração no Paraná, que se estendeu desde as primeiras décadas do século XIX, até meados do século XX. Durante a Primeira e a Segunda Guerra Mundial parcelas significativas dessa etnia se radicaram no Paraná. Os alemães trouxeram consigo suas atividades tradicionais (agricultura, olaria, marcenaria e carpintaria) e com isso ajudaram no desenvolvimento das cidades, sobretudo no comércio e indústria. As maiores concentrações alemãs do Estado encontram-se em Rolândia, Cambé, Rio Negro e, principalmente, Marechal Cândido Rondon.

Os imigrantes espanhóis formaram suas colônias em Jacarezinho, Wenceslau Braz e Santo Antônio da Platina. O movimento imigratório para o Paraná tornou-se mais intenso no período compreendido entre os anos de 1942 e 1952, possibilitando uma fixação também na cidade de Londrina. Suas principais atividades estão ligadas ao comércio e à indústria moveleira.

Os holandeses vieram para o Estado por volta de 1909 e se fixaram nas proximidades de Irati. Algumas famílias, não se adaptando à região, acabaram voltando para a Holanda, enquanto que aquelas persistiram dirigiram-se para a região dos Campos Gerais (Carambeí), fundando uma Cooperativa Holandesa de Laticínios em 1925, a qual é destaque até os dias atuais.

Os italianos contribuíram muito para o trabalho nas lavouras de café e, posteriormente, em outras culturas. A maior concentração italiana do Estado está em Curitiba, na Lapa, no Litoral, em Palmeira e, também, em Morretes. No Norte do Paraná, praticamente não há cidade sem a presença dos italianos, que primeiramente se radicaram no Estado de São

Paulo e, depois, se transferiam para o Paraná, acompanhando as frentes de ocupação e a cultura do café.

Os poloneses chegaram ao Paraná por volta de 1871, transmigrados de Brusque, Santa Catarina. Fixaram-se, principalmente, nas áreas de Mallet, Cruz Machado, Ivaí, Reserva, São Mateus do Sul, Rio Claro e em Curitiba, onde residem, em maioria, nos bairros de Santa Cândida e Abranches.

Os ucranianos vieram para o Paraná entre os anos 1895 e 1897, formando suas colônias entre Mallet e Prudentópolis. Além destas cidades, estão também espalhados por Pato Branco, Roncador e União da Vitória.

Os árabes instalaram-se primeiramente em Paranaguá, ocupando, depois, as cidades de Londrina, Maringá, Curitiba, Araucária, Lapa, Ponta Grossa, Guarapuava, Serro Azul e Foz do Iguaçu, que, hoje, abriga a maior colônia desses imigrantes. Além da forte influência gastronômica, os árabes, no Paraná, se ligaram à arquitetura, à música e à dança.

A imigração portuguesa também representa seus traços fortes no Estado. A presença dos lusos no país sempre foi marcante e intensa por toda a conjuntura da história do Brasil ligada a Portugal. No Paraná, a cidade de Paranaguá, a qual servia de porta de entrada, possui a maior concentração de imigrantes portugueses. Também houve interesse dos lusos pelas regiões de Maringá, Londrina, Campo Mourão e Umuarama, durante o auge do ciclo do café. No Norte do Paraná, ainda hoje os portugueses se destacam, por suas fortes atividades comerciais.

Por fim, entre os grupos que merecem destaque estão também os japoneses. Maringá, Londrina, Uraí e Assaí são os grandes núcleos de presença japonesa, e as duas últimas cidades originaram-se como colônias fundadas por japoneses. Em 2008 tivemos as comemorações do centenário da imigração japonesa para o Brasil. Nesse longo século, os imigrantes que chegavam dirigiam-se, principalmente, às lavouras cafeeiras do Estado de São Paulo e do Paraná. Além da cultura tropical, os japoneses se empenharam na piscicultura, cultivo de hortaliças, fruticultura e na introdução da criação do bicho-da-seda no Estado.

A experiência da imigração: o caso da colônia Cecília

Entre os vários núcleos de imigração que se estabeleceram no Paraná nos séculos XIX e XX, a Colônia Cecília destacou-se por ser considerada a primeira experiência anarquista no Brasil. Por constituir-se enquanto uma tentativa de se colocar em prática os preceitos anarquistas, de negação do Estado, da Lei, da ordem, da família, da religião, da propriedade privada e da defesa do amor livre, a Colônia Cecília inspirou romances, peças teatrais, minisséries, filmes, músicas e artigos jornalísticos. Contudo, a maioria desses trabalhos não possui compromisso com a verdade histórica, colaborando para cristalizar, ao longo do tempo, discursos e versões cercadas por incoerências. Por isso, muito do que se divulga sobre a Colônia Cecília nem sempre condiz com a realidade. Assim, pautando-se em trabalhos científicos, vamos apresentar algumas informações sobre essa experiência desenvolvida em terras paranaense, visando compreender os sonhos e dificuldades enfrentadas pelos imigrantes que vieram ao Brasil em busca de uma vida melhor.

Não é possível falarmos em Colônia Cecília sem destacar seu idealizador: o veterinário italiano da cidade de Piza, Giovanni Rossi. Conforme Isabelle Felici (1998), Rossi aderiu à Primeira Internacional aos 18 anos (1873), porém, se manteve alheio aos debates políticos que dividiam anarquistas e socialistas. A seu ver, era necessário que as ideias anarquistas fossem colocadas em prática para verificar sua viabilidade. Por isso, propôs a criação de uma comunidade experimental, empreendimento que tentou realizar na Itália, na propriedade Cittadella, em Stagno Lombardo. Após dois anos, com o fracasso do experimento, Rossi almejou criar uma comunidade anarquista na América.

Várias possibilidades foram cogitadas: Estados Unidos, México e Uruguai. Este último foi escolhido. Contudo, o conflito partidário entre *Blancos* e *Colorados* levou Rossi a vislumbrar sua experiência anarquista no Brasil. Em um primeiro momento, a comunidade seria fundada em Porto

Alegre, Rio Grande do Sul. Pela indisposição de um de seus companheiros de viagem, Rossi resolveu antecipar o fim da navegação e desembarcou em terras paranaenses.

É importante destacar que Enrico Malatesta, líder anarquista italiano, reprovava as aventuras de Giovanni Rossi, por achar que essas medidas afastavam os militantes da causa anarquista, que era a da emancipação da opressão pela via da revolução. Malatesta não acreditava que essa experiência pudesse ter sucesso, "nem no plano experimental, nem no plano econômico" e ordenava aos seus correligionários que não acompanhassem Rossi, a ponto de se tornarem desertores (FELICI, 1998, p. 11).

Para Rossi, porém, a acusação do líder anarquista era sem fundamento, já que "não pertencendo a nenhum exército, não reconhecendo nem chefe nem discípulo, os que escolheram a experiência comunitária não podem ser considerados desertores" (FELICI, 1998, p. 11-12). Com esse pensamento, Giovanni Rossi e os companheiros, que não totalizavam dez membros, chegaram ao Paraná. Ficaram em alojamentos para imigrantes, em Paranaguá e Curitiba. Depois, foram encaminhados, pelo escritório da Inspetoria de Terra e Imigração, para as proximidades do Rio Iguaçu. As terras e a localização da atual cidade de Palmeira agradaram Giovanni Rossi, que ali instalou seu experimento em abril de 1890.

Essas terras não foram doadas a Rossi. Os colonos deveriam pagá-las após o prazo de cinco anos. Durante o primeiro ano, a Colônia Cecília, assim como as demais, recebia da Administração das Colônias um valor mensal de aproximadamente 2.800 francos como subsídio. Se o dinheiro ajudava na alimentação, era necessário produzir para, futuramente, pagar as terras. Por isso, em suas cartas direcionadas à Itália, Rossi convidava mais pessoas a fazer parte do experimento.

Felici (1998) calcula que o número máximo de membros da Colônia Cecília girou em torno de 150 pessoas. A composição sociocultural desses membros era a mais variada possível. Conforme Roscoche,

> essas pessoas poderiam ser classificadas entre operários e lavradores, pessoas da classe média, profissionais liberais e funcionários. Quanto ao nível de instrução era possível verificar a existência de analfabetos até pessoas com curso superior. Quanto à qualidade moral existiram os intolerantes, os céticos, os benevolentes, despreocupados, supersticiosos, mansos e violentos, otimistas e perniciosos, entre outros (2011, p. 33).

Essa diversidade demonstra que nem todos os italianos que vieram para a Colônia Cecília tinham inspiração anarquista, situação que, paulatinamente, gerou conflitos. Ao longo de sua existência, o maior problema enfrentado pela Colônia Cecília foi a pobreza excessiva. Para não passarem fome, muitos colonos trabalhavam para o governo na construção de estradas. O próprio Giovanni Rossi, conforme Roscoche (2011), chegou a lecionar e a trabalhar em uma farmácia em Castro, a fim de conseguir dinheiro para as necessidades de seu experimento.

A miséria, porém, era fato. Isso levava à constante entrada e saída de integrantes na Colônia Cecília. No ano de 1891 o êxodo foi tão intenso que a Colônia quase se extinguiu. Isso só não ocorreu, pois jovens italianos vieram juntar-se a Rossi no Paraná. Assim, com dificuldades, a Colônia Cecília sobreviveu até 1894.

Muitos fatores contribuíram para o fim dessa experiência anarquista no Paraná. Roscoche (2011) destaca que o número pequeno de mulheres na colônia levava os homens a terem medo de dividir ou perder suas esposas; muitos dos membros reivindicavam a propriedade da terra; muitos não se adaptavam aos trabalhos braçais; muitos não aceitavam o amor livre; havia, ainda, muitos ressentimentos, já que alguns trabalhavam de mais, outros, de menos.

A Colônia Cecília, por ser descrita como experimento anarquista, não era bem vista por todos. Para piorar a situação, alguns dos colonos que abandonaram o lugar após a crise de 1891 foram presos por roubo, prejudicando, ainda mais, a imagem da Colônia. Somando-se a isso, outro acontecimento colaborou para o fim da experiência: a Revolução

Federalista. Muitos dos colonos se envolveram no conflito, lutando ao lado dos federalistas. Essa tomada de posição teria ocorrido, conforme Newton Stadler de Sousa, "como uma reação à arrogância das tropas governamentais que, por ter a Cecília recebido a visita de um chefe da insurreição, tinha, em represália, saqueado as instalações da Cecília" (apud FELICI, 1998, p. 32). O próprio Rossi deixou a Colônia em 1893 e, por não encontrar emprego estável por sua condição de anarquista, trabalhou como médico na revolução ao lado dos maragatos (FELICI, 1998, p. 34).

Diante de tudo isso, a Colônia Cecília não sobreviveu. A miséria da comunidade persistiu ao longo do tempo. A substituição de membros era constante até que, em 1894, um grupo de camponeses, formado pelas famílias Agottani, Mezzadri e Artusi (antigos membros da colônia), comprou o ativo da Cecília dos últimos colonos, tornando-se proprietários das terras.

Para Isabelle Felici (1998), o fim da Colônia Cecília foi causado, entre outros fatores, pela dificuldade em se praticar os princípios anarquistas:

> Esse fim é devido mais a um conjunto de fatores convergentes: a miséria que a colônia sofreu, ao longo de toda a sua existência, o excesso de trabalho, o ambiente econômico desfavorável, a discórdia, as incompatibilidades de gênios e as dificuldades de pôr em prática os princípios comunistas anarquistas (FELICI, 1998, p. 36).

Para Rossi que, após viver no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, voltou para sua cidade natal na Itália, a experiência foi válida:

> Para mim, que participei da colônia, ela não foi um fiasco. Ela se propunha um objetivo de caráter experimental: ver se os homens de hoje são aptos a viver sem tais leis e sem propriedade provada. [...] A Colônia Cecília mostrou que uma centena de pessoas em condições econômicas muito desfavoráveis tinha podido viver dois anos, com pequenos contrastes e com recíproca satisfação, sem leis, sem regulamentos, sem chefes e sem códigos, em uma propriedade coletiva, trabalhando espontaneamente em

comum. [...]. Nós a dissolvemos porque não havia os meios necessários para desenvolvê-la e também porque se estava cansado daquela solidão. Para nós, o experimento tinha sido feito e isso bastava (ROSSI, 1917 apud FELICI, 1998, p. 38).

Referências

BALHANA, A. P.; MACHADO, B. P.; WESTPHALEN, C. *História do Paraná*. Curitiba: Grafipar, 1969.

DORFMUND, L. P. *Geografia e história do Paraná*. Curitiba: Editora do Brasil, 1963.

FAUSTO, B. *História geral da civilização brasileira*: O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Difel, 1978. t. 3.

FELICI, I. A verdadeira história da Colônia Cecília de Giovani Rossi. *Cadernos AEL*, Campinas, n. 8/9, p. 9-64, 1998.

MACHADO, W. Imigração. In: SCORTEGAGNA, A.; REZENDE, C. J.; TRICHES, R. I. (Org.). *Paraná, espaço e memória*: diversos olhares histórico-geográficos. Curitiba: Bagozzi, 2005. p. 158-181.

MARTINS, R. *Quantos somos e quem somos*. Curitiba: Ed. Paranaense, 1941.

MELCHIOR, L. *Mobilidade de trabalhadores do e para o Japão*: estudo de caso de Londrina-PR-Brasil. Barcelona: Scripta Nova, 2001.

OLIVEIRA, M. de. Imigração e diferença em um estado do sul do Brasil: o caso do Paraná, 2007. *Nuevo Mundo, Mundo Nuevos*, 2007. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/5287>. Acesso em: 02 set. 2010.

ROSCOCHE, L. F. O anarquismo da Colônia Cecília: uma jornada do sonho à desilusão. *Revista de Geografia*, Recife, v. 28, n. 1, p. 25-39, 2011.

STECA, L. C.; FLORES, M. D. *História do Paraná do século XVI à década de 1950*. Londrina: Eduel, 2008.

4

Comunidades quilombolas no Paraná

A escravidão no Brasil

Por mais de três séculos o Brasil vivenciou as práticas de um intenso regime escravista. A inserção de negros no país, ainda que de forma vil e desumana, exerceu papel fundamental na formação da nossa sociedade. Os costumes e práticas daqueles ajudaram a moldar a rica diversidade étnica e cultural do povo brasileiro. Seja por meio da culinária, da medicina alternativa ou da própria língua, os valores africanos são passados de geração em geração e se fazem presentes em todo o país.

No Paraná não podia ser diferente. Apesar de ter sido menos intensa do que nos grandes centros econômicos, como Pernambuco, Minas Gerais e São Paulo, a presença de escravos africanos em território paranaense está longe de ser considerada insignificante. Prova disso são os dados levantados pelo grupo de trabalho Clóvis Moura (GTCM, 2010), responsável pelo levantamento de dados sobre comunidades negras e remanescentes de quilombos, por meio de uma pesquisa de campo realizada entre os anos de 2005 e 2010 em diversas cidades do Estado, cujo objetivo é o resgate histórico desses locais.

Foram mais de 300 anos de escravidão, de trabalho compulsório, de ausência de liberdade, que sustentaram a economia nacional e inseriram

o Brasil no mercado mundial, possibilitando o enriquecimento da elite colonial. Fosse nas lavouras de cana e engenhos de açúcar, na extração de minérios e nas plantações de café, ou nos centros urbanos, a presença do escravo era uma constante. Segundo Adelmir Fiabiani:

> O Brasil foi uma das primeiras nações do novo mundo a organizar o escravismo e a última a concluí-la. Também foi ali que desembarcou o maior número de africanos escravizados [...]. Praticamente não há lugar deste imenso território que não tenha conhecido o trabalho do trabalhador feitorizado (2005, p. 21-22).

As condições de sobrevivência e trabalho de um escravo eram extremamente precárias. A grande maioria era destinada às lavouras, onde chegavam a trabalhar 18 h por dia. Nas minas de ouro a situação era ainda pior em decorrências do ambiente e dos constantes acidentes de trabalho. Somam-se a isso uma alimentação exígua e a utilização, em larga escala, da violência, por meio dos mais variados castigos para disciplinar os negros e mantê-los obedientes. Não é de se admirar que a expectativa de vida útil desses homens não passasse de uma dezena de anos.

Ao contrário do que muitos pensam, até mesmo pela falta de documentação sobre o assunto, os escravos não se submeteram docilmente a tal dominação. Fiabiani ressalta a ideia de que:

> A resistência servil surgiu como produto da contradição social de classes, quando o produtor escravizado, consciente ou inconscientemente inconformado com a apreensão e exploração desapiedada de sua força de trabalho, resistiu contra ela das mais diversas formas (2005, p. 22).

A resistência se dava por meio de atos como a paralisação do trabalho, a sabotagem de máquinas e ferramentas, o aborto por parte das mulheres que não desejavam que seus filhos nascessem em cativeiro, incêndio de plantações e, até mesmo, o suicídio e o assassinato de feitores e senhores.

Entretanto, a forma mais comum de resistência à escravidão eram as fugas. Na maioria das vezes, os escravos se misturavam à população mestiça local ou se escondiam nas florestas e serras, locais de difícil acesso, onde acabavam desenvolvendo verdadeiras comunidades. Ali os africanos viviam da caça, pesca, artesanato e uma agricultura de subsistência que propiciava determinado comércio com as regiões vizinhas. Esses locais receberam diferentes nomes. Os mais comuns são mocambo e quilombo, palavras de origem africana que significam lugar de pouso ou acampamento.

O quilombo era um espaço de resgate e afirmação de identidade étnica e cultural. Nele, os quilombolas tinham liberdade para cultuar seus deuses e manter suas crenças e tradições. Levando-se em conta que esses núcleos de resistência se espalharam por todo o território, Clóvis Moura defende a ideia de que "a quilombagem no Brasil era fruto das contradições estruturais do sistema escravista e refletiam na sua dinâmica, em nível de conflito social, a negação desse sistema por parte dos oprimidos" (1987, p. 13).

É essencialmente com essas pequenas unidades de subsistência e reafirmação cultural que trabalharemos adiante. Mais especificamente, vamos destacar comunidades de remanescentes africanos, localizadas no Estado do Paraná, que ficaram mergulhadas no esquecimento durante décadas. Sem qualquer apoio ou reconhecimento por parte do Estado, a maioria desses locais corre o risco de perder completamente seu legado histórico.

Comunidades quilombolas no Paraná

Certamente o leitor já ouviu falar sobre o quilombo dos Palmares e seu lendário líder, Zumbi, símbolo da resistência contra a escravidão. Todo ano, no dia 20 de novembro, aniversário de sua morte, comemora-se o Dia Nacional da Consciência Negra. O que muitos ainda desconhecem é que Palmares, apesar de ter sido o mais importante quilombo em termos de desenvolvimento, extensão e população, não foi o único. Assim como

no restante do país, no Paraná também se formaram vários quilombos ou comunidades negras rurais, que existem até hoje.

As terras onde residem atualmente esses afro-descendentes possuem origens diversas. Tanto podem ser fazendas abandonadas, doações feitas a ex-escravos, pagamento por serviços prestados ao governo, ou, até mesmo, terras compradas por negros forros. Houve também casos de terras que pertenciam a ordens religiosas e foram deixadas sob a administração de ex-escravos no início da segunda metade do século XVIII, como é o caso da fazenda Capão Alto, no município de Castro.

Figura 1: Mapa de localização das Comunidades Quilombolas do Estado do Paraná

Fonte: GTCM (2010).

O reconhecimento desses territórios no país surgiu, pela primeira vez, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, por meio do artigo 68. Em 2001, pela edição de uma medida provisória, conferiu-se ao Ministério da Cultura as funções de identificar, delimitar, demarcar e titular as terras quilombolas e, à Fundação Palmares, a função de realizar os

respectivos registros dos títulos. No Paraná, até o momento, a Fundação Palmares registrou 34 comunidades quilombolas:

Tabela 1: Comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Palmares (2012)

MUNICÍPIO	COMUNIDADES
Adrianópolis	João Surá
Curiúva	Água Morna
Curiúva	Guajuvira
Ponta Grossa	Comunidade Negra Rural de Sutil
Ponta Grossa	Santa Cruz
Castro	Comunidade Negra Rural de Castro (Limitão - Serra do Apon - Mamans)
Guarapuava / Pinhão / Reserva do Iguaçu	Invernada Paiol de Telha
Adrianópolis	Comunidade Negra Rural de Sete Barras
Adrianópolis	Porto Velho
Adrianópolis / Registro	Comunidade Negra Rural de Córrego das Moças
Campo Largo	Palmital dos Pretos
Doutor Ulysses	Varzeão
Adrianópolis	Bairro Córrego do Franco
Adrianópolis	Bairro Três Canais
Adrianópolis	Estreitinho
Adrianópolis	Praia do Peixe
Adrianópolis	São João
Bocaiúva do Sul	Areia Branca
Candói	Cavernoso 1
Candói	Despraiado
Candói	Vila São Tomé
Castro	Tronco
Guaira (ou Guaíra?)	Manoel Ciriáco dos Santos
Guaraqueçaba	Batuva
Guaraqueçaba	Rio Verde
Lapa	Feixo
Lapa	Restinga
Lapa	Vila Esperança
São Miguel do Iguaçu	Apepu
Turvo	Campina dos Morenos
Ivaí	Rio do Meio
Ivaí	São Roque
Palmas	Adelaide Maria Trindade Batista
Palmas	Castorina Maria da Conceição
TOTAL	34

Fonte: Fundação Palmares (2012).

O número de habitantes desses quilombos varia, conforme demonstra a Tabela 2. Nesta tabela, inclusive, o leitor poderá ver que algumas comunidades se desdobram em vários núcleos, como são os casos das comunidades João Surá, Córrego das Moças, Serra do Apon, Mamãs, Varzeão, Invernada Paiol de Telha, Feixo, Adelaide Maria Trindade Batista e Castorina Maria da Conceição.

Tabela 2: Número de famílias e habitantes das comunidades quilombolas, reconhecidas ou identificadas

	COMUNIDADES (sede/núcleo)	R/U	Fam.	hab.
1. ADRIANÓPOLIS Com. Bocaiuva Sul	01. João Surá	R	24	88
	a) Poço Grande	R	5	26
	b) Guaracuí	R	12	35
	02. Praia do Peixe	R	6	23
	03. Porto Velho	R	15	66
	04. Sete Barras	R	18	73
	05. Córrego das Moças	R	14	49
	a) Córrego Malaquias	R	6	19
	06. São João	R	17	62
	07. Córrego do Franco	R	76	220
	08. Estreitinho	R	8	24
	09. Três Canais	R	8	22
2. BOCAIÚVA DO SUL Com. Bocaiúva Sul	10. Areia Branca	R	13	36
3.CAMPO LARGO Com. Campo Largo	11. Palmital dos Pretos	R	34	136
4. CANDÓI Com. Guarapuava	12. Despraiado	R	39	151
	13. Vila Tomé	R	20	57
	14. Cavernoso	R	6	23
5. CASTRO Com. Castro	15. Serra do Apon			
	a) Faxinal do São João (sede)	R	34	93
	b) Paiol do Meio	R	3	12

Continuação.../

/... Continuação

Com. Castro	c) Santa Quitéria	R	7	23
	d) Lagoa dos Alves	R	6	17
	16. Limitão	R	30	106
	17. Tronco	R	15	62
	18.1 Mamãs - núcleo Castro			
	a) Imbuial (sede)	R	8	27
6. CERRO AZUL				
Com. Cerro Azul	18.2 Mamãs - núcleos Cerro Azul			
	b) Ribeirão do Meio	R	7	22
	c) Pinhalzinho	R	3	13
	d) Pinhal Grande	R	1	3
7. CURIÚVA				
Com. Curiúva	19. Água Morna	R	19	61
	20. Guajuvira	R	38	132
8. DR. ULYSSES				
Com. Cerro Azul	21. Varzeão	R	20	66
	a) Gramadinho	R	10	47
9. GUAÍRA				
Com. Guaíra	22. Manoel Ciríaco dos Santos	R	13	70
10. GUARAPUAVA				
Com. Guarapuava	23. Invernada Paiol de Telha	R	32	160
	a) Assent. V. Socorro/Guarapuava			
	b) Fundão - Reserva do Iguaçu	R	19	95
	c) Periferia - Guarapuava -urbana	U		
	d) Periferia - Pinhão - urbana	U		
11. GUARAQUEÇABA				
Com. Antonina	24. Batuva	R	24	94
	25. Rio Verde	R	22	80
12. IVAÍ				
Com . Imbituva	26. Rio do Meio	R	33	103
	27. São Roque	R	51	203
13. LAPA				
Com. Lapa	28. Restinga	R	24	93
	29. Feixo:			
	a) Rincão	R	51	202

Continuação.../

/... Continuação

	b) Maria Antonia	R	32	127
	c) Campina	R	1	5
	d) Pavão	R	1	9
	30. Feixo:Vila Esperança	R	7	34
14. PALMAS				
Com. Palmas	31. Adelaide Mª Trindade Batista	R	89	391
	Bairro São Sebastião do Rocio			
	32. Castorina Maria da Conceição	R	20	74
	Bairro Fortunato			
15. PONTA GROSSA				
Com. Ponta Grossa	33. Sutil	R	41	144
	34. Santa Cruz	R	11	39
16. S. MIGUEL DO IGUAÇU				
Com. São Miguel Iguaçu	35. Apepu	R	6	44
17. TURVO				
Com. Guarapuava	36. Campina dos Morenos	R	10	66

Fonte: GTCM (2010).

Essas comunidades ficam localizadas, principalmente, em regiões que, no passado, fizeram parte dos caminhos das tropas e próximas a garimpos e minas de ouro. Porém, estão situadas em lugares distantes, de difícil acesso e sem infraestrutura, o que acaba acarretando determinado êxodo por parte dos habitantes mais jovens em busca de melhores condições de vida.

De maneira geral, essas comunidades mantêm os padrões de produção utilizados por seus antepassados, baseados principalmente no cooperativismo e na prática de uma economia de subsistência. Os principais produtos cultivados são a mandioca – da qual se extrai a farinha feita de forma artesanal em alguns quilombos –, cana-de-açúcar, milho, feijão, arroz e vários tipos de frutas e legumes. Pratica-se, também, a criação de animais, como porcos, galinhas, patos, cabeças de gado, cavalos e, em

alguns casos, a criação de peixes. Vale ressaltar que o trabalho na roça é executado tanto por homens quanto por mulheres.

Figura 2: Foto do Quilombo de João Surá/Núcleo Poço Grande. Nesta parte há maior concentração de gado, pois existe abundância de pastagem
Fonte: Santiago Neto (2009).

Em determinadas regiões do Estado os quilombolas também praticam a coleta de frutos nativos, como em Campo Largo, no quilombo de Palmital dos Pretos, onde boa parte da renda dos moradores está diretamente ligada à extração de palmito. O etno-conhecimento ou sabedoria popular é outra das fontes de renda dessas comunidades que exploram sustentavelmente o meio ambiente. O conhecimento, principalmente dos mais velhos, em relação a ervas e plantas medicinais mostra-se de extrema importância e constitui um legado passado de pai pra filho há muitas gerações.

Um sério problema enfrentado por essas comunidades é a questão da posse da terra. Como já mencionamos acima, a Fundação Cultural Palmares, juntamente com o Ministério da Cultura, é a responsável pela

legalização e reconhecimento dessas propriedades. No entanto, no Paraná, apenas 34 desses grupos familiares foram certificados, pela Fundação, como comunidades de remanescentes de quilombos. Número este muito inferior à quantidade real desses agrupamentos. Pelo relatório do grupo de trabalho Clóvis Moura, há ainda mais 20 comunidades não certificadas e pelo menos mais 32 comunidades que carecem de visita dos órgãos oficiais, para serem reconhecidas (GTCM, 2010).

A falta de documentação para se comprovar a posse da terra dá margem a uma série de ilegalidades que, ao longo dos anos, vem diminuindo consideravelmente a área das reservas quilombolas no Estado. Segundo depoimento dos moradores mais antigos, muitas terras pertencentes a eles foram griladas, tomadas ou compradas por valores irrisórios.

Essas regiões, por estarem cercadas pelas propriedades de grandes fazendeiros, sofrem com o desmatamento na beira dos rios e com a contaminação da água e do solo por agrotóxicos, situação que afeta diretamente sua principal fonte de renda, o meio ambiente. O Vale do Ribeira é um exemplo claro desse desrespeito indiscriminado e da impunidade aos que cometem crimes agrários na região.

Pela quase que total falta de infraestrutura e assistência por parte do Estado, essas comunidades vivem totalmente esquecidas. Um dos problemas mais sérios é a falta de documentação dos moradores: muitos não têm sequer o registro de nascimento. Automaticamente, elas não existem para o Estado. Assim sendo, não têm meios de reivindicar seus direitos.

Nos quilombos a cultura afro-brasileira é preservada nas inúmeras festas desenvolvidas ao longo do ano. A romaria de São Gonçalo, romaria do Divino, mesa dos anjos, recomendação das almas e o terço cantado são tradições preservadas e mantidas no seio dessas comunidades há várias gerações. A religião, sem sombra de dúvidas, ocupa um espaço importante na vida dos quilombolas e sua expressão consiste num aspecto marcante dessas comunidades.

Figura 3: Foto de Comunidade Quilombola. Falta de estrutura e assistência é um dos maiores problemas
Fonte: GTCM (2010).

No entanto, em virtude do seu isolamento espacial, da falta de estrutura e reconhecimento por parte do Estado, assim como os demais problemas já citados, essas 'terras de preto', como são denominadas por seus moradores, correm sério risco de perderem seu legado histórico. Na maioria dos casos, a memória dos quilombolas mais antigos é o único documento que comprova a propriedade da terra e, sem esta, não é apenas a história que se corre o risco de perder. Nas comunidades tradicionais camponesas, como as quilombolas, as lembranças de 'tempos imemoriais' – que passam de geração para geração - devem ser consideradas inclusive para titulação de terras.

Observando o desamparo legal dessas comunidades no Paraná, concluímos que há a necessidade de o Estado intervir, de forma mais consistente, procurando formular políticas públicas de assistência a essas

comunidades (POMARI, 2008), bem como garantir o reconhecimento e a titulação das suas terras. Preservar a história de vida e a cultura das pessoas que habitam essas comunidades é preservar uma parte da nossa história, fundamental no processo de formação da cidadania no Brasil.

Referências

FIABIANI, Adelmir. *Mato, palhoça e pilão*: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004). São Paulo: Expressão Popular, 2005.

FUNDAÇÃO PALMARES. *Comunidades quilombolas*. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2012. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?page_id=88&estado=PR#>. Acesso em: 25 jan. 2012.

GRUPO DE TRABALHO CLÓVIS MOURA. *Relatório do grupo de trabalho Clóvis Moura*. Curitiba: GTCM, 2010. Disponível em: <http://www.gtclovismoura.pr.gov.br/arquivos/File/relatoriofinal2005a2010.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2012.

MOURA, Clóvis. *Quilombos, resistência e escravismo*. São Paulo: Ática, 1987.

POMARI, Luciana. Os paradoxos das políticas públicas referentes às comunidades remanescentes de quilombos, no Estado do Paraná, Brasil. JORNADAS NACIONALES ESPACIO, MEMORIA E IDENTIDAD, 5., 2008, Rosário. *Actas*... Rosário: UNR, 2008.

SANTIAGO NETO, Cremilda. Situação atual da terra nas comunidades de remanescentes de quilombos e nas comunidades tradicionais negras do Paraná. Disponível em: <http://quilombosnoparana.spaceblog.com.br/2/>. Acesso em: 10 jun. 2009.

5

O Território Federal do Iguaçu

Introdução

Os conflitos de fronteira sempre marcaram a história do território paranaense. O mais conhecido de todos talvez seja o movimento do Contestado, já estudado por ampla bibliografia e por isso mesmo não incluído neste livro. Mas outra experiência também marcou significativamente a história do Paraná.

Na década de 1940, em fins da Segunda Guerra Mundial, foram criados vários territórios federais em regiões limítrofes com o objetivo de se aumentar a defesa do Brasil. Embora se trate de um tema não muito discutido pela historiografia, apresentaremos os embates políticos pela criação do Território Federal do Iguaçu, formado por áreas dos atuais Estados do Paraná e de Santa Catarina.

Na década de 1920, e com maior intensidade nos anos de 1930, surgiu no Brasil, entre intelectuais e estudiosos de Geografia, uma discussão embasada na necessidade de redivisão administrativa do território brasileiro. Esse tema vinha sendo discutido desde o período colonial com as capitanias hereditárias e encontrava sua justificativa na existência de unidades federativas muito pequenas, como Sergipe e Alagoas, e outras muito grandes, como Pará e Amazonas, além da necessidade de se estabelecer uma divisão mais igualitária. O assunto passou a ser seriamente analisado, principalmente após as comemorações do centenário da

independência em 1922. Também passou a ser estudado se o Governo Federal deveria ou não pôr em prática os projetos dos territórios federais nas regiões da fronteira nacional, como era o caso do Paraná, que faz divisa com a Argentina. Havia ainda os propósitos de acelerar o povoamento e assegurar a defesa nacional onde esses territórios fossem fundados.

A idealização dos territórios federais partiu da sugestão da Comissão da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. A partir de 1943 foram criados territórios federais em todo o país, sendo um deles o do Iguaçu, que, por um curto período de tempo, abrangeu territórios dos atuais domínios do Paraná e de Santa Catarina. O decreto-lei nº 5812, de 13 de setembro de 1943, foi o mecanismo legal responsável por desmembrar o Paraná e Santa Catarina para dar origem ao Iguaçu. Nesse mesmo documento, foram determinadas, com partes desmembradas dos Estados do Pará, do Amazonas e de Mato Grosso, a criação dos Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé e de Ponta Porã.

Antecedentes da região do Território Federal do Iguaçu

Desde o período colonial a região do Iguaçu foi alvo de constantes disputas fronteiriças. Esses litígios estenderam-se até os primeiros anos da República, quando foram oficializadas as fronteiras entre Brasil e Argentina. Após a expedição comandada no século XVI pelo aventureiro espanhol, Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, essa área ficou esquecida até ser novamente ocupada por missionários jesuítas que ali se estabeleceram e promoveram as reduções. Alvo de ataques, principalmente para o aprisionamento de índios, as reduções foram destruídas pelas Bandeiras no século XVII. Região quase sempre disputada entre espanhóis e portugueses, apenas em 1750, com o Tratado de Madri[2], foi instituída sua delimitação.

2 O Tratado de Madri estabeleceu novas fronteiras entre os territórios espanhóis e portugueses. O Oeste do Paraná foi confirmado como português e o rio Paraná passou a ser o limite de fronteira entre os domínios espanhóis e lusitanos (COLODEL, 2008).

Mesmo se destacando pelas famosas quedas d'água e a diversidade natural que emolduravam os rios Iguaçu e Paraná, a região não atraiu, num primeiro momento, investidores ou interessados em fixar residência. Nem mesmo os governantes brasileiros manifestaram preocupação com essa área. No entanto, o término da Guerra do Paraguai (1864-1870) evidenciou a apreensão com regiões de fronteira, a ponto de surgirem debates a respeito da criação de uma Colônia Militar na foz do Rio Iguaçu. Ainda assim, apenas em 1888, formou-se uma Comissão Estratégica, com o aval do Ministério da Guerra, para defender os interesses nacionais nessa região.

Instalada em Guarapuava, centro urbano mais próximo para suprir as necessidades de abastecimento, a Comissão deveria, dentre outras atribuições, construir estradas e fundar uma Colônia Militar. Após se abrirem picadas na mata e enfrentar condições adversas próprias desse ambiente, se depararam com uma região que estava sendo explorada por estrangeiros, o que envolvia atividades comerciais ilegais de erva-mate e madeira. Responsáveis por esse comércio, os argentinos ultrapassaram suas fronteiras e organizaram o contrabando de reservas naturais brasileiras, utilizando mão de obra paraguaia e o rio Paraná como via de escoamento da produção. Após esse flagrante, o governo brasileiro enviou uma segunda expedição em novembro de 1889, formando a Colônia Militar.

No entanto, a Colônia não foi capaz de inibir o comércio argentino, já bem estruturado na região. Os comerciantes argentinos exportavam os produtos naturais brasileiros, como o chá mate para a Inglaterra e a madeira para os Estados Unidos e Canadá. A vida social e econômica foi monopolizada pelos argentinos em função da distância das áreas urbanas brasileiras, o que permitiu que o trecho entre Guaíra e Foz do Iguaçu fosse considerado território argentino e mantivesse a exploração ilícita (COLODEL, 2008).

Na sua interpretação de limites, a Argentina alegava possuir plenos direitos sobre o território. Iniciou-se a chamada 'Questão de Palmas', ou mais conhecida ente os argentinos como *La Cuestión de Missiones*, na qual a Argentina reivindicava a posse de parte dos atuais territórios do Paraná e de Santa Catarina. No entanto, por meio de um arbitramento realizado

pelo presidente dos Estados Unidos, Grover Stephen Cleveland, em 1895, o território em litígio foi incorporado ao Brasil.

Figura 1: Mapa sobre a questão de Palmas
Fonte: WACHOWICZ (1987, p. 29).

O arbitramento não pôs fim às disputas travadas nessa região e os confrontos continuaram durante a segunda década do século XX. Nesse período, iniciou-se um litígio territorial nacional entre os Estados do Paraná e Santa Catarina por 48.000 km², que ficou conhecido como Contestado[3]. Paralelamente a essa disputa, desenvolveu-se na área um conflito messiânico que causou a morte de milhares de pessoas entre os anos de 1912 e 1916. Após o fim desse episódio, a questão territorial foi decidida judicialmente. O Paraná obteve pouco mais de 20.000 km², que compreendiam Clevelândia, Rio Negro e parte de União da

3 Para uma análise do Contestado, ver os excelentes livros de Queiroz (1981) e Machado (2004).

Vitória. Santa Catarina incorporou ao seu território mais de 27.000 km² com grande parte de União da Vitória e uma pequena porção do Rio Negro.
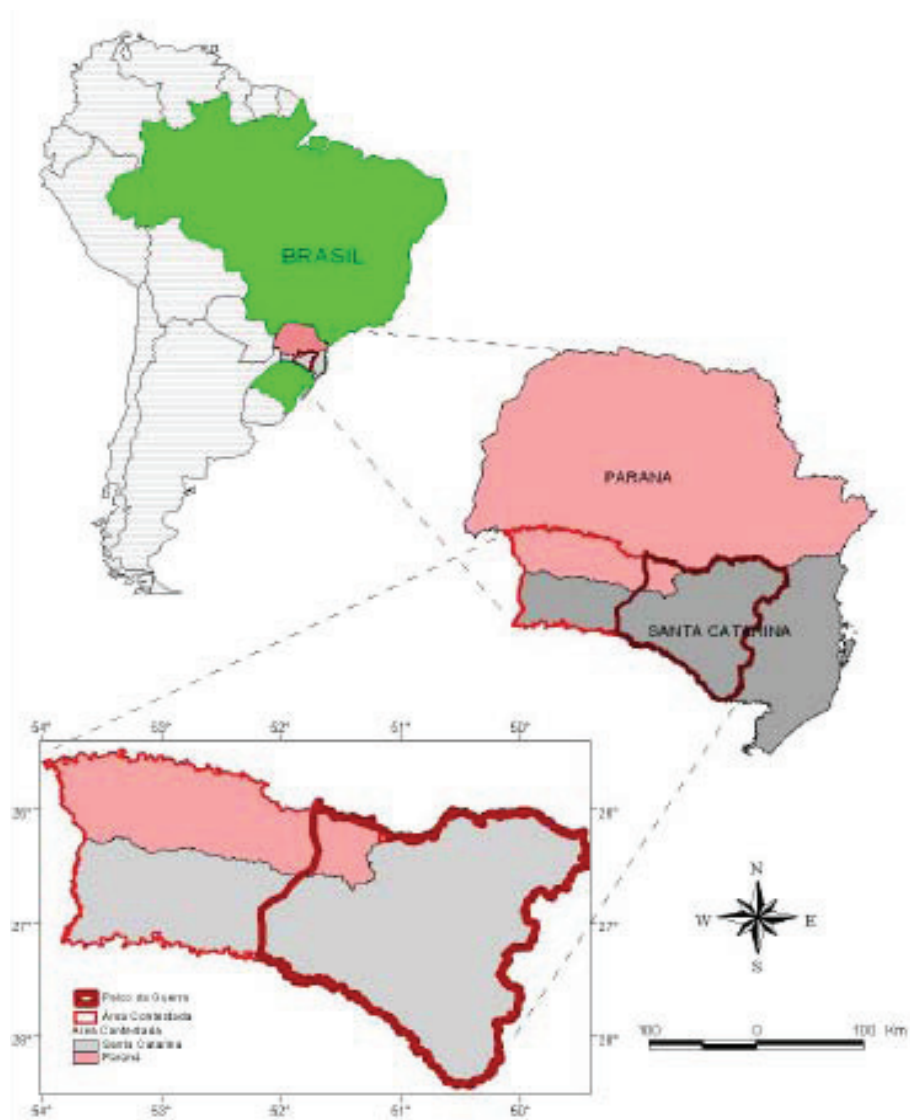
Figura 2: Mapa de localização geográfica do Contestado (PR-SC)
Fonte: Aquino (2009, p. 80).

Como podemos notar, as regiões Oeste de Santa Catarina e Oeste e Sudoeste do Paraná, onde mais tarde foi criado o Território Federal do Iguaçu, estiveram quase sempre envolvidas em disputas territoriais. Era evidente, portanto, a necessidade de se estabilizar essa área. A partir da Revolução de 1924 e da Coluna Prestes, houve a divulgação do abandono e miséria que aí se estabeleceram[4]. Militares, intelectuais e jornalistas que se refugiaram na região de Foz do Iguaçu testemunharam a presença deficitária brasileira com autoridades nacionais facilmente corrompíveis e predomínio econômico de latifundiários argentinos.

Uma região abandonada

A população que vivia nas regiões onde foi criado o Território Federal do Iguaçu fazia queixas permanentes sobre o abandono da região, tanto pelo governo do Paraná quanto de Santa Catarina. Uma das primeiras denúncias dessa situação que ganhou notoriedade nacional ocorreu durante as rebeliões tenentistas de 1924, comandadas por Isidoro Dias Lopes. Ele saiu de São Paulo para refugiar-se em Foz do Iguaçu, revelando ao país da época a clara situação de abandono em que se encontrava a região, bem como a exploração econômica que a Argentina vinha estabelecendo sobre o Brasil, mantendo trabalhadores em regime de semiescravidão, em grandes latifúndios de exploração de erva-mate.

O que mais chamou a atenção da Coluna Paulista (depois Coluna Prestes) era a desnacionalização da região do Oeste Paranaense: as línguas correntes eram o guarani e o espanhol, o dinheiro circulante era o peso argentino e atividades, como a navegação do rio Paraná e a exploração da madeira e do mate, eram todas controladas por argentinos. Assunto que teve muita repercussão na época, a denúncia demonstrava, sobretudo, o

4 Sobre a Revolução de 1924 e a Coluna Prestes no Paraná, recomendamos a leitura do texto de Emerson dos Santos Dias e Angelo Priori (2009).

assombramento dos jovens militares com as condições míseras de vida da população. Era uma região desamparada, sem comunicação e sem defesa, que poderia facilmente sofrer uma invasão estrangeira. Essas notícias foram veiculadas em jornais, chegaram a Curitiba, Rio de Janeiro e tornaram-se debates para muitos intelectuais da época. O sertão do Brasil, ou o interior, estava abandonado, despovoado e indefeso. Foi diante desse cenário que surgiu no governo Vargas a idealização da 'marcha para o oeste'.

A Marcha para o Oeste e as preocupações do Estado Novo

O Território Federal do Iguaçu nasceu na conjuntura da Marcha para o Oeste. Mas afinal, o que foi esse movimento? Tratou-se de uma campanha nacionalista empreendida pelo governo Getúlio Vargas. A história desse movimento defendia a ocupação efetiva e a nacionalização das fronteiras nacionais brasileiras de Norte a Sul do país. O projeto da marcha, segundo seus idealizadores, buscava despertar, no povo que vivia na fronteira, o sentimento de nacionalidade e brasilidade. Tinha o interesse de ocupar todos os espaços demográficos vazios, promovendo um desenvolvimento e uma integração nacional. A Marcha para o Oeste reavivou as tradições coloniais e exaltou o bandeirante como herói nacional, já que este personagem histórico foi o responsável por acelerar e concluir a conquista do território brasileiro. Diante desse discurso, tratava-se de reconstruir a nacionalidade nos lugares mais isolados, menos povoados e que exibissem fragilidade.

Essa reconstrução se fez presente quando o Estado Novo decidiu concretizar sua ação política por meio da criação de territórios federais em 1943, nas regiões do Amapá, Guaporé (atual Rondônia), Rio Branco (atual Roraima), Iguaçu e Ponta Porã (parte do atual Estado de Mato Grosso do Sul).

Além dos argumentos de defesa e povoamento existem acusações que afirmam que a criação do Território do Iguaçu estava envolvida em interesses imobiliários de companhias gaúchas:

> Além de nacionalizar e ocupar as fronteiras, outra questão inclusa nesse projeto eram os assuntos econômicos que estavam em evidência. Havia o interesse dos capitalistas gaúchos, por meio das companhias imobiliárias, de adquirirem terras na região oeste e sudoeste do Paraná. Dessa forma, o gaúcho Vargas, conhecido pelos empresários, mostrou-se favorável a esse grupo que acabaria por incentivar a colonização do território (BAHLS, 2007, p. 104).

Mas a suposta intenção imobiliária gaúcha não seria facilmente alcançada pela decisão tomada pelo interventor e líder político, Mário Tourinho. Por meio do decreto estadual nº 300 de 1930, Tourinho determinou que as concessões de terra da antiga empresa *Brazil Railway Company* e sua subsidiária, Companhia Brasileira de Viação e Comércio (Braviaco), conjuntamente com outros latifúndios e terras devolutas daquela região, ficariam, a partir daquele momento, sob o controle do poder estadual paranaense. Foi uma decisão de peso que acarretou mais tarde em uma turbulenta disputa pelas terras por parte de empresas de colonização.

Paralelamente a esses fatos estaduais, o Presidente da República, Getúlio Vargas, cuidou de elaborar um projeto para a criação dos territórios federais. Em 1931 enviou um funcionário federal para analisar o Sudoeste e o Oeste paranaense. O relatório concluiu que, por deficiências do Estado do Paraná, a região estava abandonada e que somente por meio do governo federal seria possível a missão de dar planejamento àquela área. O funcionário federal citado pontuou as dificuldades paranaenses em colonizar decentemente a região, responsabilizando também o Estado como culpado pela antiga ameaça de invasão estrangeira na denominada Questão de Palmas. Por outro lado, ele não verificou que ainda existiam grandes extensões de terras a serem colonizadas entre Guarapuava e Foz do Iguaçu.

Os encarregados de estudar a criação do Território do Iguaçu utilizaram-se do argumento deixado pelas perdas registradas na Guerra do Contestado. Se o Paraná já havia perdido quase 28.000 km² na disputa territorial com Santa Catarina, não custaria se desfazer de mais uma quantia de 45.000 km². Por ser contrário a esses argumentos, o então interventor da época, Mario Tourinho, foi demitido por Getúlio Vargas e Manoel Ribas assumiu o cargo de interventor. A partir desse momento, começaram a efervescer discussões em torno da criação de um território federal no Paraná. A classe política de Santa Catarina e a do Paraná, em sua maioria, eram contra o projeto de Vargas. Diante dessa resistência, Vargas engavetou temporariamente o projeto, aguardando os ânimos se acalmarem. Mas retomou a questão alguns anos mais tarde.

A questão foi novamente revista quando Vargas assumiu poderes ditatoriais com o regime estadonovista. O artigo 165 da Constituição de 1937 retomava o assunto e retirava dos Estados qualquer iniciativa de colonização na área onde seria implantado o território federal. Em dimensões paranaenses isso compreendia uma faixa de 47.154 km² com cerca de 3.600 famílias e em Santa Catarina eram cerca de 14.000 km².

O Governo Federal retomou os planos e atuou em silêncio. Não houve debates em jornais e outros meios de comunicação. A decisão deixou todos surpresos, como afirma o Professor Brasil Pinheiro Machado, na época, o Procurador Geral do Estado: "O decreto que criou o Território do Iguaçu foi um impacto, pelo menos nos círculos que eu freqüentava. Não conhecia nada, nada dos antecedentes" (MACHADO apud WACHOWICZ, 1987, p. 147).

Os que argumentavam contra, se perguntavam: se o território deveria abranger uma área de fronteira, por que teria que ser criado em terras do Paraná e de Santa Catarina e não em terras do Rio Grande do Sul onde também havia regiões limítrofes? Essa indignação estava presente principalmente entre as elites paranaenses, o que nos faz pensar que

provavelmente havia interesses econômicos em jogo. Porém, do ponto de vista da população, a criação do território era encarada com bons olhos. Existem relatos de outras regiões do Estado que queriam fazer parte do território (LOPES, 2002). No entanto, não houve debates e discussões nos meios de comunicação: a criação do Território Federal do Iguaçu foi praticamente imposta.

Todos os territórios federais foram criados ao longo da faixa de fronteiras, também pré-determinada pela Constituição de 1937. Localizando-se na parte centro-ocidental do Sul do Brasil, o Território Federal do Iguaçu apresentava limites com o Território de Ponta Porã e os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A fronteira internacional era com Argentina e Paraguai como podemos visualizar na Figura 3.

Figura 3: Mapa do Território Federal do Iguaçu. O território era composto por domínios até então paranaenses e catarinenses

Fonte: Coletânea... (2011).

A decisão para a escolha da capital do Território Federal do Iguaçu foi uma verdadeira confusão. O primeiro decreto-lei determinou que a capital se instalasse na cidade de Foz do Iguaçu, porém, em seguida, foi transferida para Laranjeiras do Sul, o que fez a cidade ter de mudar o nome para Iguaçu. As autoridades justificavam essa contradição, argumentando que Laranjeiras do Sul estava mais próxima da 'civilização'. Até a mudança de capital, a cidade não fazia parte do Território Federal. Essa medida ampliou as fronteiras do Território Federal do Iguaçu, colocando-as entre os rios Restinga Grande e Cavernoso.

As repercussões

As primeiras repercussões observadas em jornais sobre o Território Federal do Iguaçu eram favoráveis à ideia. A reportagem do jornal curitibano *O Dia* indica que a criação do território tinha como objetivo estimular o desenvolvimento social e econômico não apenas em âmbito regional, mas em nível nacional:

> Medida de estimável alcance, modularmente vinculada aos interesses da segurança do país e ao mesmo tempo, aos imperativos do próprio desenvolvimento social e econômico da nação, ela repercutiu, profundamente, como não poderia deixar de ser, em todos os círculos de opinião nacional, e, de modo particular, no Paraná, de vez que a área destinada ao Território do Iguaçu será constituída de partes de alguns municípios de seu quadro político-administrativo (TERRITÓRIO..., 1943).

Contradizendo essas opiniões, muitos intelectuais e autoridades ficaram perplexas com o que denominaram de descaso com o povo paranaense, já que a fundação do território não contou com nenhum tipo de consulta pública entre os paranaenses. O historiador Davi Carneiro elencou críticas ácidas à administração do Território Federal do Iguaçu, destacando a conivência com a corrupção. Também o futuro governador

do Paraná, Bento Munhoz da Rocha Neto[5], em uma sessão da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade do Paraná, realizada em 1943, criticou a falta de explicações e a ausência de motivos convincentes sobre a fundação do Iguaçu (BAHLS, 2007).

O militar João Garcez do Nascimento foi o primeiro governador do território, depois substituído pelo Coronel Frederico Trota. No corpo administrativo do governo no Território Federal, além do governador, havia uma consultoria jurídica, um representante em Curitiba e um representante na Capital Federal, que na época era sediada no Rio de Janeiro. Existia também os serviços de Geografia e Estatística, Diário Oficial, Arquivo, Seção de Divulgação, Protocolo, Seção de Municipalidades. Além da capital Iguaçu [Laranjeiras do Sul], foram instalados os seguintes municípios: Foz do Iguaçu, Xapecó, Clevelândia e Mangueirinha.

Com muito custo foram encaminhados profissionais para atuar na área, como professores, policiais, delegados e diretores de obras. Mesmo assim, a administração sempre sofreu de falta absoluta de pessoal convenientemente habilitado para os cargos precisos. Os salários eram considerados altos, mas se desvalorizavam diante do alto custo de vida e da dificuldade de atendimento das necessidades mais básicas na região. Para o Coronel Trota, o segundo governador do Território Federal do Iguaçu, o que movia os cidadãos a deixarem cidades cheias de recursos, como Curitiba ou Rio de Janeiro, para trabalharem numa região completamente abandonada era a coragem cívica. Retomando o discurso de nacionalidade em que se reavivou a figura do bandeirante como herói nacional, o Coronel afirma:

> ‘Rumo ao oeste’ é uma frase magnífica e só é compreensível por aqueles que de fato rumaram para o oeste, mas necessário se torna que no lado ocidental de nosso país, desprovido do conforto e facilidades da orla marítima-, seja colocado algo compensador, material ou moral. A epopéia dos bandeirantes só foi possível porque havia a acenar-lhes,

5 Foi governador do Paraná de 1951 a 1955.

> no ocidente, possibilidades de riquezas (LOPES, 2002, p. 150).

Levando-se em consideração a situação calamitosa em que se encontrava a região em tempos anteriores, os resultados de planejamento alcançados no Território foram muito significativos em quesitos relacionados à educação, saúde, comunicação, saneamento e povoamento. Em 1945 o regime do Estado Novo chegava ao fim e, como uma nova constituição seria votada, alguns políticos paranaenses aproveitaram o momento histórico favorável e fizeram uma aliança com Mato Grosso e Santa Catarina para desfazer o Território Federal Iguaçu e de Ponta Porã. A emenda constitucional foi apresentada pelo político paranaense, Bento Munhoz da Rocha Neto.

Com a emenda apresentada por Bento Munhoz da Rocha Neto na elaboração da Constituição de 1946, o Território do Iguaçu foi extinto e a parte territorial que cabia ao Paraná foi reintegrada ao seu mapa. Ele qualificou de 'absurdo monstruoso' a criação do Território e afirmou que sua extinção não prejudicou, mas favoreceu o crescimento da região Oeste.

Para que os problemas do abandono regional fossem resolvidos, o Interventor do Estado do Paraná, Brasil Pinheiro Machado, sugeriu a criação de um departamento especial, o Departamento do Oeste. Este órgão deveria tratar de necessidades da região. Em troca, a população do Território teria que se manifestar a favor de sua extinção, enviando ao governo federal e aos parlamentares da Assembleia Constituinte alguns telegramas que emitissem opiniões favoráveis à volta da situação anterior a 1943.

Essas manifestações ocorreram por cartas, jornais e telegramas. Após alguns acordos, a população paranaense cedeu ao apelo político e começou a se movimentar em prol da reintegração com o Paraná, acelerando a desativação do Território Federal do Iguaçu. O Paraná voltava a ter as suas fronteiras históricas de 1916. Contudo, esse projeto de emancipação

regional não desapareceu completamente, mas permaneceu à espreita de uma nova oportunidade.
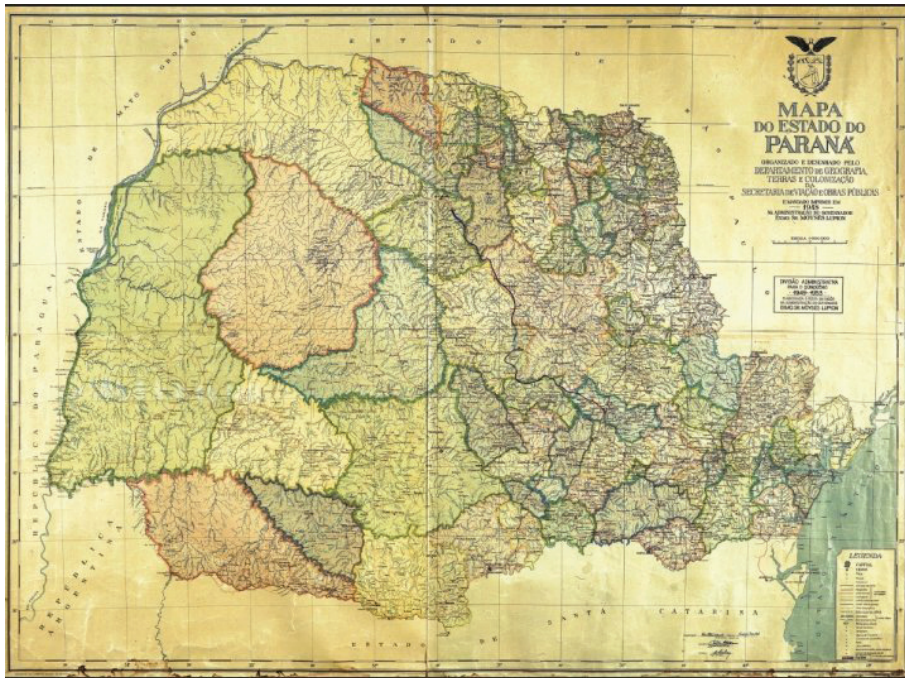
Figura 4. Mapa do Estado do Paraná (1948), após a reintegração do Território Federal do Iguaçu.
Fonte: Coletânea... (2011).

Novas tentativas de emancipação

Uma nova oportunidade de emancipação do território surgiu no ano de 1962, quando, em 21 de abril, foi criada a Comissão Executiva para Criação do Estado do Iguaçu (CODEI). Sob influência de algumas lideranças locais, novamente ressurgiu um projeto que procurava separar, principalmente a região Oeste, do restante do Estado. No entanto, esse projeto foi arquivado, pela falta de apoio político das autoridades e também da maioria da população. Na década de 1990, ainda podiam ser

ouvidas vozes, inclusive políticas, que defendiam a separação da região e a formação de outro Estado.

O Movimento Pró-criação do Estado do Iguaçu, que surgiu em 1946, quando da extinção do Território Federal do Iguaçu, sobreviveu entre os anos 1950 e 1960, fortalecendo-se entre os anos de 1980 e 1990. Edi Siliprandi, principal líder do movimento, foi eleito deputado federal em 1990 e levou até a tribuna da Câmara dos Deputados um Projeto Legislativo que propunha a realização de um plebiscito sobre a criação do Estado do Iguaçu. Apresentado em 28 de novembro de 1991 e contando com algumas aprovações iniciais, o Projeto de Decreto Legislativo (nº 141/91) foi votado e rejeitado no Plenário da Câmara em 31 de março de 1993. Contra esse projeto, foi criado o movimento 'O Paraná é indivisível', organizado por Aníbal Khury, presidente da Assembleia Legislativa na época, que trabalhou e saiu vitorioso contra a aprovação daquele.

Recentemente, o movimento não obteve grandes repercussões, muito embora o principal membro de sua articulação, Edi Siliprandi, tentou se re-eleger deputado federal nas eleições de 1994 e de 2002. Utilizando-se de *slogans* como 'seu voto vale um estado' e 'o Estado do Iguaçu existe... somos nós', Siliprandi foi derrotado nas urnas nas duas eleições. Com isso, essa ideia, hoje, é quase que inexistente.

O Território Federal do Iguaçu, apesar de sua curta duração (1943-1946), é um exemplo de como o passado interage com o presente. As regiões Oeste e Sudoeste do Paraná estiveram historicamente envolvidas em conflitos fronteiriços, como a disputa entre Brasil e Argentina, na Questão de Palmas; o conflito de limites entre o Paraná e Santa Catarina, no movimento do Contestado; e os movimentos mais recentes pela criação do Estado do Iguaçu. Esses fatores fazem parte de uma identidade histórica da região, pois estão presentes na memória paranaense, apesar de ser um tema conhecido minimamente pela sua população e existir poucas pesquisas sobre o assunto.

Referências

AQUINO JUNIOR, José. Região do Contestado (PR-SC): território e poder, marcas do passado ao presente. *Revista Geoingá*, Maringá, v. 1, n. 1, p. 75-91, 2009.

BAHLS, Aparecida Vaz da Silva. *A busca de valores identitários*: a memória histórica paranaense. Curitiba, 2007. 207 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

COLETÂNEA de mapas históricos do Paraná. Instituto de Terras, Cartografia e Geociências. Disponível em: <http://www.itcg.pr.gov.br>. Acesso em: 19 dez. 2011.

COLODEL, José Augusto. Cinco séculos de história. In: PERIS, Alfredo Fonceca (Org.). *Estratégias de desenvolvimento regional*: região oeste do Paraná. Cascavel: Edinuoeste, 2008. p. 29-75.

DIAS, Emerson Santos; PRIORI, Angelo. Fronteira sitiada: as memórias dos moradores de Foz do Iguaçu sobre os movimentos tenentistas (1924-1925). In: PRIORI, Angelo (Org.). *História, memória e patrimônio*. Maringá: Eduem, 2009. p. 49-64.

LOPES, Sérgio. *O Território do Iguaçu no contexto da 'Marcha para oeste'*. Cascavel: Edunioeste, 2002.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado*: a formação e a atuação das chefias caboclas. Campinas: Unicamp, 2004.

QUEIROZ, Maurício Vinhas. *Messianismo e conflito social*: a guerra sertaneja do Contestado (1912-1916). São Paulo: Ática, 1981.

TERRITÓRIO do Iguaçu: contribuição do Paraná à segurança do Brasil. *O Dia*, Curitiba, 15 set. 1943.

WACHOWICZ, R. C. *Paraná Sudoeste*: ocupação e colonização. 2. ed. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1987.

6

A história do Oeste Paranaense

Introdução

O Oeste do Paraná, compreendido entre as microrregiões de Toledo, Foz do Iguaçu e Cascavel, já foi ocupado por indígenas, espanhóis, pertenceu à Capitania de São Paulo, formou o Território Federal do Iguaçu. O território foi anexo ao Brasil após vários tratados com a Espanha, passando então a pertencer à província de São Paulo. Em 1853 conseguiu sua emancipação política. Após se tornar parte integrante da Província do Paraná, acomodou imigrantes europeus, sobretudo eslavos, poloneses, ucranianos, alemães e italianos.

A área já era conhecida desde a primeira metade do século XVI, quando Dom Alvar Nunes Cabeza de Vaca percorreu, juntamente com indígenas e europeus, o território paranaense de Leste a Oeste, em direção ao Paraguai, onde assumiu o governo em nome do rei da Espanha.

Podemos dizer que o processo da ocupação da região Oeste ocorreu em quatro etapas. A primeira, e mais antiga, decorre da ocupação pelos índios que se espalhavam também por todo o território do continente sul-americano. A presença desses grupos indígenas, como Xetá, Kaigang e Guarani, foi notada no processo mais recente da colonização, fazendo com que essa população fosse mais uma vez reprimida. A segunda fase

corresponde à atuação e presença dos padres jesuítas espanhóis que desenvolveram várias reduções (missões) pelo território. Esses aldeamentos indígenas, apesar de destruídos na primeira metade do século XVII pelos bandeirantes paulistas, conservaram forte a presença espanhola na região. A terceira etapa data do período entre 1881 e 1930, que corresponde à introdução do sistema das *Obrages*[6], entre Foz do Iguaçu e Guaíra, cujo objetivo principal era a exploração extrativista da erva-mate e da madeira. Por último, a quarta fase ou a etapa recente aconteceu principalmente pela atuação das empresas colonizadoras que efetivaram a colonização moderna do Oeste paranaense.

A exemplo de outras regiões paranaenses, a ocupação de novas terras pelas populações brancas, tanto europeias quanto brasileiras, ocorreu, sobrepondo territórios nativos. Em fins do século XIX os espanhóis extraíam a erva-mate do Paraná e a exportavam para a Argentina e o Uruguai. Os *obrageros* controlavam alguns trabalhadores que contrabandeavam a erva-mate nos portos clandestinos situados às margens do Rio Paraná (GREGORY, 2002).

No início do século XX ocorreu na região um significativo aumento demográfico. A população de 126.977 pessoas aumentou para 685.711 habitantes. A elevação demográfica pode ser explicada pela modificação da estrutura da população, sobretudo com o incremento de mais de 100 mil imigrantes que vieram para o Paraná, acrescentando características diferenciadas à população. Outro fator que explica esse aumento demográfico foi o deslocamento de pessoas que chegavam de outras regiões do país, sobretudo de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Na década de 1920, houve uma entrada significativa de imigrantes alemães e italianos, que se dirigiam principalmente para o Oeste paranaense e se estabeleceram em pequenas propriedades familiares rurais, modelo de ocupação semelhante ao realizado em

6 Grandes áreas de terras concedidas pelo governo brasileiro a algumas empresas do exterior (argentinas e inglesas) para a extração de erva-mate e madeira no Oeste do Paraná (WACHOWICZ, 1987).

Santa Catarina e Rio Grande do Sul (NADALIN, 2001). Na década de 1930, com o movimento denominado de 'marcha para o oeste', o governo brasileiro incentivou a migração para a ocupação de terras fronteiriças e do interior do país.

Construiu-se a concepção de 'vazio demográfico', quase despovoado, que deveria ser ocupado pela colonização pioneira. Essa ideia teve grandes repercussões entre pesquisadores que analisaram a história da região. Historiadores, geógrafos, sociólogos, representantes políticos, integrantes de órgãos de colonização eternizaram a visão do 'vazio demográfico' em livros e materiais de divulgação. Essa versão repetiu-se nos livros didáticos, importantes mecanismos de normatização de ideias na época, utilizando, principalmente, termos como 'sertão', 'terras devolutas', 'mata virgem' ou 'boca do sertão' (MOTA, 2005).

Wilson Martins, em sua obra *Um Brasil diferente*, publicada nos anos de 1950, retoma a emancipação política do Paraná em 1853, para afirmar que a preocupação do Presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos era o povoamento dessa região.

> A província era nesse momento, do ponto de vista humano, um ilimitado deserto, interrompido irregularmente por dezenove pequenos oásis, situados a distâncias imensas um dos outros – e distâncias literalmente intransponíveis [...]. Em compensação, na maior parte do território o vazio era absoluto: eram os 'campos gerais', era a floresta, era a Serra do Mar (MARTINS, 1995, p. 71, grifo nosso).

Essa interpretação é encontrada em muitas obras que trataram da ocupação e colonização do território paranaense. A expressão 'vazio demográfico' tornou-se ponto inicial para abordar o sistema de colonização da região a partir dos anos de 1930. No entanto, essa versão ignora a existência de populações tradicionais em todas as regiões do Paraná (MOTA, 2005).

Ocupação e colonização

Até as duas primeiras décadas do século XX algumas regiões do Paraná ainda não haviam se integrado aos centros de decisão política e econômica do Estado. A conquista e ocupação de novas terras no Oeste do Estado começaram a tomar amplas dimensões no início da década de 1940, sob a perspectiva da busca do desenvolvimento e progresso do país, fomentada, sobretudo, no ideal politizado da 'marcha para o oeste' no governo de Getúlio Vargas.

Figura 1: Mapa da região Oeste do Paraná
Fonte: Oparana (2012).

A 'marcha para o oeste' foi uma campanha de forte apelo nos meios de comunicação, produção cultural e educação no Brasil no decorrer da década de 1930. Com a busca da exaltação do sentimento da brasilidade e o resgate do valor do 'sertão', o povo brasileiro deveria voltar seus olhos para a descoberta de um novo país, rumando para o Oeste,

antes explorado pelos bandeirantes e depois permanentemente esquecido. Nessa campanha "estava embutido o desejo de fazer as pessoas circularem para o Oeste, a fim de que todos, de uma forma ou de outra, estivessem presentes no grande todo" (WACHOWICZ, 1988, p. 15). No âmbito paranaense, a campanha da 'marcha para o oeste' contribuiu, sobretudo, para atingir o que a bibliografia e documentos da época consideravam 'sertão'. Ignorando as populações tradicionais que residiam nesses locais, o discurso oficial perpetuou a visão de que esse movimento colaborou na ocupação de uma região 'vazia', 'isolada', praticamente abandonada, entregue à ação das *obrages* estrangeiras.

Desde a independência política da província do Paraná em 1853, os governos do Estado tornaram-se responsáveis pela distribuição das terras tidas como devolutas e sempre o fizeram, beneficiando as grandes empresas colonizadoras, numa espécie de troca de benefícios. Os caboclos pioneiros, ou pequenos proprietários, ocupantes e interessados na posse de terras sempre foram deixados para segundo plano. As grandes empresas representavam, acima de tudo, o interesse do capital e detinham prioridade para demarcar e revender as terras.

Desde o final do século XIX e início do século XX, o governo fez enormes concessões a empresas estrangeiras tendo como objetivo a exploração de erva-mate, madeira e a colonização da região Oeste. Essas empresas, já anteriormente citadas, eram denominadas o*brages* e os seus trabalhadores eram os *mensus*[7], geralmente paraguaios, argentinos e 'guaranis modernos' – termo empregado aos índios guaranis miscigenados no Paraguai.

O *obragero*, como era conhecido o proprietário de latifúndio argentino, geralmente tinha conhecimento de que suas embarcações poderiam navegar até as sete quedas do rio Paraná. Diante dessa possibilidade, organizava uma empresa, montava uma expedição e, em alguns casos, comprava terras do governo paranaense. No entanto, era mais comum o ingresso dos *obrageros* em território paranaense por vias ilegais.

7 A expressão vem do espanhol, da palavra 'mensual', ou seja, mensalista (GREGORY, 2002, p. 89).

Vários peões – os *mensus* – seguiam a expedição, munidos de produtos de primeira necessidade e instrumentos para a colheita da erva-mate, que era nativa na região. Na maioria das vezes, os *mensus* saíam dos navios e se fixavam nas margens fluviais dos rios da região. Fixavam-se nesses locais, formando um povoado, mais conhecido como 'porto', por onde eram escoadas a produção da erva-mate e, posteriormente, a da madeira. Por toda essa região de fronteira, multiplicaram-se os denominados 'portos', que surgiram com o estabelecimento das *obrages* e a fixação dos *mensus*. Como afirma Ruy Wachowicz, "esta frente extrativa de erva-mate era, pois, de capital argentino, mão de obra paraguaia e matéria prima brasileira" (1988, p. 27).

O desenvolvimento das *Obrages* foi facilitado porque o governo imperial em meados do século XVIII havia assinado um acordo de navegação com a Argentina e com o Paraguai. Esse documento garantiu o acesso à província do Mato Grosso com entrada pela foz do rio da Prata até o rio Paraná. Na outra parte do acordo a Argentina tinha assegurado o direito de navegar pelo rio da Prata, desde o Iguaçu até a distância das Sete Quedas. Essas resoluções tornaram propícia a atividade de contrabando da erva-mate, muito consumida pela população platina, e da madeira, que, além de utilizada pelos argentinos, era também exportada para o Canadá e Estados Unidos (COLODEL, 2008).

Na década de 1920, o Oeste paranaense era uma fronteira que praticamente não pertencia ao Brasil. Falava-se pouco a língua portuguesa e circulava como moeda o peso argentino. As *obrages* justificavam a existência de mais de dez mil habitantes no Oeste paranaense na década de 1930, a maioria de origem platina. Era uma região de difícil acesso, onde a penetração realizava-se apenas por meio do rio Paraná, da estrada de ferro Guaíra-Porto Mendes e da 'estrada' que levava de Guarapuava a Foz do Iguaçu (STECA; FLORES, 2008). No entanto, os meios de transporte eram todos controlados pela Argentina e pela Companhia Mate Laranjeira, de origem paraguaia.

Mesmo com sucessivas tentativas de intervenção do governo estadual e do federal, as *obrages* impediam e dificultavam a criação de colônias de povoamento. Os argentinos e os seus vapores eram os principais causadores do isolamento a que estavam condenados os moradores de Foz do Iguaçu. O acordo que havia sido selado estimulou o desenvolvimento das *obrages* e o monopólio do comércio e da navegação pelo rio Paraná. Por outro lado, esse sistema proporcionou a elevação do desmatamento e esgotamento das reservas naturais, além de incentivar o regime de trabalho semiescravista.

A expedição chefiada pelo Secretário do Estado do Paraná, Pietro Cezar Martinez, e o Tenente-coronel José de Lima Figueiredo para o reconhecimento do extremo Oeste do Paraná em 1936, descreveu os aspectos da região, ressaltando a inexistência de brasileiros no local:

> Atravessamos o rio Ocobi, que se deveria grafar 'Oco-u', pois oco é um nome de um pássaro raro, aquático e 'u', significa água, em guarani. Escolhemos parar na *obrage* Sete de Setembro, do Senhor Eugenio Caferata, argentino. O senhor Caferata trabalha com 120 homens, sendo 82 paraguaios e 38 argentinos. O único brasileiro existente nesse recanto do nosso Brasil é um soldado de polícia ali destacado, que, aliás, é casado com uma paraguaia e seus filhos falam [...] o guarani (MYSKIW, 2002, p. 64).

Na época da expedição os limites territoriais já estavam definidos. Mas a integração econômica e cultural era ideal a ser alcançado (FREITAG, 2007). A situação de miséria e abandono na região aos poucos foi sendo denunciada. Essas revelações alcançaram grande projeção em Curitiba e no Rio de Janeiro, durante o período da República Velha. Até em 1924, com a passagem da Coluna Prestes pelo Oeste paranaense, os tenentes rebeldes ficaram chocados com as cenas que viam, principalmente quanto à desnacionalização da fronteira e as relações de exploração estabelecidas pelas empresas estrangeiras (DIAS; PRIORI, 2009). O governo paranaense desarticulou finalmente as *obrages*, ao baixar o decreto de nº 300 em 03, de novembro de 1930. Com essa ação fez voltar ao poder estadual as

concessões cedidas a empresas estrangeiras e nacionais que não haviam cumprido com as cláusulas contratuais. Além da desarticulação oficial, a exploração *obrageira* já vinha passando por graves crises econômicas em detrimento da desvalorização do mate brasileiro no mercado argentino.

Efetivado o cancelamento das concessões, o Estado baixou o decreto nº 800, em 08 de agosto de 1931, e a lei nº 46 em 10 de dezembro de 1935. Por meio desses atos jurídicos, passou a vender as terras devolutas recuperadas para empresas ou particulares. A partir desse momento, iniciaram-se duas frentes de colonização da região Oeste: a frente pública, da qual o Estado se encarregava de fazer o loteamento, e a frente privada, a cargo de empresas de colonização e imobiliárias.

Os projetos de colonização pela iniciativa privada foram mais eficientes do que os projetos da iniciativa do Estado. Isso pode ser explicado pela experiência das empresas no ramo. Geralmente essas empresas conheciam quais as melhores técnicas a serem utilizadas tanto para um bom desenvolvimento econômico da área a ser colonizada, como para aumentar seus lucros. Dentre as empresas que atuaram no Oeste do Estado merecem destaque as companhias Industrial Madeira e Colonizadora Rio Paraná Ltda (Maripá); Pinho e Terras Ltda; Industrial Agrícola Bento Gonçalves; Colonizadora Gaúcha Ltda.; Colonizadora Matelândia; Colonizadora Criciúma; Sociedade Colonizadora União D´Oeste Ltda; e Colonizadora Norte do Paraná.

Essas empresas, juntamente com outras de menor relevância, colonizaram uma área superior a dois milhões de hectares. Ao firmarem o acordo com o Estado, deveriam se dedicar às atividades relacionadas à madeira, à indústria, ao comércio e à venda das terras. Dentre elas, a Maripá foi a que obteve maior destaque por ações sociais, empreendendo construções de casas, hotéis e estradas, não atuando apenas e exclusivamente na venda de lotes de terras.

A venda de lotes, tanto urbanos como rurais, ocorria de forma planejada, como podemos constatar no relatório da empresa Pinho e Terras Ltda, citado por Myskiw:

> Os lotes coloniais, medindo em torno de 25 hectares, formariam perímetros de área diferentes de acordo com o relevo e a hidrografia. Ao redor dos núcleos populacionais foram criados lotes de 2,5 hectares, chácaras destinadas ao cultivo de hortigranjeiros. Internamente, os núcleos populacionais urbanos (vilas e cidades) seriam divididos em quarteirões, medindo geralmente 100 x 100 metros, ou seja, 10.000 metros quadrados (um hectare), contando cada quarteirão com 10 lotes de 100 metros quadrados (MYSKIW, 2002, p. 67).

A Maripá fixou sede em Toledo e tomou uma série de medidas para formar diversas colônias de agricultores na região. Privilegiou a venda das terras em pequenas propriedades, com tamanho aproximado entre 10 alq. (24 ha). A companhia colonizadora dividiu as terras de modo que cada propriedade tivesse um curso de água. Os compradores eram selecionados rigorosamente. Chama a atenção que a venda desses lotes era feita de preferência para gaúchos e catarinenses, em sua maioria com descendência alemã ou italiana. Em 1951 já se podia notar a presença de algumas famílias na localidade de General Rondon (atual Marechal Cândido Rondon) e em Toledo. Entre 1951 e 1954 foram fundadas vilas como Novo Sarandi, Quatro Pontes, Margarida, Vila Nova, Novo Três Passos, Mercedes, Nova Santa Rosa, Maripá, São Roque e São Petrogrado. Muitas dessas vilas ou colônias se tornaram municípios, enquanto outras se firmaram como distritos de Toledo ou Marechal Cândido Rondon.

No processo de colonização do Oeste do Paraná, destacou-se a ocupação majoritária por migrantes de origem italiana e alemã, originários dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. As condições favoráveis para o desenvolvimento da agricultura foi um fator de motivação para a ocupação da região. Isso ocorreu principalmente durante a Segunda Guerra Mundial (1930-1945), quando ficou evidente que alguns setores do país necessitavam ser ampliados, entre eles, a industrialização, a indústria de base e a criação de uma fronteira agrícola forte.

Numa perspectiva social, o Paraná possui um amplo histórico de conflitos que envolve a disputa por terras. Nas regiões Sudoeste e Oeste

do Paraná não foi diferente. Isso porque geralmente as terras doadas ou vendidas às colonizadoras estavam em sua maioria ocupadas por posseiros e essas empresas se encarregaram de expulsá-los. A Revolta de 1957 (AMANCIO, 2009) e os conflitos agrários na região Oeste (CRESTANI, 2010) são exemplos de como esse processo de colonização ocorreu no limiar entre o progresso e a violência.

A segurança de quem comprava a terra era explícita pelo contrato de compra e venda. No entanto, muitos litígios ocorreram na área, pelo fato de que muitas posses eram devolutas, ou mesmo pela ação de grilagem e má fé das empresas colonizadoras (WESTPHALEN; MACHADO; BALHANA, 1988). Muitos pesquisadores afirmam que a Maripá teria sido a única colonizadora da região a garantir tranquilidade e segurança depois da devida compra dos lotes. Uma explicação provável seria o fato de que essa empresa teria comprado a sua gleba de terras, em 1946, da antiga Fazenda Britânica, cujo ex-proprietário, a Companhia de Madeiras Del Alto Paraná, havia efetuado a compra diretamente numa transação legalizada com o Estado do Paraná. A partir do início da década de 1950, começou a chegar à área um grande número de colonos do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e do Sudoeste paranaense. Com uma pequena quantia em dinheiro, essas pessoas compravam o 'direito de posse' dos primeiros posseiros ou de supostos agentes do Instituto Nacional de Imigração e Colonização. Iniciou-se um ciclo acelerado de compra e venda de posses, que muitas vezes se dava por escambo: "Dez alqueires de terra chegaram valer uma espingarda calibre 32 e uma novilha" (COLOMBO, 2001, p. 14).

Conflitos pela terra

Vários historiadores (MYSKIW, 2002; CRESTANI, 2010) afirmam que a atuação de empresas privadas na colonização da região Oeste do Paraná ocorreu entre os anos de 1950 e 1960. O processo colonizador dessa área envolveu tanto as companhias colonizadoras,

como os jagunços, posseiros, colonos e grileiros que, em muitos casos, utilizaram-se da violência física ou moral para se apossarem da terra ou defenderem suas propriedades, ou o que consideravam serem os seus domínios.

A disputa pela posse de terras na região e que envolveu a União, empresas colonizadoras e o Estado do Paraná é resultado do impasse pela posse da terra proveniente desde a colonização do Brasil. Embora a confusão em torno da documentação fosse notada desde a época das 'sesmarias' (sistema de doação de terras promovido por Portugal no século XVI), o tumulto ficou mais evidente após a implantação da Lei de Terras de 1850. Este instrumento jurídico procurou definir o que eram terras devolutas e objetivava diferenciar as terras públicas das privadas, impedindo, ainda, o acesso à terra devoluta, a não ser por meio da compra (MOTTA, 2005).

No Paraná, o período considerado mais turbulento e que envolveu disputas por terras ocorreu necessariamente durante os governos de Moysés Lupion (1947-1951 e 1956-1961). No que diz respeito à região Oeste do Estado, o momento mais delicado foi durante os anos de 1957 a 1960, quando Lupion emitiu uma série de títulos em relação à mesma área (CRESTANI, 2010). Como consequência, iniciou-se uma disputa judicial acirrada pelas terras que perdurou muitos anos, a ponto de os próprios funcionários do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) de Cascavel reclamar do cansaço "de tentar decidir sobre os herdeiros da terra [...]. Quando não é posseiro que aparece aqui com uma escritura na mão é a própria pessoas que, dizendo-se herdeiro de um pedaço de terra, vem atrás de nossas ajuda para poder ocupá-la" (JORNAL ESTADO DO PARANÁ, 1978, p. 24).

Os inúmeros títulos de terra emitidos por Moysés Lupion, além de duvidosos, muitas vezes estavam nas mãos de pessoas que residiam em outros Estados. Muitos, inclusive, portavam títulos em branco, o que indica como a distribuição desses documentos foi feita à revelia. Diante da forma desordenada de titulação das terras e acobertamento do poder

político, podemos compreender o surgimento dos conflitos agrários na região Oeste do Paraná.

Considerada a última fronteira agrícola do Paraná, a região Oeste despertava o interesse das companhias colonizadoras, a ponto de várias dessas empresas atuarem nessa área. Em virtude da diversidade de companhias colonizadoras que aí se estabeleceram e, embora os processos de disputa pela terra tenham semelhanças nos diferentes municípios que se formaram nessa região, é importante estarmos atentos para as particularidades desses litígios.

Assim, foram registrados desentendimentos pela posse da terra nos anos de 1950 na região que compreende os atuais municípios de Assis Chateaubriand e Tupãssi, quando os títulos da propriedade de terras dessa área foram concedidos por Moysés Lupion para a Colonizadora Norte do Paraná. Com base nesses documentos (os títulos), esta empresa colonizadora providenciou a desocupação imediata das propriedades rurais na região Oeste do Estado. Nessa área, a Companhia Colonizadora Norte do Paraná não economizou no uso de jagunços para expulsar e intimidar, inclusive com ameaças de morte, as pessoas que até então viviam nessas terras (CRESTANI, 2010).

Também não podemos nos esquecer da Revolta do Sudoeste de 1957, conflito marcado pela disputa de terras entre posseiros e a empresa colonizadora Clevelândia Industrial e Territorial Ltda (CITLA) e que se estendeu por uma área que compreende os atuais municípios de Capanema, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Pato Branco, Santo Antônio do Sudoeste, Pranchita, Verê. Diferente das demais revoltas que ocorreram no Oeste do Paraná, a Revolta de 1957 foi concluída com a vitória dos posseiros, os quais tiveram suas posses reguladas e tituladas a partir de 1962 (AMANCIO, 2009).

Também nas localidades de Jardinópolis e Flor da Serra, interior do atual município de Medianeira, houve conflitos que envolveram a posse da terra. A revolta de posseiros que alcançou maior repercussão nessa área ocorreu em 1961, marcando os desentendimentos desses com as empresas

colonizadoras Alto do Paraná, a Industrial Bento Gonçalves e Matelândia, que, segundo os títulos emitidos por Lupion, garantiram a posse das terras dessa região (COLOMBO, 2001).

Outro levante de posseiros ocorreu em Três Barras em agosto de 1964. Embora se trate de um movimento pouco estudado pela historiografia, também notamos as divergências em relação à posse das terras. O choque incluiu colonos, posseiros e supostos proprietários e envolveu políticos e a comunidade local. Além desses, existem registros de conflitos semelhantes ocorridos em Guaraniaçu e Guaíra, respectivamente, nos anos de 1955 e 1956.

Diante da miríade de conflitos que envolve a posse de terras, podemos dizer que a colonização do Oeste do Paraná ocorreu de forma 'irregular'. A 'propriedade', 'posse' e 'titulação' se tornaram questões importantes para a efetiva colonização dessa região. Tamanho interesse por terras no Paraná ocorreu num momento em que a questão agrária, principalmente da reforma agrária, estava no centro de uma discussão nacional. Havia o desejo dos posseiros de permanecerem na terra, os interesses maiores das empresas colonizadoras, a questão da ilegalidade da terra ocupada e também o direito de quem já havia pagado pela sua terra, além das disputas nos tribunais estaduais e federais em torno das denominadas terras devolutas. Todos esses interesses, muito contraditórios, se chocavam e acabavam inevitavelmente gerando conflitos, muitas vezes intensos e violentos.

Apesar desses problemas e litígios ocorridos que envolviam a questão da luta pela terra, podemos dizer que houve êxito nas ações das empresas colonizadoras. Se levarmos em consideração o trabalho final, é possível observar o aumento e desenvolvimento da população e de sua infraestrutura regional ocorrida com o passar de alguns anos após as ocupações imobiliárias. As companhias, apesar de múltiplas e variadas, delinearam a organização do espaço, estipulando o tamanho das propriedades rurais e o traçado das cidades. Também a cultura local

foi influenciada com a fixação de migrantes oriundos de outros Estados, como Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

No entanto, famílias inteiras de posseiros foram expulsas de suas terras para dar espaço à iniciativa privada. É inevitável analisar essas lutas sem nos depararmos com o cotidiano das pessoas que viviam nessa área. Muitos deixaram sua terra natal na perspectiva de construir uma vida familiar mais próspera e se estabilizar com uma pequena propriedade rural. No entanto, se surpreenderam com a ganância pela posse da terra. Enquanto que as visões das companhias colonizadoras e de representantes do poder político estão expressas em discursos que justificam as suas ações em prol do desenvolvimento da região, a ótica das pessoas comuns pode ser buscada na memória social da população do Oeste do Paraná. Muitas vezes, um imaginário que ainda carrega as marcas do poder e violência a que foram submetidos. Por isso, ao falarmos da colonização do Oeste do Paraná, é importante lidarmos com as múltiplas interpretações que esse tema nos fornece, por mais que a história oficial tente apagá-las.

Referências

AMANCIO. S. M. *Ontem, luta pela terra; hoje, monumento histórico*: a revolta dos posseiros no Sudoeste do Paraná em suas variadas versões. 2009. 178 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009.

COLODEL, J. A. Cinco séculos de história. In: PERIS, A. F. (Org.). *Estratégias de desenvolvimento regional*: região oeste do Paraná. Cascavel: Edunioeste, 2008. p. 29-75.

COLOMBO. O. L. *Memória, documentos sobre a Revolta de 61*. Serranópolis do Iguaçu: Igal, 2001.

CRESTANI, L. A. *Memórias dos conflitos agrários na região Oeste do Paraná (1950-1980)*. 2010. 67 f. Monografia (Especialização em História e Humanidades)-Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.

DIAS, E. S.; PRIORI, A. Fronteira sitiada: as memórias dos moradores de Foz do Iguaçu sobre os movimentos tenentistas (1924-1925). In: PRIORI, A. (Org.). *História, memória e patrimônio*. Maringá: Eduem, 2009. p. 49-64.

FREITAG, L. da C. *Extremo-oeste paranaense*: história territorial, região, identidade e (re) ocupação. 2007. 209 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista, Franca, 2007.

GREGORY. V. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial*: migrações no Oeste do Paraná (1940-1970). Cascavel: Edunioeste, 2002.

JORNAL O ESTADO DO PARANÁ, Curitiba, 04 fev. 1978.

MARTINS, W. *Um Brasil diferente*: ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989.

MOTA, L. T. *História do Paraná*: ocupação humana e relações interculturais. Maringá: Eduem, 2005.

MOTTA, M. M. M. *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MYSKIW. A. M. *Colonos, posseiros e grileiros*: conflitos de terra no oeste paranaense (1961-1966). 2002. 201 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

NADALIN, S. O. *Paraná*: ocupação do território, população e migrações. Curitiba: SEED, 2001.

OPARANA.COM. Disponível em: <http://www.oparana.com>. Acesso em: 06 jan. 2012.

STECA, L. C.; FLORES, M. D. *História do Paraná*: do século XVI à década de 1950. Londrina: UEL, 2008.

WACHOWICZ, R. C. *História do Paraná*. Curitiba: Vicentina, 1988.

WACHOWICZ, R. C. *Obrageiros, mensus e colonos*. 2. ed. Curitiba: Vicentina, 1987.

WESTPHALEN, C.; MACHADO, B. P.; BALHANA, A. P. Ocupação do Paraná. *Cadernos de Migração*, São Paulo, v. 3, p. 4-43, 1988.

7

A cafeicultura no Paraná

O leitor, com certeza, já ouviu falar da pujança da cafeicultura paranaense entre os anos 1940 e 1970. E com certeza sabe o que significa as expressões 'ouro negro' e 'ouro verde'. Muito mais do que viver uma fase de produção, o café se transformou em orgulho paranaense por simbolizar riqueza, desenvolver cidades, atrair investidores e modernizar algumas regiões do Estado. Mas, afinal, se a cafeicultura paranaense teve grande destaque, por que nos dias atuais os grãos de café não ocupam o primeiro lugar na produção agrícola? É importante deixar claro que o Paraná assistiu ao auge e ao declínio da cafeicultura ao longo do século XX. Mas, como tudo isso começou? De que forma o café chegou às terras paranaenses? Antes de esclarecermos essas e outras questões, que tal fazermos uma viagem pela história do café e sua propagação no continente americano e em solo brasileiro?

Com sua origem creditada ao continente africano, precisamente na região da Etiópia Central, o café teria se expandido para o Oriente por meio de comerciantes árabes. A expansão do café em terras europeias e americanas teria ocorrido com a intensificação das grandes navegações. As primeiras mudas de café teriam sido cultivadas na América no século XVIII e provavelmente seriam oriundas do território ultramarino francês de *Reunion*[8], conhecido na época como Ilha de Bourbon. Inicialmente

8 Trata-se de uma ilha no Oceano Índico que ainda hoje é um departamento ultramarino da França.

cultivada na Ilha Martinica, na região caribenha, durante os anos de 1720, a plantação de café adaptou-se ao clima dos trópicos. Em 1720 e 1780 já há notícias da existência do café em outras regiões caribenhas (como a Jamaica) e inclusive no próprio continente (como no México e na Venezuela). Também nesse período houve a introdução de mudas cafeeiras pelos holandeses em sua colônia americana, o Suriname.

Acredita-se que, no Brasil, o café foi introduzido em 1727 pelo militar Francisco de Mello Palheta quando foi enviado para intervir na questão de fronteira entre as Guianas Francesa e Holandesa. Palheta trouxe as primeiras sementes e a plantação cafeeira expandiu-se no Norte e Nordeste brasileiro, chegando ao Rio de Janeiro em 1760 e estendendo-se para a região de Minas Gerais após a crise dos veios auríferos (POZZOBON, 2006). Nessa época, o café já se encontrava no mercado e com grande valor comercial, pois na Europa e nos Estados Unidos o consumo da bebida estava crescendo cada vez mais.

No início, a cultura do café não teve muito apelo dos agricultores brasileiros, que naquele período estavam interessados no cultivo da cana-de-açúcar, produto agrícola de maior renda na economia. Mas, em curto espaço de tempo o café já substituía a cultura canavieira, pois a demanda mundial daquele era bem maior e também exigia menor mão de obra. Além disso, diferentemente da cana-de-açúcar, os pés de café reproduziam-se de 30 a 40 anos. Assim, entre 1820 a 1870, o café ocupou, aos poucos, a plantação canavieira e atingiu o auge de sua produção. Tinha início então uma nova etapa econômica do país.

O cultivo do café expandiu-se pelas terras brasileiras e, pelas condições climáticas, se alastrou rapidamente pelo vale do rio Paraíba, chegando a São Paulo na década de 1880. Caio Prado Júnior (1981) considera que o século XIX foi marcado por uma revolução no que se refere à distribuição de suas áreas produtivas. Na visão do autor, dois fatos básicos sustentam mudanças bruscas na área agrícola: o primeiro seria o deslocamento dos centros econômicos das velhas regiões cultiváveis do Norte para as mais recentes do Centro-sul (principalmente o Rio de

Janeiro, algumas áreas fronteiriças de Minas Gerais e São Paulo). O outro fator seria a decadência das lavouras tradicionais do Brasil (como a cana-de-açúcar, algodão e o tabaco) e o desenvolvimento do café, que até então não possuía muita importância no cenário econômico brasileiro, mas que ao longo do século XIX aparece com destaque no campo das exportações brasileiras.

Em consonância com Roberto Simonsen (1977), nos anos que compreendem o período entre 1816 e 1822 foi exportada uma média anual de 2 milhões de arrobas (equivalente a 30.000 t) de café pelo porto do Rio de Janeiro. Na análise de Caio Prado Júnior (1981), entre 1821 e 1830, foi registrada uma queda na venda de café, contando com a embarcação de 19.068 toneladas. No entanto, esse autor reconhece que, a partir da década de 1840, o café alavancou o mercado e se tornou o principal produto brasileiro de exportação. De 1856 a 1860 o café respondia por 49% das exportações brasileiras. Já nos anos de 1910 representava 65%, atingindo o índice mais alto em 1920 com o percentual de 70% das exportações.

O café no Paraná

No fim do século XIX e no início do século XX a extensão dos cafeeiros paulistas atingiu o Paraná. Com o aumento excessivo da produção e da oferta, em 1902 o Estado de São Paulo adotou políticas de restrição da produção do café, proibindo o seu plantio por um período de cinco anos. Em função desse problema os fazendeiros paulistas optaram em procurar terras no Norte do Paraná, impulsionando a expansão cafeeira no Estado. Para Nadir Cancian (1981), a cafeicultura no Paraná representou a continuação da 'marcha para o oeste' dos paulistas, porque sempre visou a perspectivas de bons lucros. Os fazendeiros paulistas adentraram no Paraná quando as terras daqueles estavam se tornando escassas e com baixa fertilidade. Com isso buscavam novas terras para aumentar a produção e consequentemente gerar maior rentabilidade por meio do desenvolvimento da agricultura comercial, com base na produção de café.

No início do século XX, as terras roxas do Paraná já eram conhecidas por sua alta rentabilidade na produção cafeeira. A disponibilidade dessas terras, os incentivos públicos e a possibilidade de pagamento em condições facilitadas proporcionaram que muitos colonos e lavradores começassem a comprar terras no Norte do Paraná, instalando nessa área a produção cafeeira segundo o modelo paulista. Nesse sentido, a cafeicultura paranaense esteve muito ligada ao Estado de São Paulo e podemos dizer que ela era uma continuidade da economia paulista.

Figura 1: Hegemonia Paulista[9]
Fonte: Wachowicz (1987, p. 126).

A expansão do café no Paraná foi possível graças a uma série de questões, como aponta Nadir Cancian (1981): política econômica governamental, facilidade de aquisição de terras, clima propício, terras férteis e escoamento da produção por meio de ferrovias que ligavam o

9 Segundo Ruy Wachowicz (1987), a mão canhota aberta indicava a influência de São Paulo em relação aos Estados vizinhos. O Pulso indicava o Estado de São Paulo e o Porto de Santos, símbolo das exportações brasileiras até meados dos anos 1950. Os dedos indicavam os Estados próximos, como numa relação de dependência com o Estado de São Paulo.

Estado ao Porto de Santos. Além disso, a autora enfatiza dois momentos (entre os anos de 1906 a 1929 e 1945 a 1960) de utilização máxima da terra em prol da produção cafeeira em uma conjuntura de preços favoráveis que estimulou novas formas de exploração da terra em nome do abastecimento do mercado e, como consequência, da inclusão do Paraná no cenário da economia nacional. No entanto, o declínio da produção cafeeira paranaense, a partir dos anos de 1960, resultou num esforço de diversificação agrícola e da modificação do nível de produção em algumas regiões do Estado. "Preços baixos corresponderiam à utilização da terra de modo diversificado. Preços altos, ao contrário, incentivariam a tendência para a monocultura" (CANCIAN, 1981, p. 15).

Em fins do século XIX e início do século XX a cultura cafeeira se expandiu por boa parte do setentrião paranaense, principalmente no Norte Velho. Portanto, podemos dizer que foi entre 1886 e 1906 que o café iniciou sua marcha rumo ao Paraná. A expansão cafeeira no Estado contou com fatores que iam além das fronteiras paranaenses: o encontro dos paulistas com a terra roxa, a organização da força de trabalho após a abolição do tráfico de escravos, o crescimento da imigração estrangeira, o amparo à produção, a melhoria dos meios de transporte, o incentivo aos financiamentos de máquinas, o surgimento de programas em defesa do café e a liberação do governo estadual de incentivar o plantio para estimular a progressiva expansão dos cafezais.

Nos anos 1920 e 1930, a expansão cafeeira atingiu a região denominada de Norte Novo (longo território do Norte do Paraná, localizado à margem esquerda do rio Tibagi. Nessa região, a colonização das terras e divisão dos lotes contou com ampla participação da Companhia de Terras Norte do Paraná. A princípio, esta empresa de origem britânica tinha por finalidades ocupar a região e estimular a produção de algodão para que esta matéria-prima se tornasse predominante na Inglaterra. Porém, isso não ocorreu, já que as primeiras plantações de algodão na região não obtiveram resultados satisfatórios. A empresa mudou o seu foco e começou a revender as suas terras em pequenas parcelas territoriais. Além dessa companhia, uma dezena de outras companhias de terras se

instalou ao longo do Norte do Paraná, atuando na colonização e fixação de famílias em pequenas propriedades. Essa política atraiu para a região milhares de imigrantes, que vinham com o sonho de conquistar o seu pedaço de terra e produzir café e outros produtos alimentícios. O imigrante passou a ser considerado o fator de estabilidade para o desenvolvimento das cidades e o aumento da produção. Nessa época, o Paraná tornou-se a principal fronteira agrária e agrícola do país, atraindo tanto imigrantes europeus quanto migrantes nacionais.

O café no Paraná durante a primeira metade do século XX

Como enfatizado acima, em fins do século XIX e início do século XX, o café já atingia o Paraná. No entanto, a oferta de café brasileiro no mercado internacional estava ameaçada em função do aumento da produção. Como resultado, surgiu a primeira medida restritiva em 1902. Tal iniciativa proibia o Estado de São Paulo de plantar cafeeiros por cinco anos. Por outro lado, e contraditoriamente, o governo paranaense incentivava a cafeicultura no estado, reduzindo as taxas de exportação do café e procurando incentivar o plantio e atrair novos fazendeiros. Outra medida política que teve reflexo na expansão do café no Paraná foi o chamado Convênio de Taubaté.

O Convênio de Taubaté foi um acordo firmado em 1906 entre os três Estados maiores produtores de café – São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais – que se comprometeram em restaurar o equilíbrio entre oferta e demanda, adquirindo, por meio de compra, os excedentes da produção cafeeira, a fim de conservar a renda dos produtores. Para custear essa medida, foi necessário implantar um novo imposto e fazer um empréstimo de 15 milhões de libras esterlinas. Além do mais, os Estados envolvidos no acordo se comprometeram a não plantar café pelo período de cinco anos. Como consequência, tais restrições beneficiaram os países concorrentes, os quais tiveram condições de aumentar a área do cultivo cafeeiro. Outro

efeito do Convênio de Taubaté foi o impulso à industrialização de São Paulo, como medida alternativa à economia cafeeira (POZZOBON, 2006).

O Paraná nesse momento ainda não se apresentava como um dos principais produtores de café no Brasil. Por isso, não participou das medidas determinadas pelo Convênio de Taubaté. Aliás, esse acordo surtiu efeito contrário na economia paranaense: em vez de restringir a produção, o Paraná estimulou novos plantios. Diante dessa situação, vários cafeicultores compraram terras no Estado.

Mesmo assim, no período que compreende os anos de 1913 a 1917 foi registrada queda nos preços, principalmente em função de fatores externos que prejudicaram a dinâmica do mercado interno, como a Primeira Guerra Mundial e sua consequência direta com a falência de bancos, sobretudo os menores. Outra tentativa de elevação dos preços foi realizada entre os anos de 1917 a 1920, com intermediação do governo federal. Essa intervenção justificou-se com o fim da Primeira Guerra Mundial e na possibilidade de retomada do aumento das exportações. No entanto, em 1918 foi registrada uma grande geada e, como consequência, os preços duplicaram.

Com os preços do café em alta no mercado mundial e a crescente demanda, o Estado de São Paulo revogou a medida que proibia a plantação de novos cafezais. Mas a partir desse momento, São Paulo já tinha novos concorrentes. Em âmbito externo, outros países já estavam produzindo café, como Colômbia e Venezuela. E em âmbito interno, a expansão cafeeira marchava sem tréguas pelo Estado do Paraná.

Em 1920, o Paraná contabilizava 1.215 propriedades cafeeiras, tornando-se o sétimo maior Estado cultivador de café no país. Foi a partir dessa década, com a atuação da Companhia de Terras do Norte do Paraná (CNTP), que cada vez mais pessoas chegaram à região, impulsionando o povoamento e o estímulo à cafeicultura. Para Nadir Cancian, a ampliação da área cafeeira no Paraná "evidencia que os programas de defesa dos preços levaram à extensão do plantio que, conjugada a outros fatores,

constituiu-se em poderoso estímulo à produção cafeeira no Paraná" (1981, p. 25).

Figura 2: Famílias de colonos na lavoura (1920)
Fonte: Pozzobon (2006, p. 45).

A produção de café mudou a agricultura paranaense e se tornou uma riqueza estadual, com proteção e apoio do governo, trazendo desenvolvimento e crescimento para o Estado. O café tornou-se a cultura mais valorizada na época, devastou matas e trouxe fazendeiros de outros lugares que apareciam à procura de novas terras. Também abrigou um número bem grande de imigrantes estrangeiros e migrantes nacionais, que vinham para o Estado à procura de melhores condições de vida.

Diante desse quadro, algumas medidas foram tomadas, principalmente pelos maiores Estados produtores: incineração de café, proibição de novos plantios, instituição de taxas de exportação, havendo uma clara intervenção do Estado na economia.

Figura 3. Derriça do café (1920)
Fonte: Pozzobon (2006, p. 45).

A grande depressão desestimulou a produção. No entanto, o Paraná não adotou as mesmas medidas restritivas dos outros Estados brasileiros produtores de café. É evidente que a crise atingiu fortemente a cafeicultura paranaense, sobretudo na região do Norte pioneiro, já que o plantio era exercido por grandes proprietários e que demandavam linhas de créditos e farta mão de obra para a produção. Mas isso não foi o suficiente para o Estado estancar a expansão do plantio. Pelo contrário. Com a ausência de lucros, que criava muitas dificuldades para as grandes propriedades, os cafeicultores paranaenses foram estimulados a desenvolverem a pequena e a média propriedade. Com a diminuição do tamanho das propriedades, os custos de manutenção foram reduzidos, pois o lavrador e sua família se tornaram a mão de obra principal. Essa mudança alterou o custo de

produção já que esses pequenos e médios proprietários não precisavam mais gastar com trabalhadores assalariados. Em contrapartida, São Paulo limitava sua produção e lavradores paulistas se dirigiam com maior frequência para o Paraná, onde se estabeleciam em pequenas ou médias propriedades, motivados pela compra da terra, facilitada pelas empresas colonizadoras.

Figura 4: Rolândia, Paraná (1936) – 'Mateiro'
Fonte: Pozzobon (2006, p. 70).

O café no Paraná durante a segunda metade do século XX

Finda a Segunda Guerra Mundial e o mundo voltando ao seu curso normal, a economia foi se estabilizando, e, com ela, a demanda por café. O início da segunda metade do século XX presenciou a estabilidade do mercado cafeeiro, com isso, novos plantios foram incentivados e a retomada da produção foi alavancada. Uma medida importante para a retomada da produção foi a definição de preços mínimos para a venda do café. Com isso, o produtor tinha a garantia da venda do seu produto por um preço mínimo estabelecido pelo Estado.

Com esses incentivos foram plantados novos cafezais, aumentando-se a procura por terras ainda virgens e com boa fertilidade. As perspectivas de lucro e as altas dos preços, aliadas ao surgimento de novas técnicas de plantio, secagem e armazenamento, aumentaram a rentabilidade do produto. Na década de 1950 a expansão do café já atingia o Noroeste paranaense. E é possível afirmar que talvez tenha sido a melhor década para os lucros dos produtores, mesmo com as intempéries climáticas constantes, como o caso da grande geada de 1955.

Analisando a distribuição dos cafeeiros, podemos notar que o impulso nas plantações do Paraná ocorreu entre 1949 e 1953, quando a média anual era em torno de 135 milhões de pés. Nesse período, com a manutenção nas altas dos preços do café, houve tendência à monocultura em alguns municípios, principalmente no Norte do Paraná, onde havia grandes extensões de cafezais.

A historiadora Nadir Cancian (1981) afirmava que a cafeicultura paranaense ocorreu em três fases: a primeira no Norte Velho, a partir do século XIX e início do século XX, terminando com a crise de 1929; a segunda no Norte Novo a partir de 1930 até o final da Segunda Guerra Mundial; e, por fim, a terceira teria ocorrido entre as décadas de 1940 a 1960, quando se encerrou a expansão da cafeicultura paranaense.
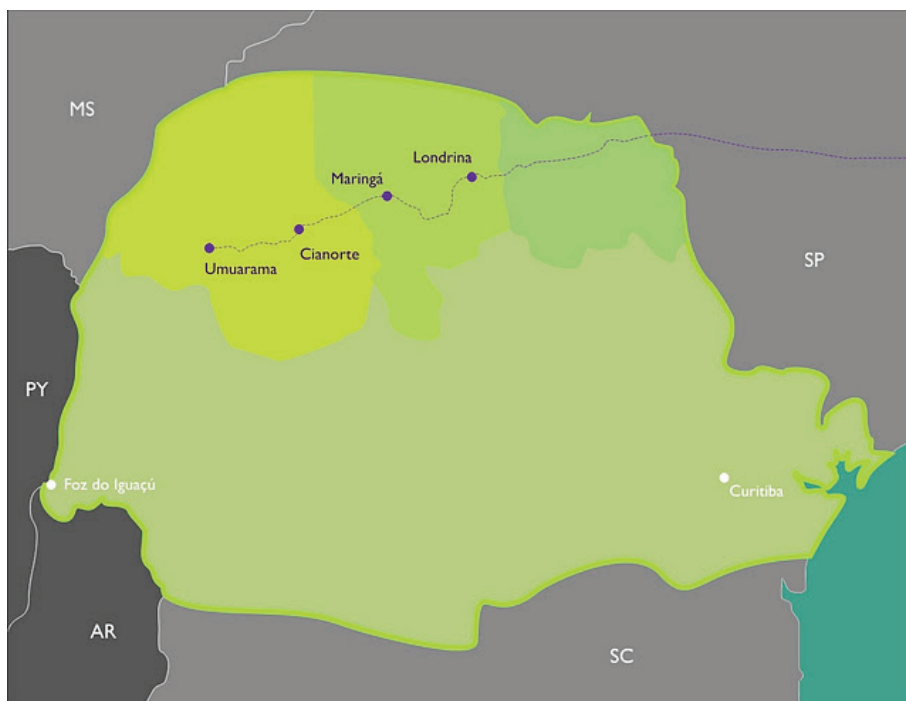
Figura 5: Mapa do Paraná[10]
Fonte: Gomes (2010).

Entre os anos de 1961 e 1962, o Paraná produziu 21,3 milhões de sacas de café. O centro produtor estava localizado na região Norte do Estado, principalmente pela qualidade do solo e clima propício para o desenvolvimento da lavoura cafeeira.

Em seu auge a cafeicultura paranaense atraiu pessoas de dentro e de fora do país, fosse para investir em terras no Estado ou à procura de trabalho e melhores condições de vida. O café trouxe povoamento, modernização e dinamizou os transportes e as comunicações. Em função do 'ouro negro', como o café foi chamado na época, muitas cidades enriqueceram. Em contrapartida, ao término de sua fase próspera, algumas cidades perderam importância ao passo que outras quase desapareceram.

10 Em destaque no mapa (da direita para a esquerda) estão as regiões do Norte Velho ou 'Pioneiro' (verde-escuro), Norte Novo (verde-médio) e Norte Novíssimo (verde-claro).

A partir dos anos 1960, iniciaram-se as políticas governamentais para a racionalização do plantio da cafeicultura e pelo estímulo à diversificação do uso da terra, incentivando o plantio de novas culturas, como a soja, o milho e o trigo. Com a grande 'geada negra' de 1975, que abalou parte do Estado, houve um declínio de grandes proporções na produção cafeeira. Com os cafezais condenados pela geada, a maioria dos cafeicultores paranaenses optaram por utilizar os incentivos governamentais para diversificação da produção e substituíram o plantio de café por novas culturas agrícolas, como a soja e o milho. O cenário do campo paranaense começou a mudar. Mas o café não desapareceu definitivamente.

Atualmente o Brasil é o maior produtor mundial de café e responde por 30% do mercado internacional do produto. É também o segundo mercado consumidor, ficando somente atrás dos Estados Unidos. O café continua sendo uma riqueza para o Brasil, geradora de empregos e movimentadora de grande quantia de dinheiro. As áreas produtoras de café estão concentradas no Centro-sul do país, destacando-se os Estados de Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo e Paraná. No entanto, a produção cafeeira está sofrendo uma queda no mundo todo. De acordo com a estimativa da Organização Internacional do Café (OIC), a safra mundial desse produto entre os anos de 2011 e 2012 deve apresentar redução de 4,33% em relação ao período anterior.

Atualmente, o Paraná possui 106 mil ha. dedicados ao cultivo do café. Para se estimular a produção cafeeira, houve a introdução do café adensado[11] no Estado. Neste método, diminuem-se o espaço e o tamanho dos pés de café. O café adensado foi desenvolvido sob medida para as pequenas propriedades. O aumento da quantidade de pés de café por hectare impede a entrada de tratores e colheitadeiras nas áreas, favorecendo a contratação de mão de obra assalariada. Hoje o Paraná tem 13.000 produtores de café, dentre os quais, 64% são da agricultura

11 Considera-se que uma lavoura é adensada quando o espaço livre entre as linhas de cafeeiros é igual a zero ou inferior a 20 cm. A distância entre as covas na linha pode variar desde 1 m até 1,5 m para covas de duas plantas, ou de 0,5 m a 1 m para covas de uma planta, dependendo da variedade e local (ANDROCIOLI FILHO, 2005).

familiar. A cafeicultura no Estado gera em torno de 70.000 empregos diretos e 210.000 empregos indiretos. Novas tecnologias e variedades estão sendo pesquisadas para dar mais espaçamento para o café adensado e, consequentemente, permitir maior produtividade para as pequenas propriedades agrícolas.

Referências

ANDROCIOLI FILHO, Armando. Ajuste de densidade e espaçamento. *Cafeicultura*, 18 dez. 2005. Disponível em: <http://www.revistacafeicultura.com.br/index.php?tipo=ler&mat=3648>. Acesso em: 22 nov. 2011.

CANCIAN, Nadir Aparecida. *Cafeicultura paranaense (1900-1970)*. Curitiba: Grafipar, 1981.

GOMES, Paulo Catto. *História e formação*. 2010. Disponível em: <http://paulocattogomes.blogspot.com>. Acesso em: 23 nov. 2011.

POZZOBON, Irineu. *A época do café no Paraná*. Londrina: Grafmark, 2006.

PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil (1500-1820)*. 7. ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL/MEC, 1977.

WACHOWICZ, Ruy C. *Norte Velho, Norte Pioneiro*. Curitiba: Vicentina, 1987.

8

Relações de trabalho: colonos, parceiros e camaradas

Como vimos no capítulo anterior, após a Segunda Guerra Mundial, o centro dinâmico da produção de café no Brasil deslocou-se do Estado de São Paulo para o Estado do Paraná. Esse movimento proporcionou um grande impulso na expansão da fronteira agrícola até o limite da ocupação total das terras disponíveis para o café. A cafeicultura passou a ser a principal atividade econômica do Estado, atingindo o seu apogeu na década de 1960, quando 55% da produção brasileira de café se concentrava no Paraná (PADIS, 1981).

A produção cafeeira no Paraná, ao contrário do que ocorria no Estado de São Paulo, com predominância das grandes propriedades tradicionais, desenvolveu-se, principalmente, em pequenas e médias propriedades. A existência de um número significativo de pequenas e médias propriedades é explicada pelo sistema de colonização de terras, adotado pelo Estado a partir dos anos 1930, que priorizou a venda de terras em glebas menores, com o objetivo de assentar trabalhadores nacionais. Outro fator é o topográfico, já que a zona cafeeira está encravada em região de planalto, constituída de terrenos ondulados, e as partes baixas não são próprias para o cultivo da rubiácea, pela maior incidência de geadas (CANCIAN, 1981).

O café atraiu para o Estado grande contingente populacional. As populações urbanas e as rurais das áreas cafeeiras passaram de 72.627 habitantes, no ano de 1920, para 4.428.010 habitantes, em 1970, atingindo um crescimento de 6.096% em 50 anos. No entanto, é no campo que se concentrou a maior parcela dessa população, engajada na produção de café e de culturas de subsistência (PADIS, 1981).

As relações de trabalho na lavoura cafeeira são bastante complexas e heterogêneas. No caso específico aqui em tela, ou seja, no caso da cafeicultura do Estado do Paraná, as relações de trabalho se constituíam praticamente em três categorias: colonato, parceria e camaradagem. Não temos dados quantitativos confiáveis para uma melhor demonstração, mas tudo indica que o colonato era a forma de trabalho mais frequente no Estado. Os censos agrícolas de 1950 e 1960, realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentavam dados genéricos. Com relação ao pessoal ocupado na agricultura, o IBGE dividia-os em empregados permanentes e empregados temporários, não especificando quais categorias de trabalhadores eram permanentes e quais eram temporárias, o que proporciona aos pesquisadores certa dificuldade de manipular esses dados.

No entanto, buscando exemplos na historiografia, principalmente naquela escrita no período, é possível visualizar a constituição dessas relações de trabalho. Duglas Teixeira Monteiro (1961), visitando a região cafeeira paranaense, no final da década de 1950, percebeu o seguinte:

Analisando a tabela abaixo, o leitor depara-se com três categorias de trabalhadores predominantes: os colonos, os parceiros e os camaradas.

O regime de colonato do Estado do Paraná não foi diferente daquele desenvolvido no Oeste paulista, até porque a expansão da cafeicultura do Paraná foi resultado da frente de expansão cafeicultora oriunda daquela região do Estado de São Paulo (MONBEIG, 1984). O colonato caracterizava-se por ser um regime de trabalho que combinava a força de trabalho de toda a família, ou seja, o trabalho do homem, da

mulher e dos filhos maiores de 14 anos. Cada chefe de família assumia a responsabilidade de tratar uma quantidade de pés de cafeeiros, conforme o tamanho de sua família, na proporção de 2.000 a 3.000 pés por pessoa adulta (considera-se adulto os maiores de 14 anos), ou por 'enxada', como diziam os trabalhadores.

Tabela 1: Porcentagem por categoria de trabalhadores

Posição na propriedade	**%**
Proprietários	13,40
Parceiros	27,83
Colonos	26,82
Camaradas diaristas e mensalistas	27,83
Administradores	1,03
Fiscais	3,09
Total	**100,00**

Fonte: Monteiro (1961).

O contrato de trabalho era assinado por um ano, correspondente ao período do mês de outubro ao mês de setembro do ano seguinte, período considerado ano agrícola. Havia, portanto, um "padrão de referência costumeiro do salário" (SALLUM JR., 1982, p. 99). O colono recebia anualmente uma quantia determinada pelo trato de 1.000 pés, e esta quantia era recebida em partes iguais, mensal ou bimestralmente. Esse salário referia-se somente ao trato dos cafezais. O pagamento da colheita era feito separado, conforme a quantidade de café colhido pela família, sendo o preço estipulado por sacas de 110 L. Nesse caso, a remuneração total, durante o ano agrícola, dependia da capacidade da família em colher o café.

Esse tipo de remuneração encerra um fato curioso. De um lado, o colono é um trabalhador que recebe um salário anual familiar por determinada tarefa (o trato de uma quantidade de pés de café) e, por outro, ele recebe um salário, ainda familiar, pela sua capacidade de produção (a

capacidade de colher tantas sacas de café). Na conjugação desses dois tipos de remuneração é que ele concebe toda a remuneração anual.

No entanto, as relações de trabalho no regime de colonato são mais complexas ainda. Como enfatiza Martins:

> O colono combinava a produção do café com a produção de uma parte substancial dos seus meios de vida. Especialmente nos cafezais novos era-lhe permitido plantar milho e feijão e, em menor escala, arroz, batatas, legumes etc. Essa produção lhe pertencia inteiramente, em grande parte consumida pela família e em parte vendida aos comerciantes ou, até mesmo, ao fazendeiro (1981, p. 83).

Essa produção 'substancial dos seus meios de vida' poderia ser feita intercaladamente entre os pés de café, quando estes eram novos, ou então, numa parte de terra separada, conhecida como 'palhada' ou 'terra solteira'. A agricultura de subsistência era fator decisivo no contrato de trabalho sob o regime de colonato, pois era preciso garantir ao colono a possibilidade de cultivar gêneros de primeira necessidade a fim de assegurar para si e para a sua família uma renda anual maior.

Outra categoria importante de trabalhador rural, muito comum nos sítios e fazendas de café do Paraná, era o camarada. Esses trabalhadores geralmente eram:

> Trabalhadores contratados por tempo: como diaristas, quando recebiam por dia de trabalho efetivo, e como mensalistas, quando recebiam por mês corrido. Auferiam salários a seco ou por comida e, quando a seco, além do salário monetário, podiam ser remunerados parcialmente em espécie (SALLUM JR., 1982, p. 104).

Geralmente, os camaradas eram trabalhadores encarregados da fiscalização do serviço, carroceiros, tratoristas (encarregados de transportar a produção do café para os locais de secagem) ou ensacadores (encarregados da armazenagem do café).

Entre os camaradas, o administrador era o mais importante. Fazia as funções do proprietário, no comando do processo de trabalho, tendo, inclusive, as responsabilidades de contratar e despedir colonos e outros trabalhadores, cuidar do cotidiano da fazenda, distribuir e verificar a realização de tarefas, entre outras atividades.

Existiam também os camaradas volantes, que no Paraná tinham fundamental importância, principalmente no período de colheitas, pois eram eles que supriam a falta de mão de obra. Segundo informações de antigos trabalhadores e dirigentes sindicais, entrevistados por nossa equipe de pesquisa, milhares de trabalhadores de outros Estados acorriam ao Paraná, entre os meses de maio a setembro, para trabalhar na colheita do café.

Duglas Teixeira Monteiro, analisando as diversas categorias de trabalhadores rurais do Norte do Paraná, considera o volante um trabalhador que tem uma situação provisória - a qual, muitas vezes, se perpetua. No entanto, sua aspiração maior era conseguir um emprego como colono, ou então se deslocar para a cidade, onde esperava encontrar a "proteção da lei trabalhista e os benefícios da assistência social" (MONTEIRO, 1961, p. 53).

A parceria foi um tipo de relação de trabalho mais raro no Estado do Paraná. No entanto, teve papel peculiar e importante em alguns momentos. Peculiar e importante, porque, toda vez que acontecia alguma geada, era comum os proprietários estabelecerem relações de parceria, às vezes com os próprios colonos, para o trato dos cafezais danificados.

O sistema de parceria aparece em momentos de crise e de necessidade de transformações. Foi, por exemplo, o que aconteceu nas antigas fazendas de café do Estado de São Paulo, em meados do século XIX e, no Paraná, em meados do século XX. No século XIX, a parceria significou uma saída, mal sucedida, para a crise do trabalho escravo em transição para o trabalho livre. No Paraná, em meados do século XX, a parceria significou uma saída para os anos subsequentes às geadas,

substituindo, em alguns momentos, relações de trabalho sedimentadas, como era o caso do colonato (PRIORI, 1996b). No caso em tela, a parceria nada mais era do que uma válvula de escape para aqueles anos em que não se tinha produção efetiva de café.

A parceria é uma relação de trabalho garantida desde o Código Civil Brasileiro[12] de 1942, que se constitui por meio de um contrato, na forma de uma sociedade, pelo qual alguém fornece a terra e outro fornece o trabalho. Assim,

> o parceiro é o produtor, que em troca das terras e de uma parcela das sementes ou mudas, ou em troca de pasto e de cabeças de gado, trabalha com seus próprios instrumentos de trabalho, empregando a família, e entrega aos latifundiários uma parcela estipulada do produto, que pode ser a metade, um terço ou um quarto do total, conforme o que o trabalhador recebe do proprietário na parceria e segundo a produtividade das terras (GNACCARINI, 1980, p. 53).

O tipo de parceria mais utilizado era a meação, isto é, metade da produção para o trabalhador e a outra metade para o proprietário. O proprietário cedia a terra, com os cafezais danificados pelas geadas, para que os parceiros (meeiros) plantassem milho, feijão e arroz, na ordem de 50% para cada um, até que os cafezais estivessem em condições de produzir novamente. O contrato de parceria, a exemplo do colonato, era de um ano agrícola, e poderia se estender por mais anos conforme o entendimento das partes. A duração do regime de parceria em uma propriedade equivalia ao tempo de reprodução dos cafezais e poderia se prolongar de um a três anos.

Como bem observou Caio Prado Júnior, ao referir-se às relações de trabalho na cafeicultura:

---

12 Art. 1410: "Dá-se parceria agrícola, quando uma pessoa cede um prédio a outra, para ser por esta cultivado, repartindo-se os frutos entre as duas, na proporção que estipularem" (BRASIL, 1942, p. 35).

> as relações de trabalho e emprego assumem muitas vezes grande complexidade, pois a remuneração do trabalhador se faz por diferentes formas, como sejam com uma parte do produto, com o direito de ocupar com atividades próprias certas áreas de propriedade [ou ainda por salário – os autores]. As relações de trabalho no campo variam consideravelmente no tempo e no espaço, em contraste com o que se dá na indústria e no comércio (PRADO JR., 1963, p. 2).

A complexidade e a heterogeneidade das relações de trabalho no campo e, mais especificamente na cafeicultura, podem ser mais bem compreendidas a partir da introdução de um problema concreto, estritamente ligado ao tema: os tipos de remuneração do trabalhador rural, que enfatiza o debate jurídico e social acerca do salário mínimo e das férias. O fato de se dar ênfase à discussão do salário mínimo e das férias deve-se ao momento histórico que estamos analisando, ou seja, os anos imediatos ao Pós-Guerra, período de grande desenvolvimento da cafeicultura no Estado do Paraná. É importante frisar, também, que esse é um período marcado pela discussão política em torno do estabelecimento de um Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), promulgado em 1963.

Em 10 de novembro de 1943 o Estado brasileiro decreta a Lei nº 5.455, promulgando a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Obra máxima da legislação trabalhista brasileira, ainda vigente, a CLT foi criada em um regime de exceção (durante o Estado Novo), sobreviveu ao populismo, a uma Ditadura Militar e continua sendo o manual de Direito do Trabalho em pleno século XXI, ao que pese todo o debate pela flexibilização da legislação trabalhista brasileira. Elaborada sob um regime corporativo, a CLT sistematizou toda a legislação trabalhista até então existente no país, mas também tópicos que alimentaram por longo período as discussões entre trabalhadores e cientistas sociais: o corporativismo, o impedimento da liberdade sindical, a proibição da autonomia sindical, além da possibilidade de o Estado poder intervir nos órgãos de representação dos trabalhadores no momento em que lhe convier.

Com relação aos trabalhadores rurais, a CLT configurou-se como um dispositivo eficiente na política da 'exclusão social'. Em seu Art. 7º diz:

> Os preceitos constantes da presente Consolidação, salvo quando for, em cada caso, expressamente determinado em contrário, não se aplicam:
> a) [...].
> b) Aos trabalhadores rurais, assim considerados aqueles que, exercendo funções diretamente ligadas à agricultura e à pecuária, não sejam empregados em atividades que, pelos métodos de execução dos respectivos trabalhos ou pela finalidade de suas operações, se classifiquem como industriais ou comerciais (BRASIL, 1943, p. 2).

Além de excluir os trabalhadores rurais dos dispositivos da legislação, a CLT não reconhecia o 'trabalhador rural' como categoria profissional (Artigo 577). As únicas categorias de trabalhadores reconhecidas com funções vinculadas ao campo eram os empregados do setor industrial das usinas de açúcar e os trabalhadores rurais contratados por empresas reconhecidamente industriais[13].

Após a promulgação da CLT, o Estado preocupou-se em elaborar algumas leis, visando contemplar os trabalhadores rurais. No entanto, essas leis não tratavam dos direitos sociais trabalhistas que proporcionassem melhorias nas condições de vida dos homens do campo. A legislação referia-se apenas à sindicalização rural e não diferenciava os proprietários das terras dos trabalhadores, considerando-os, todos, integrantes de uma *classe rural*, como são os casos do Decreto 7.038, de 10 de Novembro de 1944, e dos Decretos-Lei 8.127 e 19.882, ambos de 24 de outubro de 1945. Somente em 2 de março de 1963 foi publicada a Lei nº 4.214, que instituiu o Estatuto do Trabalhador Rural, compêndio de legislação voltado para as atividades ligadas ao homem do campo.

13 Para uma análise mais detalhada sobre a exclusão do trabalhador rural, da política e da legislação trabalhista, os leitores poderão buscar o trabalho de Angelo Priori (1996a).

Com o ETR, iniciou-se um processo importantíssimo para a história das relações de trabalho no campo. Houve demissões em massa, sobretudo no final da década de 1960 e década de 1970, gerando uma nova categoria de trabalhador rural, o 'trabalhador volante', mais conhecido como *boia-fria*. Alia-se a isso a execução do projeto de erradicação dos cafezais, instituído pelo Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura do Instituto Brasileiro do Café (GERCA/IBC), que tinha como objetivos erradicar os cafezais antigos e promover a diversificação da agricultura paranaense, com o apoio para o plantio de novas cultivares, como o soja, o milho e o trigo. Mas essa é outra história.

Referências

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto lei nº 4.657, de 04 de setembro de 1942. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 09 set. 1942.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto lei nº 5.452, de 01 maio de 1943. Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: <http://www.sinpro.org.br/arquivos/direitos/clt.pdf>. Acesso: 23 jun. 2012.

CANCIAN, N. A. *Cafeicultura paranaense*: 1900/1970. Curitiba: Grafipar, 1981.

GNACCARINI, J. C. *Latifúndio e proletariado.* São Paulo: Pólis, 1980.

MARTINS, J. S. *O cativeiro da terra.* 2. ed. São Paulo: LECH, 1981.

MONBEIG, P. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1984.

MONTEIRO, D. T. Estrutura social e vida econômica em uma área de pequena propriedade e de monocultura. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n. 12, p. 47-63, 1961.

PADIS, P. C. *Formação de uma economia periférica*: o caso do Paraná. São Paulo: Hucitec, 1981.

PRADO JR., C. O estatuto do trabalhador rural. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 47, p. 1-9, 1963.

PRIORI, A. Legislação social trabalhista: a exclusão do trabalhador rural. *História*, São Paulo, v. 15, p. 287-302, 1996a.

PRIORI, A. *O protesto do trabalho:* história das lutas sociais dos trabalhadores rurais do Paraná (1954-1964). São Paulo: Eduem, 1996b.

SALLUM JR. B. *Capitalismo e cafeicultura*. São Paulo: Duas Cidades, 1982.

9

A modernização do campo e o êxodo rural

Em função da transição da economia de base agro-exportadora para uma economia urbano-industrial, a partir da crise do café em 1929 o Estado passou a exercer forte presença no desenvolvimento econômico, por meio de políticas macroeconômicas e desenvolvimentistas que atendiam aos interesses da oligarquia cafeeira. O interesse pela industrialização e o anseio em aumentar a produção nacional resultaram no processo de modernização da agricultura brasileira nos anos de 1960, culminando na manutenção dos problemas no campo e a existência de conflitos localizados pela posse da terra. A modernização agrícola no Estado do Paraná foi acompanhada de mudanças que historicamente ocorrem na instalação da base técnica ao campo, como problemas sociais, dentre eles, o êxodo rural, a concentração fundiária a partir dos anos de 1970 e o desemprego no campo.

No Brasil, até as primeiras décadas do século XX, as muitas economias regionais estavam mais inseridas na lógica do mercado externo do que articuladas entre si em território nacional. Representavam, dessa forma, o complexo mundo rural brasileiro, baseado em uma economia agro-exportadora e a procura externa por produtos agropecuários, pois até então o território brasileiro apresentava-se desarticulado e o país

se baseava em uma economia nacional formada por várias economias nacionais (OLIVEIRA, 1990).

A partir de 1850, a implantação da Lei de Terras no Brasil e a proibição do tráfico negreiro (que resultaria na implantação do trabalho livre no país) marcaram transformações profundas na economia agrícola, principalmente com a consolidação do café, como principal produto exportador, e a incorporação, a partir de 1870, de um novo sistema de trabalho: o colonato, com o estabelecimento de unidades familiares, formadas por imigrantes, no Oeste do Estado de São Paulo. A formação do complexo cafeeiro aumentou a divisão social do trabalho e estimulou a divisão entre campo/cidade e agricultura/indústria na economia brasileira.

Em âmbito nacional o período de fins do século XIX até os anos de 1930 destacou-se como momento áureo na economia cafeeira e na ampliação da divisão do trabalho, com aceleração do desenvolvimento de atividades urbanas, além do crescimento de setores vinculados à economia cafeeira.

Participação do Estado, industrialização e centralização política

A quebra da Bolsa de Valores de Nova York em 1929 afetou diretamente a economia cafeeira no Brasil. Essas transformações incentivaram o redirecionamento da economia brasileira para uma industrialização tardia. No campo, houve uma diversificação da produção agrícola, com destaque para a produção sucroalcooleira e o cultivo de algodão no Estado de São Paulo. Além dessas atividades agrícolas diversificadas que ganharam espaço com a crise cafeeira, também se destacaram o açúcar no Nordeste, a borracha no Norte amazônico, a pecuária no Triângulo Mineiro e o cultivo de alguns cereais, como o trigo e o arroz, no Sul do país.

Nesse momento o Estado assumia o papel de regulador na economia brasileira, ao mesmo tempo em que a agricultura no país vivenciava um processo de modernização, resultante de mudanças técnicas no campo e o direcionamento da produção agrícola de acordo com a demanda da economia urbano-industrial. As características espaciais, sociais e econômicas sofreram mudanças significativas, principalmente em razão da transição de uma economia agrário-exportadora para uma economia urbana e industrial. A partir dos anos de 1940 é possível notar a estruturação do mercado de trabalho, com o aumento dos empregos formais e o surgimento de novos segmentos na economia.

Nos anos entre 1940 e 1960 a economia brasileira caracterizou-se pela industrialização substitutiva das importações, por uma revalorização do café em âmbito internacional, seguida de uma supervalorização da moeda nacional e da concentração industrial na região Sudeste do país. Principalmente nos Estados de São Paulo e Paraná, desenvolveu-se o cultivo do café, impulsionado pela procura deste produto no mercado mundial daquele momento.

O modelo de substituição das importações fez com que o Brasil alcançasse o capitalismo industrial. Esse processo foi decorrente da diminuição do valor e o volume das exportações desde a crise econômica de 1929, obrigando a se produzir localmente os produtos que antes eram importados. Essas alterações modificaram o contexto político nacional, e os trabalhadores urbanos ganharam maior importância. O que marcou essa transformação foi a passagem de um sistema de base agro-exportadora para uma sociedade urbana e industrial. O Estado voltou-se para o fortalecimento de uma indústria de base, sendo o agente primordial da modernização econômica. Por um lado, o modelo de substituição das importações propiciou o desenvolvimento de diversos ramos da indústria. Mas, por outro lado, a estrutura industrial (maquinaria) estava ultrapassada. Em síntese, o sistema de industrialização por 'substituição das importações' atendia ao mercado local, no entanto, não tinha forças para se tornar competitivo no exterior (GAGGERO; GARRO; MANTIÑAN, 2001). Além do mais, esse sistema provocou

mudanças apenas no setor industrial, enquanto que o sistema agrícola brasileiro manteve as mesmas formas de exploração da produção. Não obstante o crescimento e o aumento da variedade da produção agrícola entre as décadas de 1930 e 1960, as tecnologias no campo nesse período caminharam a passos lentos, apenas agregando técnicas modernizantes a partir dos anos de 1950 e de 1960.

O campo e as discussões em torno do desenvolvimento econômico nacional

Nos anos de 1960 era evidente o desafio da sociedade brasileira diante da urgência em re-estruturar alguns mecanismos administrativos, políticos, fiscais e agrários. A eminente concentração da propriedade fundiária, as condições de trabalho precárias no campo, principalmente em relação ao baixo índice de assalariamento, associadas a uma base técnica que deixava a desejar, renderam muitos debates em relação à necessidade de uma Reforma Agrária no Brasil no início dos anos de 1960.

Embora houvesse divergências, nesse momento era nítida a distinção entre duas linhas de interpretação. Por um lado, apoiado, sobretudo, pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e pela Igreja Católica, havia aqueles que desejavam que os trabalhadores tivessem o acesso a terra, garantido por lei por meio de um programa de reforma agrária e, por outro lado, como Delfim Neto e um grupo de economistas da Universidade de São Paulo (USP), havia os defensores de uma modernização do campo como maneira de se estimular a produção e criar condições de vida melhores aos trabalhadores rurais, não havendo, nesse caso, a necessidade de se organizar a reforma agrária.

Com o golpe militar de 1964, o programa de reforma agrária foi deixado de lado e todo o debate foi vinculado às reformas das funções da agricultura no desenvolvimento econômico brasileiro. Sob as bases

do regime militar e com a luta dos trabalhadores pela reforma agrária amordaçada, o Estado se responsabilizou na formulação e desempenho de políticas macroeconômicas, voltadas para o aperfeiçoamento das técnicas na agricultura brasileira. Essas transformações possibilitaram o processo de modernização 'conservadora' na produção rural brasileira.

Entre os anos de 1965 e 1980 a agricultura no Brasil, além de estar articulada à economia urbano-industrial e ao setor externo, passou a sofrer intervenções ainda mais frequentes do governo nacional. Uma das alternativas do governo para controlar a produção agrícola nacional foi elaborar programas de financiamento, como a implantação do Sistema Nacional de Crédito Rural, em 1965.

Desde os anos de 1950 era possível notar um processo de modernização da agricultura que estava, no entanto, dependente da importação de produtos, máquinas e insumos agrícolas do exterior. Nesse sentido, o próprio termo modernização pode ser aplicado para se definir um "processo de transformação na base técnica da produção agropecuária no pós-guerra a partir das importações de tratores e fertilizantes num esforço de aumentar a produtividade" (SILVA, 1996, p. 19). Contudo, o processo de modernização apenas se consolidou na década de 1960, momento em que a produção agrícola brasileira se integrou tecnicamente ao setor urbano e industrial, visando a ganhos econômicos em maior quantidade.

À implantação do Sistema Nacional de Crédito Rural em 1965, seguiu-se a estruturação de novas instituições nas décadas de 1960 e 1970, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a Empresa Brasileira de Terras (EMBRATER). Além disso, novas iniciativas aceleraram a modernização no campo brasileiro, como a instalação do Programa de Apoio à Atividade Agropecuária e as Políticas de Garantias de Preços Mínimos. Assim, entre os anos de 1960 e 1980, a agricultura brasileira tornou-se parte fundamental do projeto de urbanização e industrialização do país.

No entanto, esse projeto de modernização não ocorreu de forma homogênea em todo o Brasil. Houve uma concentração dos investimentos nas regiões Sul, Sudeste e parte do Centro-oeste. Além do mais, a opção pela estruturação de uma economia urbano-industrial pelo governo brasileiro privilegiou a transferência de recursos do campo para o financiamento do desenvolvimento do projeto nacional.

Houve, dessa forma, uma 'modernização desigual e conservadora' da agricultura brasileira, com destaque para a preferência na contemplação dos programas do governo a grandes proprietários de terras, o direcionamento de uma economia agrícola para a exportação e a prioridade de aplicação das políticas governamentais para a agricultura nas regiões mais desenvolvidas do país (GONÇALVES NETO, 1997). O resultado dessas práticas, associado ao consumo de produtos industriais pela economia agrícola e até mesmo à formação de um processo de industrialização da agricultura brasileira, impulsionou nos anos de 1970 a formação dos complexos agroindustriais.

Dessa forma, a agricultura brasileira ficou a reboque da indústria. A produção agrícola não se configurou mais como um setor autônomo a partir desse momento, pois passou a depender da integração entre atividades agrícolas e atividades industriais.

A modernização da agricultura no Paraná e seus impactos no meio rural

O processo de modernização da agricultura no Paraná ocorreu entre fins da década de 1960 e início dos anos de 1970. Nesse momento, a economia cafeeira estava em crise em função do excesso de oferta desse produto no mercado internacional, além da concorrência sofrida com as produções cafeeiras da África e da Colômbia. Contribuíram ainda para a queda da produção as pragas e alterações climáticas, como a ferrugem e as geadas, que marcaram a crise do café nesse momento.

Figura 1: Jaime Canet, governador do Paraná (1975-1979), observa os efeitos da chamada 'geada negra de 1975' que dizimou as plantações de café no Estado e provocou o êxodo de milhares de pessoas
Fonte: Museu da Imagem e do Som do Paraná (Arquivo MIS/PR).

Até meados da década de 1970, o café era o principal produto da economia paranaense. A produção cafeeira no Estado correspondia à metade da produção nacional e à terça parte da produção mundial. Boa parte desses cafeeiros estava localizada nas regiões Norte e Noroeste do Paraná, locais onde o processo de modernização aplicou-se de maneira mais intensa (MORO, 2000).

Já na década de 1960, quando o mercado cafeeiro dava sinais de crise, foi criado, pelo Governo Federal, o Grupo Executivo de Racionalização da Agricultura. Essa iniciativa tinha por objetivos erradicar e renovar as plantações de café a fim de racionalizar e tornar sua produção mais eficiente. Além disso, também propôs a diversificação de produtos agrícolas, estimulando, principalmente, a produção de oleaginosas, bem como a integração dessa produção com o setor agroindustrial.

Diario do Paraná

GEADA TRAZ CATÁSTROFE PARA ECONOMIA NACIONAL

Figura 2: Reportagem do jornal curitibano *Diário do Paraná* de 20 de julho de 1975, noticiando os prejuízos no campo, com a geada de 1975
Fonte: Arquivo Público do Estado do Paraná

Diante desse cenário de transformações, o processo de modernização agrícola no Estado do Paraná se tornou mais evidente. Houve uma significativa mudança no processo de transformação técnica para a produção agrícola "através dos seguintes aspectos: mecanização, eletrificação, irrigação e conservação do solo, uso de fertilizantes e agrotóxicos, além de outros peculiares a certas culturas" (MORO, 2000, p. 30).

Alguns números que envolvem atividades ligadas à agricultura nos dão uma dimensão da modernização técnica e produtiva que ocorreu no Paraná, sobretudo na década de 1970. O número de tratores, por exemplo,

sofreu uma alteração de 338,3% entre os anos de 1970 e 1980. Da mesma forma, houve elevação em outras atividades, como "no número de arados de tração mecânica (379,4%), no número de estabelecimentos com uso de força mecânica (1.134,9%), no consumo de óleo diesel (604,9%), no consumo de energia elétrica (47,0% e 687,6% no período de 1980 a 1985)" (MELO, 2011, p. 68). Mesmo no próprio Paraná o processo de modernização agrícola não ocorreu de forma homogênea, pois os efeitos desse processo foram sentidos de forma mais intensa no Norte e Oeste do Estado.

Em termos sociais, o aumento do número e utilização de tratores, além de outros implementos e insumos agrícolas, eliminou muitos empregos no campo e engrossou as migrações para as cidades. Houve nesse momento uma intensificação do êxodo rural, com uma população excluída se direcionando para cidades de maior porte na região, para São Paulo, para a região metropolitana de Curitiba, além das regiões de fronteira.

É importante reconhecer que a transferência da população do campo para a cidade não foi um fenômeno provocado apenas pela modernização agrícola. A substituição do café por culturas oleaginosas diminuiu significativamente a utilização de mão de obra no meio rural, já que a soja e o trigo, por exemplo, não eram plantações permanentes, pois estavam inclusas no sistema de rotação de culturas, além de contarem com um elevado nível de mecanização, dispensando a utilização de grande quantidade de mão de obra.

As lavouras de café sofreram uma queda de 59% entre os anos de 1970 e 1985, dando lugar ao cultivo do trigo e da soja. Além dessas, verificou-se também uma elevação das pastagens, aproximadamente em 32%, principalmente no Norte e Noroeste do Paraná (MELO, 2011).

A concentração fundiária também marcou o processo de modernização paranaense e em números representou somente nos anos de 1970 a eliminação de 100.385 estabelecimentos agropecuários. Houve também a redução de proprietários e arrendatários, mas com aumento da

área explorada. As mudanças em relação à modernização agrícola, que ocorreram no Paraná entre os anos de 1970 e 1991, proporcionaram a redução da população rural em 49,7% no Estado, enquanto que, apenas no Norte do Paraná, a população rural sofreu uma redução de 63,9%. Dessa forma, a população urbana ultrapassou a população rural no Paraná na década de 1970, quando o percentual passou a ser representado por 41,07% da população ainda estabelecidos no campo e 58,93% residindo nas cidades (MELO, 2011).

Assim, a modernização agrícola no Paraná alterou a estrutura fundiária do Estado principalmente em função da concentração de terras, êxodo rural, desemprego no campo com populações migrando para cidades polo regionais, outros Estados e regiões de fronteira e até mesmo para outros países, como o Paraguai, constituindo-se nos 'brasiguaios' (KLAUCK, 2012).

Como consequência desse processo excludente, proporcionado pela modernização agrícola no Paraná, principalmente a partir dos anos de 1970, ainda convivemos com conflitos sociais no cotidiano do campo paranaense, envolvendo atualmente boias-frias, trabalhadores sem-terra nos assentamentos em áreas rurais, principalmente em relação a reivindicações de auxílio governamental, desemprego no campo, direitos trabalhistas e disputas por terras.

Mesmo com a implantação do Programa Vilas Rurais em 1995, pelo governo paranaense[14], no interior do Estado, a fim de amenizar os conflitos no campo, evitar o agravamento do êxodo para as cidades e buscar uma nova alternativa para o desemprego rural, não foi possível eliminar os problemas que envolviam a questão de disputa por terras e crescimento desordenado das grandes cidades paranaenses (MELO, 2011).

As propriedades distribuídas pelo governo por meio do Programa Vilas Rurais contam com aproximadamente 5.000 m² e, em sua maioria,

14 Esse programa foi implantado no primeiro mandato do Governador Jaime Lerner (1995-1999) e executado pela Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar).

são caracterizadas pela diversificação da produção, com a predominância do cultivo do café e da associação com as agroindústrias de corte de frango, com o trabalhador assumindo todos os riscos da produção, além de obedecer às regras de manutenção, higienização, constituição da granja, qualidade do produto e entrega em período pré-determinado (MELO, 2011). Todo esse processo, além de conflituoso, se torna muito oneroso para os trabalhadores, a ponto de esses ou seus familiares terem que se deslocar até os centros urbanos para se empregarem em outra função a fim de complementar a renda.

Nesse sentido, podemos afirmar que o processo de modernização agrícola no Paraná ainda tem consequências nos dias atuais. A mudança na base técnica e produtiva da agricultura paranaense acompanhou um fenômeno nacional, representado na exclusão de um número considerável de trabalhadores do campo, fosse por meio do desemprego, êxodo rural ou pelo surgimento de novas modalidades de empregos formais ou informais, como os boias-frias, trabalhadores volantes ou temporários e até mesmo de novas formas de representações sociais, como no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, nos assentamentos rurais, nas ocupações de terra e nas intensificações de conflitos sociais provenientes dessas disputas.

Algumas medidas emergenciais, como a implantação do Programa de Vilas Rurais, pelo Governo do Estado, ou de Assentamentos Rurais pelo Governo Federal, não eliminaram todos os problemas advindos da expulsão desses trabalhadores do campo com o processo de modernização. No caso das Vilas Rurais, o trabalho árduo e da baixa renda financeira força o trabalhador ou seus familiares a complementar sua renda em empregos na área urbana. Dessa forma, os beneficiados por esse programa acabam se constituindo em uma massa de trabalhadores volantes, que se identificam, muitas vezes, mais com o modo de vida urbano do que rural.

Esses são apenas alguns dos efeitos que abalaram as estruturas do meio rural na década de 1970. As alterações não ocorreram apenas em relação à concentração de terras, mas principalmente nas relações sociais

estabelecidas historicamente no campo e que mudariam para sempre os rumos da agricultura nacional.

Por outro lado, não se pode ignorar que a modernização trouxe vários benefícios, principalmente econômicos. O Paraná se industrializou pelas políticas de incentivo ao desenvolvimento no país com o governo militar. De início, sua modernização era rudimentar, mas, com o passar dos anos, esse processo passou a ser aprimorado com a utilização de implementos agrícolas de última geração e de insumos, dentre outros produtos, que fizeram com que a produção do Paraná aumentasse consideravelmente. Essa modernização só foi possível pela mudança de culturas que não eram fáceis de serem mecanizadas, para culturas em que a mecanização era viável. Atualmente, o Estado é um dos principais produtores de soja[15] no Brasil, porém não podemos esquecer o fato de que a produção de cana-de-açúcar vem se intensificando cada vez mais, gerando, assim, mais uma fonte de renda de suma importância para os produtores e para a economia estadual.

Diante dessas mudanças, somos levados a pensar a mecanização em um espaço mais amplo, não apenas no aspecto rural. Nesse sentido, podemos afirmar que o processo industrial gerou a modernização e a produção de uma nova gama de produtos. A busca pelo lucro se tornou constante e as novas tecnologias passaram a surgir a cada dia. A modernização do campo que levou ao êxodo rural no Paraná nas últimas décadas foi um processo acompanhado de adequações, mudanças e também de permanências, pois se trata de um processo que ainda tem desdobramentos nos dias de hoje.

Referências

GAGGERO, H.; GARRO, A. F.; MANTIÑAN, S. C. *Historia de la América en los siglos XIX e XX*. Buenos Aires: Aique, 2001.

15 Em 2011, o Estado do Paraná respondeu por aproximadamente 20% da produção nacional de grãos, sendo o segundo maior produtor de soja no país, superado apenas pelo Estado de Mato Grosso.

GONÇALVES NETO, W. *Estado e agricultura no Brasil*: política agrícola e modernização econômica brasileira (1960-1980). São Paulo: Hucitec, 1997.

MELO, N. A. Do complexo rural à modernização agrícola brasileira: a modernização da agricultura paranaense e os impactos na Vila Rural: uma análise do Programa Vilas Rurais no norte do Paraná. *Revista Geografia em Atos*, Presidente Prudente, v. 1, n. 11, p. 58-76, 2011.

MORO, D. A. A modernização da agricultura paranaense. In: VILLALOBOS, J. U. G. (Org.). *Geografia social e agricultura*. Maringá: Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2000. p. 27-60.

KLAUCK, R. C. *A luta dos brasiguaios pelo acesso à terra (1971-2006).* 2012. 142 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

OLIVEIRA, F. A metamorfose da arribação: fundo público e regulação autoritária na expansão econômica do Nordeste. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 27, p. 1-48, 1990.

SILVA, J. G. *A nova dinâmica da agricultura brasileira.* Campinas: UNICAMP/IE, 1996.

10

A revolta camponesa de Porecatu

Introdução

Nas décadas de 1940 e 1950, aconteceu, no Estado do Paraná, um conflito de terras de impacto nacional, denominado pela imprensa da época de ‘a guerra de Porecatu’. O conflito ocorreu em uma região encravada no extremo Norte do Estado do Paraná, situada no vale do rio Paranapanema. A colonização dessa região começou no final dos anos 1930 e início dos anos 1940, no contexto da nova política de terras, implementada pelo Governo Vargas e conhecida como ‘Marcha para o Oeste’.

É dentro desse contexto histórico que posseiros, pequenos proprietários, trabalhadores e colonos vindos, sobretudo, do Estado de São Paulo, atraídos pela perspectiva de conseguir melhores condições de trabalho e de vida e, principalmente, a posse de uma parcela de terra, vão se radicar naquele sertão quase que desconhecido do Norte do Paraná.

Primeiramente, a colonização ocorreu em pequenas posses de terra, por meio do plantio de café, de culturas alimentares e de criação de porcos; posteriormente, em meados dos anos 1940, a organização da propriedade da terra foi realizada com a presença de grandes grileiros, que expulsaram os posseiros e estruturaram as suas propriedades com base no

cultivo da cultura do café, na criação de gado, na plantação de cana-de-açúcar, associados com o trabalho assalariado.

Portanto, são esses dois agentes sociais - posseiro e grileiro - os personagens de um dos mais importantes conflitos de terra do Estado do Paraná no século XX. A presença desses grandes grileiros na região, que, por meio da polícia, de jagunços e de pistoleiros, expulsavam e tomavam as terras dos posseiros, é que vai motivar a organização de uma resistência - que posteriormente se transformou em resistência armada - com o objetivo de defender as suas posses e benfeitorias nelas existentes.

Os conflitos armados tiveram início no final de 1948 e só foram desmobilizados em julho de 1951, com a presença das tropas da Polícia Militar do Estado e de agentes das Delegacias Especializadas de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo e do Paraná. A resistência armada dos posseiros de Porecatu marcou a região, que se constituiu em alvo de grandes reportagens nos principais diários do país e em órgãos de imprensa periódica, como a Revista *O Cruzeiro* e o semanário *Voz Operária*, órgão do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

A intervenção do PCB na região e na organização do movimento armado de Porecatu foi possível pela mudança de sua linha política, decorrente dos 'manifestos' de janeiro de 1948 e de agosto de 1950, que apontavam, para o Partido, a necessidade da defesa da 'violência revolucionária', como linha de ação, visando à luta direta para a tomada do poder. Nesse sentido, o Partido propôs, em seu programa, a formação de uma Frente Democrática de Libertação Nacional, cujo objetivo maior consistia em fazer a 'revolução agrária e antiimperialista'. Em relação ao campo, defendia a imediata entrega das terras dos latifundiários para os camponeses que nelas trabalhavam.

E para isso seria fundamental, na visão do PCB, a organização dos camponeses (pequenos proprietários, posseiros, arrendatários, meeiros, parceleiros) e trabalhadores rurais (assalariados) como aliados naturais do proletariado na tarefa de fazer a revolução.

As Ligas camponesas

O embrião da resistência armada dos camponeses de Porecatu tem origem na fundação de Ligas Camponesas na região. A primeira notícia que se tem da formação de uma Liga Camponesa no Estado do Paraná ocorreu em 1944. Nesse ano dois acontecimentos marcaram o início do movimento organizado dos posseiros de Porecatu e região. Na localidade conhecida como Ribeirão do Tenente, um grupo de 270 famílias fundou uma Liga Camponesa em que foram escolhidos os posseiros Herculano Alves de Barros, Hilário Gonçalves Padilha e José Billar como seus representantes. Em Guaraci, outro grupo de famílias também formou uma Liga, sendo que o representante escolhido para defender os interesses na defesa de suas terras foi o posseiro Manoel Marques da Cunha. Um único objetivo pautou a atuação dessas duas ligas: legalizar a posse da terra (PRIORI, 2011).

Com a saída de Manoel Ribas e a posse do novo governador, (Moisés Lupion, 1946-1950), ficou mais complicada a situação dos posseiros da região. A única garantia que eles tinham para permanecer nas terras era 'frágeis' requerimentos encaminhados ao Departamento de Terras e Colonização do Estado, solicitando a posse dos lotes.

Enquanto a situação se tornava insustentável para os posseiros, as Ligas agiam em defesa dos mesmos, apoiando, organizando e incentivando as centenas de famílias que se preparavam para a luta.

No ano de 1946 houve uma grande manifestação organizada pelas Ligas de Ribeirão do Tenente, Centenário, Guaraci, Água das Pelotas, Cabeceira do Centenário, Água Tupi e Ribeirão do Capim. Mais ou menos 1.500 pessoas, oriundas das mais diversas ligas de toda a região, se reuniram no patrimônio de Guaraci e resolveram fechar a estrada que ligava Presidente Prudente (SP) a Londrina (PR). O objetivo era sensibilizar o governo e os políticos para a situação de instabilidade que vivia a região e pela legalização imediata das terras dos posseiros.

Essa manifestação, apesar do não cumprimento da promessa de legalização das terras feita pelo representante do Departamento de Terras e Colonização, teve repercussão importante para o movimento dos posseiros. Além de gerar um sentimento de unidade entre os posseiros de toda a região, acabou dando visibilidade para aquele problema que somente era sentido pelos próprios camponeses. Principalmente a população urbana e, sobretudo, os comerciantes iriam tomar conhecimento do litígio e das agruras que viviam aquele povo. E o que é mais importante, despertava-se um sentimento de solidariedade com aquela população, que iria ser a tônica de sustentação durante todo o conflito que ali se iniciava.

Tiveram papel importante nesse sentido os parlamentares do PCB, tanto em nível estadual como nacional. Além de criticarem as atitudes políticas de Lupion em não resolver a contenda, condenavam a violência contra os posseiros, exercidas por jagunços e policiais contratados pelos grileiros. O próprio Deputado Carlos Marighella cobrou da Câmara dos Deputados a instalação de uma CPI para apurar as denúncias de violência contra os camponeses de Porecatu.

O PCB toma contato com a região

O envolvimento do PCB na luta dos posseiros de Porecatu se deu por meio do Comitê Municipal de Jaguapitã, do qual eram dirigentes Arildo, Ângelo, Miguel e Mercedes Gajardoni. A família Gajardoni exerceu papel fundamental na organização do movimento e nos conflitos que se sucederam. Aos poucos, conseguiram organizar os posseiros em grupos, 'conscientizando-os' da importância de defenderem suas posses: primeiro legalmente, depois pelas armas.

Antes mesmo da formação dos grupos armados, que teria início em novembro de 1948, o PCB de Jaguapitã chegou a recorrer ao comitê de Londrina. O farmacêutico, Ângelo Gajardoni, conseguiu levar à região litigada o então vereador londrinense, Manoel Jacinto Corrêa, conhecido

militante comunista. Jacinto constatou a gravidade da situação e sugeriu, com sucesso, ao comitê estadual do Partido, em Curitiba, um apoio efetivo aos posseiros.

Enquanto em Londrina o PCB iniciava um movimento de solidariedade aos 'resistentes de Porecatu', a família Gajardoni trocava a sua farmácia em Jaguapitã por dez alqueires de terras de mata virgem, nas margens do ribeirão Tenente, possibilitando uma atuação aproximada com os posseiros.

A partir desse momento, diversos militantes do PCB de Londrina passaram a visitar a região com maior frequência, sobretudo o Vereador Manoel Jacinto Corrêa, o advogado Flávio Ribeiro e o médico Newton Câmara, levando roupas, suprimentos alimentares, remédios e dinheiro. Essa ajuda dos comunistas permitiu a conquista da confiança e da simpatia dos posseiros. Com isso se tornaram agentes importantes na orientação da luta e da batalha legal pela posse da terra.

A decisão do Partido Comunista Brasileiro de assumir a organização da luta armada no Norte do Paraná foi concretizada formalmente em novembro de 1948, quando os posseiros aceitaram os argumentos de vários emissários do Partido de que a única saída para a defesa de suas terras era o recurso das armas.

É difícil estabelecer com precisão o que se seguiu imediatamente após a decisão dos posseiros de optarem pela luta armada. Contudo, podemos concluir que o PCB tratou de preparar o terreno para assentar operacionalmente os grupos armados, cujos embriões já existiam, graças ao Comitê Municipal do Partido em Jaguapitã, por meio de Arildo Gajardoni e das Ligas Camponesas formadas em toda a região, sob a liderança de Hilário Gonçalves Pinha.

Mas até esse momento a presença do PCB na área se limitava aos próprios militantes com origem entre os posseiros. Era um grupo bastante reduzido, embora com posições importantes no processo de organização da resistência. Nesse sentido, tanto Arildo Gajardoni quanto Hilário

Gonçalves Pinha iriam trabalhar com a perspectiva de arregimentar um número cada vez maior de camponeses, visando, de imediato, ao direito à posse legal. O trabalho de arregimentação era feito de várias formas: por meio de atividades de lazer, como o jogo de futebol, a pescaria, o jogo de truco, que sempre enveredavam para o debate político; e a agenda política, por meio das reuniões das Ligas Camponesas, esse sim, fórum privilegiado da discussão política.

Mas, o interessante é que as próprias Ligas Camponesas, e sabemos, pela inexistência de um aparato legislativo que lhe dessem vida legal, tinha em seus estatutos preocupações de cunho mais social do que propriamente político. Embora a discussão política não estivesse contemplada estatutariamente, era tudo o que se fazia naquelas Ligas.

No final dos anos 1940, o PCB fez circular na região Norte do Paraná uma proposta de estatuto, visando ampliar a discussão em torno da formação de Ligas. Nessa proposta, a orientação era que as Associações de Trabalhadores Rurais fossem constituídas com as seguintes finalidades:

> 1 Lutar pela educação e cultura dos trabalhadores da região e de suas famílias, por meio de: a) criação de escolas primárias para todas as crianças em idade escolar; b) criação de uma biblioteca circulante, contendo livros instrutivos, principalmente no que se refere à agricultura, criação, organização dos moradores da zona rural e demais assuntos de interesses dos trabalhadores; c) promover festas populares nas ocasiões oportunas, como São João, São Pedro, Santo Antônio, Natal, sete de setembro, primeiro de maio e outras, afim de manter vivas as tradições populares das danças, músicas etc.
> 2 Lutar quando for preciso, para a obtenção de créditos bancários, para financiamento das plantações e preços compensadores para as colheitas.
> 3 Conseguir abatimento nas consultas médicas e nos medicamentos, mediante entendimento com o médico e a farmácia.
> 4 Conseguir salários compensadores para os trabalhadores rurais na derrubada, apanha de café etc.
> 5 Conseguir estradas (PRIORI, 2011, p. 133-134).

Se a discussão política pela conquista da terra não estava contemplada claramente, entretanto, alguns pontos eram fundamentais para a vida dos camponeses, como, por exemplo, a luta por créditos bancários, melhores preços para a produção, salários para os trabalhadores das derrubadas, etc. No entanto, implicitamente, o lugar da discussão estava colocado. Não é sem sentido que as comemorações das chamadas festas populares estejam contempladas. Entre elas, o 'primeiro de maio', data que nas décadas de 1940 e 1950 foi significativamente comemorada, fosse por meio dos esperados discursos de Getúlio Vargas, fosse por meio de atividades preparadas pelo Partido Comunista Brasileiro nas mais diversas cidades e regiões do País. Enfim, esses espaços - de lazer e da política – foram fundamentais para trazer o camponês para a luta.

Uma luta, duas frentes

A resistência camponesa de Porecatu foi realizada em duas frentes: uma, armada, com um grupo reduzido de pessoas, mas com uma disciplina rigorosa e um comando extremamente forte; e outra, legal, composta por algumas centenas de camponeses, nas posses e nas fazendas, além de uma frente de solidariedade e ajuda mútua, nas cidades.

A luta armada estava dividida em três grupos e um Quartel General. Cada grupo estava localizado em uma região estratégica da área conflagrada.

O primeiro grupo ficava sediado na posse de José Billar, às margens do ribeirão Centenário. Esse grupo era chefiado por Arildo Gajardoni, conhecido pela alcunha de 'Strogof'.

O segundo grupo ficava sediado na posse de Hilário Gonçalves Padilha, nas confluências da margem esquerda do ribeirão Tenente com o rio Paranapanema. Esse grupo era liderado por Hilário Gonçalves Pinha, também conhecido como 'Itagiba'.

E o terceiro grupo, talvez com uma importância menor em relação aos outros dois, estava sediado nas cabeceiras da Água Centenário, ou ribeirão Centenário, e tinha como responsável André Rojo, conhecido como 'Panchito'.

Além desses grupos, havia um Quartel General, cujo comandante era Celso Cabral de Mello, conhecido como 'capitão Carlos', que tinha a função de fazer a ligação com os grupos e com os Comitês Municipais do Partido em Jaguapitã e em Londrina.

Cada grupo era formado por poucos membros, o que demonstra uma participação bastante reduzida de pessoas que se envolveram diretamente no conflito armado. A imprensa da época publicava notícias totalmente equivocadas, superestimando o número de pessoas envolvidas. Havia matérias que falavam de 300 pessoas, outras falavam em 500 e ainda outras, mais exageradas, falavam em milhares de 'camponeses em arma'.

A maioria estava armada de espingarda ou então carabina de 12 tiros. Essas armas eram comuns na região e utilizadas para caça. Mas eram essas as armas de que os camponeses, inicialmente, dispunham. No entanto, essas armas eram muito frágeis. E o resultado prático dessas ações com armas deficitárias era quase que insignificante.

No relatório que elaborou para o Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro, Celso Cabral de Mello descreve que as melhores armas em poder dos posseiros eram uma submetralhadora calibre 45 mm com carregador de 45 tiros, 'em mau estado de funcionamento' e uma submetralhadora de 9 mm, com carregador para 30 tiros, essa 'funcionando regularmente'.

Com o decorrer do tempo, algumas armas mais sofisticadas foram conseguidas, principalmente pistolas automáticas, mosquetões, granadas e metralhadoras, muitas recuperadas dos jagunços ou dos policiais, outras enviadas pelo Comitê Regional do Partido em Londrina.

Todos os membros dos grupos usavam um codinome para se identificar, o que era fundamental para se manter o sigilo e preservar a

identidade de quem estava de armas na mão. Tanto que, no Processo-crime aberto contra os posseiros que foram à luta armada, alguns não puderam ser indiciados porque não foram identificados. É o caso de 'Machado', 'Orozimbo' e 'Jordão'.

Os maiores embates dos posseiros se deram, exatamente, contra os jagunços. A Força Policial, por estar fazendo um trabalho para os grileiros, era um inimigo a ser combatido, sem dúvida. Mas era considerado um inimigo fácil. Primeiro porque eram profissionais despreparados para o embate em situação de guerrilha. O máximo que a Força Policial fazia era vasculhar estradas e residências à procura dos posseiros. E, nas estradas, principalmente aquelas que cortavam as florestas, tornavam-se presas fáceis das emboscadas e dos tiroteios de surpresa.

No caso dos jagunços era diferente. Eles não só eram temidos, como conheciam detalhadamente a região e lutavam de igual por igual, às vezes, com as mesmas táticas, às vezes com a mesma precisão. Por isso era fundamental a eliminação dos jagunços. Alguns casos ficaram famosos na região. Primeiro, a eliminação do jagunço Luisinho, que comandava um caminhão de soldados para fazer o despejo da posse de José Billar. No tiroteio decorrente da resistência ao despejo, Luisinho foi morto junto com outros cinco soldados, no sangrento embate que ocorreu no dia 10 de outubro de 1950 (FELISMINO, 1999).

Mas nenhum caso gerou tanto entusiasmo aos posseiros como a vingança e o justiçamento do jagunço José Celestino. A máxima de Luiz Carlos Prestes, expressa em seu Manifesto de Agosto de 1950 (apud VINHAS, 1982, p. 140), de que, para combater a violência dos dominadores, era inevitável e necessário imprimir a violência das massas, foi levada a cabo pelos posseiros de Porecatu. Celestino, cujo nome verdadeiro era José Ferreira de Souza, vinha trabalhando como capanga há vários anos. Contratado pelos grileiros, prestava ainda serviço para a Força Policial do Paraná, da qual, inclusive, tinha a promessa de obter um emprego com a patente de sargento. Celestino era acusado, pelos posseiros, de vários crimes de estupro, despejo e de assassinato. Pelo menos dois posseiros

foram assassinados por ele: Francisco Bernardo dos Santos e Salvador Ambrósio. Depois desses crimes, os posseiros juraram liquidar com o jagunço.

A orientação de executar Celestino não partiu do PCB. A decisão foi tomada por um grupo de 18 pessoas que estava embrenhado dentro da mata, dentre eles, alguns militantes do PCB, como Arildo Gajardoni e Hilário Gonçalves Pinha. Mas a decisão da execução não partiu do Partido e sim dos próprios posseiros. Mas ela não foi unânime. Quinze posseiros votaram a favor, três se abstiveram.

A morte de José Celestino foi comemorada por toda a região. A população camponesa, "cansada de ser espezinhada e ameaçada pelos jagunços", aplaudiu a coragem daqueles posseiros rebelados. Até a imprensa do PCB deu destaque ao fato. "A justiça camponesa fazia sentir o peso de sua mão sumária e implacavelmente" salientava o editor do Jornal *Voz Operária*, na edição que publicou matéria sobre o caso.

No dia seguinte, o cadáver de Celestino foi encontrado pelos policiais e carregado para a Vila Progresso, onde lhe deram sepultura. Não houve acompanhantes, mas, por via de dúvidas, um batalhão de 90 soldados teve a incumbência de proteger o enterro.

A repercussão positiva do caso - ao invés do que pensava o comandante Hilário, que achava que um ato como esse poderia repercutir mal - deu novo alento à luta dos posseiros. Centenas de famílias de camponeses, que, até então, achavam que aquele bando de pessoas de armas dentro da mata eram uns aventureiros sem grandes perspectivas, passaram a admirar e a vislumbrar nas ações possibilidades de dias melhores. A luta começou a ganhar popularidade e apoio dos mais variados segmentos da população.

Além da luta armada, na defesa das posses, os posseiros tinham outras reivindicações, como atestam 'os doze mandamentos dos posseiros de Porecatu'. Articulavam as reivindicações pela terra, mas também por melhores salários e condições de trabalho.

1 Entrega imediata das posses aos seus primitivos ocupantes e entrega, também imediata, dos títulos. Distribuição das terras griladas, das chamadas 'fazendas' e das terras devolutas aos camponeses pobres;
2 Indenização pelo justo valor aos posseiros;
3 Anulação de qualquer processo ou perseguição contra os posseiros e trabalhadores;
4 Remoção da polícia e prisão dos jagunços dos municípios de Porecatu, Jaguapitã e Arapongas;
5 Punição dos assassinos e mandantes dos massacres dos posseiros;
6 Eleição de uma comissão de posseiros para nova divisão das terras;
7 Reconhecimento dos direitos dos trabalhadores do campo;
8 Cr$ 3.000,00 pelo trato de mil pés de café, com direito à planta - Cr$ 40,00 por saco de 110 litros de café colhido;
9 Pagamento em dinheiro todas as quinzenas;
10 Cr$ 50,00 livre, por dia de 8 horas de trabalho para os volantes e colonos;
11 Pagamento das férias, inclusive as atrasadas;
12 Para formação de 10.000 pés de café, pagamento de Cr$ 3.000,00 com direito de colheita até o quinto ano (PRIORI, 2011, p. 166).

Considerações finais

O movimento dos camponeses de Porecatu permite-nos repensar a atuação da esquerda no campo, principalmente a atuação do PCB. A atuação desse partido, nos inícios dos anos 1950, foi motivada pela nova linha política formulada pelos manifestos de janeiro de 1948 e agosto de 1950 (PRIORI, 2003).

É verdade que essa linha política teve, internamente, várias resistências. A militância e algumas lideranças, principalmente a sindical, faziam dupla atuação, ora acatando, ora não, a linha política do Partido.

No caso aqui estudado não foi o Partido quem determinou, por exemplo, a recorrência à luta armada. Embora os documentos apontassem para isso. Quando o Partido chegou à região, a intenção pela luta armada já era uma realidade manifesta. Mas, sem dúvida, essa nova linha política possibilitou uma atuação mais presente do Partido. Assim, o PCB rapidamente se acoplou ao movimento dos posseiros de Porecatu, à sua auto-organização. O que, aliás, naquele momento, foi visto com 'bons olhos' pelos posseiros, como ressaltou, em seus depoimentos, Hilário Gonçalves Pinha.

E por que não houve resistência à ajuda do PCB? Podemos inferir que a história desse partido, sobretudo a experiência acumulada em algumas lutas urbanas, é verdade, tenha contribuído para isso. O PCB podia fornecer tudo o que os camponeses necessitavam para manter o movimento: armas, alimentos, remédios, roupas, dinheiro. Mas, sobretudo, 'quadros' profissionais. A ida do controverso 'capitão Carlos', de 'Machado', de 'Ortiz', de Irineu Luiz de Moraes, de João Saldanha e de alguns dirigentes do Comitê Central é excepcional. Portanto, a ajuda era eficaz.

E o próprio PCB encarava aquele movimento como algo prioritário. Estava ali a possibilidade de se colocar em prática as ideias e as estratégias elaboradas pelos manifestos. De mostrar a eficácia de sua linha política. Não é sem sentido que o principal jornal do partido à época - o *Voz Operária* - manteve no local do conflito uma equipe de repórteres, desde o mês de novembro de 1950 até praticamente o fim do conflito, em agosto de 1951, como também não é sem sentido a presença de altos quadros da estrutura do PCB (PRIORI, 2003).

Portanto, havia um elo comum de ligação entre os posseiros e o PCB, que permitia essa união. Os posseiros precisavam de uma infraestrutura para manter a luta, o PCB, de um palco para colocar em prática suas estratégias políticas. Essa combinação permitiu uma aproximação entre um e outro. Mas foi uma aproximação momentânea, conjuntural, pragmática. É bem provável que os posseiros não tivessem consciência do significado daquela aproximação, como é bem provável também que o PCB soubesse

que aquela aproximação poderia se desfazer tão rapidamente como ela foi realizada.

Referências

FELISMINO, T. A guerra de Porecatu: a história do movimento armado pela posse da terra que sacudiu o Norte do Paraná. *Folha de Londrina*, Londrina, 14 a 28 jul. 1999.

PRIORI, A. *O levante dos posseiros*: a revolta camponesa de Porecatu e a ação do Partido Comunista Brasileiro no campo. Maringá: Eduem, 2011.

PRIORI, A. O PCB e a questão agrária: os manifestos e o debate político acerca dos seus temas. In: MAZZEO, A. C.; LAGOA, M. I. (Org.). *Corações vermelhos*: os comunistas brasileiros no século XX. São Paulo: Cortez, 2003. p. 61-82.

VINHAS, M. *O partidão*: a luta por um partido de massas. São Paulo: Hucitec, 1982.

11

A revolta dos posseiros de 1957 no Sudoeste do Paraná

Você já ouviu falar em luta pela posse da terra? Já parou para pensar que a luta pela terra surgiu muito antes do MST? Você, algum dia, já imaginou que o Estado do Paraná foi palco de diversos conflitos que envolveram a posse da terra? Você sabia que, até a década de 1940, grande parte das regiões Oeste e Sudoeste paranaense ainda não era efetivamente ocupada e que essa ocupação possibilitou o surgimento de conflitos armados? Se a maioria das respostas foi negativa, não se preocupe! Vamos esclarecer parte dessas indagações, discutindo a Revolta dos Posseiros do Sudoeste do Paraná e localizando-a no contexto dos conflitos pela posse de terra no Brasil.

De forma especial, as décadas de 1950 e 1960 foram marcadas por uma efervescente movimentação social no campo brasileiro: além das lutas pela posse da terra no Paraná (Porecatu e Sudoeste), Goiás (Formoso e Trombas) e Minas Gerais (Demônios do Catulé), ainda tivemos as Ligas Camponesas no Nordeste e a proliferação dos sindicatos dos trabalhadores rurais por todo o Brasil.

Pensar a questão da luta pela posse da terra requer que pensemos no intricado conflito de interesses que surge sobre terras devolutas oriundas da Lei de Terras de 1850: nesta data, foi promulgada a Lei nº 601, que

"proibia a abertura de novas posses, estabelecendo que ficavam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não fosse a compra" (MARTINS,1983, p. 41-42). Em 1854, a regulamentação da lei permitiu aos que comprovassem cultura efetiva e moradia habitual a possibilidade de requisitar o seu quinhão. Nesse sentido, os territórios não reclamados foram considerados terras devolutas e, consequentemente, transformados em monopólio do Estado. No Paraná, a maioria das terras das regiões Oeste e Sudoeste encontravam-se nessa situação.

A Constituição republicana de 1891 transferiu a propriedade legal e o controle político das terras devolutas para os Estados. Essa mudança favoreceu a concessão de terras para companhias privadas e para o capital particular, circunstância que marcou o início da luta legal pela terra no Brasil. No processo de modernização econômica, desenvolvido nos primeiros anos da República, muitas terras devolutas foram utilizadas como forma de pagamento a empresas privadas, responsáveis pela construção de ferrovias. Foi exatamente isso que ocorreu no Sudoeste do Paraná. A titulação desenfreada do território, com suas consequentes disputas judiciais, fez com que as terras da região possuíssem vários 'donos': União, Estado, companhias particulares e o posseiro.

Como pagamento pela construção das estradas de ferro em território paranaense, o governo do Estado, logo no início do século XX, titulou, para a Companhia de Estradas de Ferro São Paulo – Rio Grande (CEFSPRG), subsidiária da *Brazil Railway Company*, as glebas Missões e parte da Chopim, ou seja, quase toda a região Sudoeste do estado.

Em 1930, estudando as concessões de terras realizadas no Paraná, Mario Tourinho, interventor do Estado no período, constatou irregularidades no cumprimento do contrato assinado com a CEFSPRG. Diante disso, anulou a concessão das glebas Missões e parte da Chopim. A Companhia não aceitou tal decisão e iniciou uma disputa jurídica para a manutenção da propriedade das terras no Sudoeste paranaense.

Porém, buscando salvaguardar os interesses da União, Getúlio Vargas, em 1940, incorporou todos os bens da *Brazil Railway Company* ao

Patrimônio Nacional. Como a CEFSPRG era subsidiária dessa companhia, a pendência jurídica com o Estado do Paraná transferiu-se para o Governo Federal. Nesse sentido, Estado e União passaram a disputar o direito sobre as terras das glebas Missões e parte da Chopim.

Alheio a essa questão jurídica, dentro do contexto da 'Marcha para o Oeste', Vargas criou no Sudoeste paranaense, por meio do decreto nº 12417 de 12 de maio de 1943, a Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO), visando à ocupação e à consequente integração da região às demais regiões do Estado. A CANGO trouxe para o local milhares de posseiros que buscavam melhores condições de vida, oriundos, principalmente, do Rio Grande do Sul. Além destes, havia os posseiros que vinham independentemente e se instalavam nessas terras. Em nenhum dos casos, pela condição *sub judice* da região Sudoeste, eram fornecidos documentos de posse, circunstância que, alguns anos depois, tornaria incerta a situação dos posseiros no local.

No processo de valorização e expansão das fronteiras econômicas e demográficas, mais um 'proprietário' aparece no palco das disputas pelas terras do Sudoeste: a Clevelândia Industrial e Territorial Ltda (CITLA). Além dos posseiros e da questão *sub judice* entre Governo Federal e Estadual, a CITLA, em 1950, apareceu como a nova dona das terras constituídas pela gleba Missões e parte da Chopim.

A entrada da CITLA na comercialização das terras do Sudoeste foi cercada por opositores: a grande maioria dos trabalhos referentes à Revolta dos Posseiros de 1957 no Sudoeste do Paraná afirma que a transação que tornou a CITLA a dona das terras da região foi repleta de ilegalidade. Diante dessa afirmação, cabe ressaltar a forma como a CITLA iniciou sua participação nas negociações das terras do Sudoeste.

No início do século XX, um cidadão de nome José Rupp adquiriu do governo de Santa Catarina autorização para explorar ervais e matas no planalto catarinense. Essas terras seriam, a princípio, devolutas. Porém, em função da construção das estradas de ferro em solo catarinense, o mesmo território explorado por José Rupp foi cedido à CEFSPRG.

Figura 1: Mapa da Gleba Missões
Fonte: Krüger (2004, p. 215).

A fim de retirá-lo de suas concessões, a Companhia conseguiu, junto à Justiça, a manutenção da posse e a apreensão dos depósitos de erva-mate já extraída. José Rupp, inconformado com a decisão judicial, recorreu e, em 1925, teve parecer favorável: a Justiça reconheceu sua posse sobre as terras em litígio. Sem aceitar essa decisão, a CEFSPRG recorreu junto ao Supremo Tribunal Federal que, somente em 1938, confirmou a sentença a favor de José Rupp.

Foram 13 anos de disputas judiciais. Por entender, portanto, que esse período causou-lhes prejuízos econômicos, Rupp ajuizou, mais uma vez, uma ação ordinária de indenização contra a CEFSPRG pelos danos causados. Conforme Lazier (1986), em 1945 a Companhia foi condenada

a pagar CR$ 4.720.000,00, mais juros de mora e custo calculados desde 1938, como indenização a José Rupp.

Como vimos acima, em 1940 o Presidente Getúlio Vargas incorporou os bens da CEFSPRG ao Patrimônio Nacional. Como essa Companhia foi condenada a pagar a indenização a José Rupp e seus bens, após o ato de Vargas, pertenciam ao Patrimônio Nacional, o pagamento pela indenização cabia, agora, ao Poder Público Federal. Frente a essa situação, de 1945 a 1950, José Rupp impetrou na justiça diversas propostas, inclusive a solicitação da gleba Missões como pagamento, sendo todas elas, porém, indeferidas.

Diante das negativas judiciais, Rupp cedeu seus créditos à Clevelândia Industrial e Territorial Ltda que, em poucos meses, conseguiu, junto à Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, a titulação das Glebas Missões e parte da Chopim. Portanto, algo que Rupp buscou por vários anos, a CITLA conseguiu em poucos meses: a transferência dos créditos foi feita em 26 de julho de 1950 e já em 17 de novembro do mesmo ano foi acertado o acordo sobre a indenização com a CITLA.

Essa rapidez na titulação das terras do Sudoeste é atribuída ao fato de Moysés Lupion, governador do Paraná pelo Partido Social Democrata (PSD), ser um dos sócios da CITLA, situação que teria facilitado a titulação do território à empresa. Assim, detendo praticamente todo o Sudoeste do Paraná, a Clevelândia Industrial e Territorial Ltda instalou-se na região em 1951, iniciando a venda de terras aos colonos ali instalados e gerando um clima de inquietação social entre os moradores.

Já em setembro de 1951 houve uma primeira reação à situação de intranquilidade gerada pela presença da empresa na região: colonos, comerciantes e profissionais liberais, em assembleia geral, constituíram uma comissão permanente para a defesa de seus direitos em relação ao litígio em torno das terras. Porém, essa forma de resistência mostrou-se ineficaz, pois não gerou nenhuma providência contrária à CITLA.

A atuação dessa empresa estava intrinsecamente relacionada à ligação que ela mantinha com o governador do Estado. Quando as terras foram tituladas, quem estava no poder era Lupion, algo que facilitou a comercialização das terras pela CITLA.

Porém, entre 1951 e 1955 quem governou o estado foi Bento Munhoz da Rocha Neto, do PTB. A rivalidade política entre os dois partidos fez com que este governador se opusesse à CITLA, proibindo, "através do decreto nº 419, de 02 de junho de 1952, o recolhimento dos Impostos de Transmissão e Propriedade, 'Sisas', de qualquer transação imobiliária nas glebas Missões e Chopim" (GOMES, 1987, p. 38). Assim, houve um interregno nas atividades da CITLA, que só voltou a atuar na região em 1955, após a re-eleição de Moysés Lupion.

Um dos primeiros atos do governador no seu novo mandato foi revogar a ordem que proibia o recolhimento das Sisas. Assim, em 1956, a CITLA, juntamente com duas outras companhias, Comercial e Apucarana, que se tornaram suas concessionárias, teve livre caminho para atuar no Sudoeste paranaense, iniciando as medições de vários lotes da região. Além disso, muita propaganda era realizada a fim de convencer os posseiros e colonos a dirigirem-se aos escritórios das companhias para assinarem os contratos de compra e venda das terras.

Frente à não aceitação dos colonos e posseiros ao fato de terem que assinar contratos e, também, à oposição ferrenha desempenhada pelos políticos da UDN e do PTB, contrários a Lupion, as companhias encontraram nos jagunços e na violência a melhor forma de alcançar seus objetivos. A indefinição jurídica que cercava as terras do Sudoeste paranaense possibilitou um ambiente de interesses conflituosos, em que a busca pelo lucro ultrapassava todas as formas legais de se resolver o problema da região: nem as autoridades policiais, nem as políticas mostravam-se interessadas na questão, o que impedia uma resolução pacífica do problema.

As primeiras reações contra essa violência foram realizadas por meio de abaixo-assinados pelos moradores da região. A ineficácia dessas

ações diplomáticas mostrou-se, nitidamente, com a morte do Vereador Pedrinho Barbeiro, do PTB. Contrário às ações arbitrárias desenvolvidas pelas companhias CITLA, Apucarana e Comercial no Sudoeste, esse político organizou um abaixo-assinado que pessoalmente levaria ao Presidente da República, Juscelino Kubtschek, a fim de denunciar a realidade da região. Porém, antes da viagem para a capital federal, o vereador foi morto a tiros na própria residência, o que o impediu de levar adiante a reclamação contra as companhias.

Assim, em resposta a esse acontecimento, juntamente com o fato de não verem resultado pelas vias legais de resistência, os posseiros e colonos focalizaram nas armas a única solução para a situação:

> Ao colono eram oferecidas duas alternativas: ou adquiria as terras sob o preço que lhe era imposto, ou deveria abandonar a terra. A atividade das empresas imobiliárias consistia em forçar a comercialização ou efetivar a 'limpeza da terra'. Foram sendo assim forjadas, progressivamente as condições de resistência do colono. Na luta contra a ameaça expropriadora de suas condições de trabalho, o camponês é levado à luta pela garantia da posse e pela legalização da propriedade da terra (REGO, 1985, p.208).

Dessa forma, em resposta a toda ação expropriadora das companhias de terra, somadas às frustradas buscas legais pela resolução do problema, os posseiros e colonos decidiram lutar à sua maneira. No lugar de ações pacíficas sem retorno prático foi instalado um processo de violência de ambos os lados. O primeiro confronto entre jagunços e posseiros aconteceu em 2 de agosto de 1957, no distrito de Verê, quando um grupo de colonos armados marchou em direção ao escritório da Companhia Comercial. Na ocasião vinha à frente um colono envolvido em uma bandeira do Brasil que foi morto, ali mesmo, por jagunços.

Vários episódios que contêm estupros, covardias e violências físicas são narrados por quem se dedica ao estudo da Revolta dos Posseiros. Porém, o que mais marcou o conflito do Sudoeste foi a tocaia

da camionete em 14 de setembro de 1957. Com o objetivo de acalmar os ânimos e fazer um acordo, o gerente da Companhia Apucarana, Gaspar Kraemer, marcou uma reunião com os colonos e posseiros em Lajeado Grande. Conforme Ruy Wachowicz (1985), a reunião foi cancelada, pelo fato de os dirigentes da companhia estarem desconfiados de alguma retaliação por parte dos revoltosos. Assim, ao invés de irem à reunião, mandaram apenas uma camionete com ordem para dar carona a quem estivesse na estrada. Tendo em vista o fato da realização da reunião, havia muitas pessoas pelo caminho. Sem saber da mudança de planos, um grupo de revoltosos atacou o veículo, matando sete pessoas. O que mais chocou foi que, das pessoas que morreram, apenas duas eram funcionárias da Companhia Apucarana.
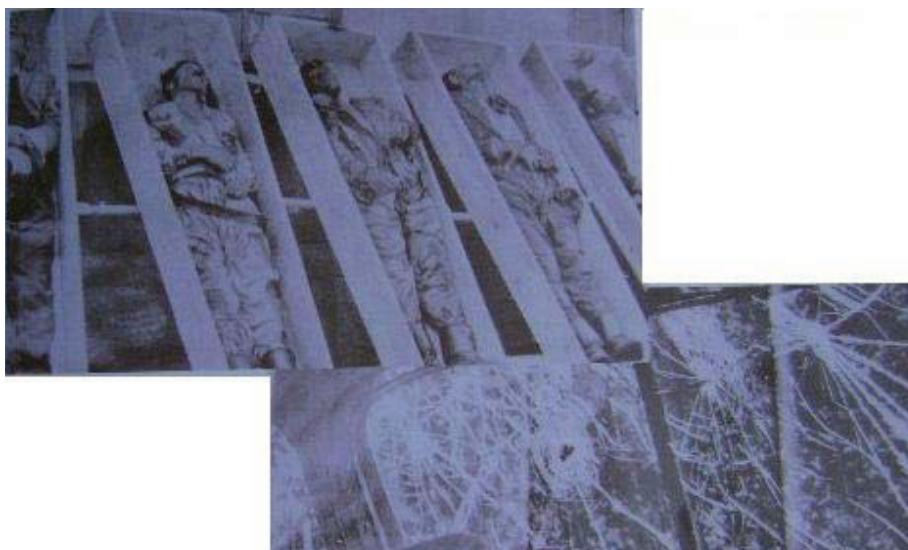
Figura 2: Episódio da camionete em 14/09/1957
Fonte: Paraná (2007, p. 13).

Indignados com a morte de companheiros, aproximadamente 2.000 colonos tomaram a cidade de Capanema. Os ânimos estavam exaltados. Alguma solução era necessária. Após o episódio do dia 14, a imprensa teve acesso aos acontecimentos do Sudoeste, fazendo com que os problemas

da região alcançassem a opinião pública, por meio da veiculação diária dos acontecimentos por meio dos jornais. Conforme Iria Zanoni Gomes (1987), a polícia, em outras circunstâncias, poderia reprimir os posseiros e colonos e trazer novamente a paz para a região. Porém, tendo em vista essa repercussão na imprensa, juntamente ao fato de os revoltosos terem mostrado disposição à luta, isso fez com que Pinheiro Júnior, Chefe de Polícia, utilizasse métodos diplomáticos de persuasão para acalmá-los, a fim de impedir a ampliação do conflito. Tendo em vista que os colonos exigiam intervenção do Exército na região, Pinheiro Junior delegou o Coronel Alcebíades Rodrigues da Costa, conhecido pelos moradores, e o Tenente-coronel José Henrique Dias para fazerem o trabalho de desmobilização. Porém, a presença dos oficiais fez com que os jagunços se deslocassem para as áreas de Francisco Beltrão e Pato Branco, contribuindo para a intensificação da violência nessas regiões.

"VOLTARAM OS COLONOS ÀS SUAS TAREFAS PACÍFICAS"

Falando ao "Correio da Manhã", no Rio de Janeiro, o Dr. Pinheiro Júnior, Chefe de Polícia do Paraná, presta esclarecimentos sôbre os acontecimentos verificados em Santo Antônio e Capanema

O "Correio da Manhã", que se edita no Rio de Janeiro, publicou, em sua edição de ontem, a seguinte entrevista com o Dr. Pinheiro Junior, Chefe de Polícia, que se encontra presentemente, na Capital Federal:

— "A fim de relatar às autoridades federais os acontecimentos do sudoeste do Paraná, verificados nos municípios de Capanema e Santo Antonio, em decorrência do estão de tensão entre colonos e companhias colonizadoras de terras, chegou ontem ao Rio o chefe de Polícia paranaense, sr. Pinheiro Júnior.

Falando à nossa reportagem, o chefe de Polícia do Paraná aludiu, inicialmente, à animosidade existente e antiga entre os posseiros das terras e os funcionários das companhias, notadamente os corretores de terrenos, elementos recrutados em outras regiões do Estado, sôbre os quais pesam, geralmente, acusações de violências contra os colonos, as quais, no entanto, nem a Polícia nem a Justiça conseguiram apurar identificando as vítimas.

— Sou levado a acreditar, disse-nos o sr. Pinheiro Júnior, que se trata mais de coação e ameaças, do que pròpriamente de agressões físicas ou ao pudor, como propagam os colonos. Trata-se de terras devolutas, muito ricas mas, em permanente contenda, restando, ainda, para definir a quem realmente pertencem, uma decisão, em grau de recurso, ao Supremo Tribunal Federal.

Os corretores são mal vistos pelos colonos, que os chamam de "jagunços". Os fatos de Capanema e Santo Antônio foram precedidos, em 2 de agôsto último, de ocorrências semelhantes em Pato Branco, distrito de Verê. Trata-se de uma cadeia de fatos delituosos e lamentáveis, oriundos da exacerbação dos ânimos.

OS FATOS

— No dia 5 de setembro, prosseguiu o chefe de Polícia do Paraná, na localidade de Lageado Grande, os colonos armaram uma tocaia a dois funcionários da Companhia Colonizadora Apucarana, matando a um e ferindo gravemente o outro, ora hospitalizado em Santo Antônio.

No dia 14 dêste mês, no quilômetro 17, da estrada que liga Santo Antônio a Capaname, voltaram os colonos a promover nova emboscada contra elementos da mesma companhia de terras, assaltando uma das suas camionetas de serviço. Desta feita, foram mortas 7 pessoas, dentre as 14 de viajavam na viatura. Apenas 2 dos passageiros eram funcionários da Apucarana. As demais haviam pedido carona ao motorista. Os funcionários foram mortos a pauladas e tiveram os cadáveres profanados. Receiando a apuração das responsabilidades, e não só isto, também uma ação de revide, dos funcionários da companhia em Santo Antônio, os autores do atentado comandaram o município de Capanema embusca da solidariedade dos demais colonos, falando na iminência de um ataque.

O chefe de Polícia faz uma pausa para explicar que em Santo Antônio a população é favorável às companhias colonizadoras, confiando em que as suas atividades tragam o progresso local, enquanto em Capanema, a maioria da população é de colonos.

Os colonos de Capanema, na alternativa de cederem as suas armas para a defesa do município, ou se incorporarem ao movimento sedicioso contra as companhias, preferiram aderir à sedição.

Dentro em pouco, expõe o sr. Pinheiro Júunior, estavam organizados vários grupos armados em Capanema, postados ao longo da estrada para impedir o acesso à sede do município, depois de terem obstruído o campo de aviação local.

Isolado Capanema, sòmente com o emprégo da fôrça seria possível atingir-se o seu interior. Recebi ordens do governador no sentido de, tanto quanto possível evitar novos conflitos. Fui à Foz do Iguaçu entrevistar-me com um grupo de colonos nesta cidade. Designeii o coronel Alcebiades Rodrigues da Costa para ir a Capanema, ao mesmo tempo que designei para Santo Antônio, como delegado de Polícia o coronel Henrique Dias, o qual conseguiu das companhias colonizadoras a retirada dos seus funcionários da região.

Há três dias estive em Santo Antônio e constatei lá como em Capanema normalidade absoluta. A ação daqueles dois oficiais foi eficiente. Os colonos voltaram as suas tarefas pacíficas na região. As famílias que, apavoradas, haviam transposto a fronteira com a Argentina, já voltaram, também, aos seus lares.

Resta agora, através de um delegado especial, apurar a responsabilidade criminal das ocorrências.

Este é o aspecto policial há, de outar parte, admite o chefe de Policia, a questão política. Os adversários do sr. Moyses Lupion exploram os fatos, ampliando-os, para impressionar as autoridades federais e a opinião pública do país.

— Mas o que dizem foge inteiramente à realidade.

Depois de se terem avistado, ontem, com o ministro da Justiça, o sr. Pinheiro Júnior, em companhia do governador do Paraná, avistar-se-á hoje com os generais Teixeira Lott, ministro da Guerra, e Nelson de Mello, secretário do Conselho de Segurança Nacional".

Gazeta do Povo - Curitiba - Sabado - 28/9/57

Figura 3. Noticiário sobre a Revolta de 1957
Fonte: DEAP (1957).

A presença das companhias imobiliárias na região não perturbava apenas os colonos e posseiros, mas também os moradores das cidades, que se viam prejudicados pela paralisação das lavouras. Dessa forma, não somente os posseiros e colonos discutiam a situação, mas também os comerciantes e profissionais liberais passaram a posicionar-se contra as companhias. Além da evidente posição contrária dos políticos da UDN e do PTB, algumas lideranças urbanas também se destacaram na luta contra as empresas imobiliárias. Entre esses, podemos ressaltar Walter Pecóits (médico), Ivo Thomazoni (radialista), Edu Potiguara Publitz (advogado), Luiz Prollo (comerciante) e Jácomo Trento (mais conhecido como 'Porto Alegre, vendedor de equipamentos que percorria o interior do Sudoeste, adquirindo, com isso, mais informações sobre a situação da região). O diálogo entre campo e cidade foi, portanto, muito importante para a deflagração do movimento de 1957. Conforme Iria Zanoni Gomes (1987), bastava apenas um fato relevante para irrompê-lo.

Ruy Wachowicz (1985) afirma que o estopim se deu no dia 9 de outubro de 1957, quando três crianças foram açoitadas para revelarem o paradeiro dos pais que se encontravam refugiados por medo dos jagunços. Segundo Jácomo Trento (2007, p. 3), "as crianças estavam com vergões em todo o corpo, da grossura de um dedo". Após esse acontecimento,

> o delegado da cidade, Alberto Geron, disse que não podia fazer nada, pois se o fizesse estava correndo risco de vida. Seus superiores haviam dado ordens para deixar as companhias trabalharem, sendo este, segundo eles, o interesse do governo. A população foi procurar então o juiz de direito, José Meger. Este, toda vez que havia requisitado forças para combater o banditismo, não recebia resposta e nem apoio (WACHOWICZ, 1985, p.197).

Sem apoio da polícia, os moradores sentiram necessidade de reação. Por meio da Rádio Colmeia, Ivo Thomazoni chamou o povo para uma reunião, em que discutiriam o problema das companhias. Conforme Iria Zanoni Gomes (1987), o número de participantes foi significativo. Uma das decisões foi a formação de uma comissão que iria até Curitiba

e traria uma solução em três dias. Já na capital, tal comissão tomou conhecimento de que a Câmara dos Deputados havia aprovado a Emenda do Senado ao projeto do Legislativo que admitia o Ato do Tribunal de Contas e que negava o registro das glebas Missões e Chopim à CITLA, isso após seis anos transitando no Congresso Nacional. Outra decisão de que a comissão tomou conhecimento foi sobre o fechamento dos escritórios das companhias no Sudoeste, decretada por Moisés Lupion após a ameaça de uma intervenção federal na região. Porém, conforme Wachowicz (1985) e Gomes (1987), isso não foi suficiente para acalmar os ânimos da população.

Em Pato Branco, formou-se uma junta governativa provisória para as tomadas de decisões. A cidade foi ocupada por centenas de pessoas e foram montados piquetes para guarnecer as principais estradas de acesso a ela. O Major Machado esteve presente na região a fim de cumprir o fechamento dos escritórios da companhia. Conforme Iria Zanoni Gomes (1987), este usou a mesma estratégia do Coronel Alcebíades, designando Jácomo Trento, o Porto Alegre, conhecido pelos moradores, para auxiliá-lo na captura dos jagunços. A ação foi eficaz, pois muitas prisões foram realizadas, inclusive, e a mais importante, a do jagunço 'Maringá', autor das maiores atrocidades cometidas na região. Os que não foram presos se entregaram ou fugiram.

Em Francisco Beltrão, já no dia 10 de outubro de 1957, também foi formada uma comissão para tomada das decisões. Os colonos e posseiros foram chamados pelo rádio. A cidade foi ocupada por milhares de pessoas. Os jagunços foram presos antes de conseguirem fugir. Os revoltosos invadiram os escritórios das companhias, quebraram tudo, rasgando e jogando pela rua afora as promissórias e contratos que haviam assinado. Além disso, arrancaram a placa que dava nome à avenida principal e o obelisco comemorativo da fundação da cidade, por apresentarem o nome da CITLA.

Conforme Iria Zanoni Gomes (1987), essa reação teve um significado simbólico muito importante, pois, ao rasgar as promissórias e

retirar da cidade os objetos que lembravam a empresa, posseiros, colonos e demais envolvidos no movimento demonstravam todo seu protesto e recusa a tudo que estivesse ligado às Companhias de terra.

Figura 4: Rua de Francisco Beltrão forrada com os papéis destruídos pelos revoltosos
Fonte: Paraná (2007, p. 09).

Os ânimos estavam tão acirrados que os revoltosos receberam à bala o Delegado da DOPS, enviado ao Sudoeste para investigar o ataque à camioneta no dia 14 de setembro. Diante da situação, Pinheiro Junior, chefe de polícia do Estado do Paraná, esteve pessoalmente presente no Sudoeste paranaense. Aceitando as imposições dos revoltosos, transformou o médico Walter Pecóits em delegado, prometeu a retirada completa das companhias e a demissão do promotor público e do juiz da comarca de Francisco Beltrão.

Em Curitiba, Moysés Lupion aceitou todas as condições impostas. De acordo com Iria Zanoni Gomes (1987), as ações de Pinheiro Júnior foram uma medida inteligente e necessária a fim de evitar um confronto

maior que não era desejado pelo governo estadual por estar sob ameaça de intervenção federal pelos lutuosos acontecimentos decorridos na região.

Em Santo Antonio, assim como em Pato Branco, também foi formada uma comissão para a orientação do movimento. No dia 12 de outubro de 1957, exigindo um pronunciamento imediato sobre a questão de terras, os colonos tomaram a cidade. Cercaram a Delegacia, destituíram o delegado de polícia, prenderam um médico e um padre do distrito de Pranchita, por serem favoráveis à CITLA, invadiram e depredaram a casa do advogado de tal empresa, destruindo todos os contratos, documentos e promissórias que vinham sendo assinadas. E, mais uma vez, Pinheiro Junior concordou em atender às condições impostas pelos revoltosos para o restabelecimento da paz. Assim, evitavam-se a intervenção federal no Sudoeste paranaense e a consequente investigação do conflito, o que traria à tona o envolvimento do governador com as companhias de terras.

Após os ânimos terem se acalmado, foram enviadas até o Sudoeste tropas da polícia militar para a retomada do controle da região. Como essa atitude contrariava os acordos estabelecidos com o Chefe de Polícia, houve a possibilidade de um ressurgimento do conflito, pela indignação dos colonos. Porém, segundo Iria Zanoni Gomes (1987), isso não aconteceu. A polícia reassumiu as delegacias da região e, aos poucos, foi adquirindo a confiança da população. Resolvia-se, portanto, pelo viés policial, parte dos problemas da região: o fim da ação das companhias.

O conflito em si não foi muito extenso temporalmente, concentrando-se apenas no mês de outubro de 1957. Contudo, podemos dizer que foi resultado das experiências coletivamente vividas pelos posseiros do Sudoeste que, diante dos abusos sofridos, uniram-se para lutar contra o inimigo comum: as companhias de terra. Quando esse inimigo comum deixou de existir, ou seja, quando os escritórios das empresas colonizadoras foram fechados e seus documentos destruídos, a luta tornou-se dispensável.

Porém, para que os frutos da revolta pudessem ser realmente colhidos, o processo de uma concreta definição jurídica para as terras do Sudoeste precisou ser tramitado no campo político (AMANCIO, 2009). As aspirações dos posseiros, manifestadas por meio da luta armada em 1957, precisavam ser tratadas na Câmara e no Senado para que surtissem efeitos legais para a sociedade sudoestiana. Assim, podemos dizer que a divulgação encontrada pelo conflito nos meios de comunicação social, somadas à sua apropriação pelos políticos oposicionistas a Moysés Lupion, foram fatores importantes para que a questão litigiosa das terras do Sudoeste fosse debatida no campo da política. Nos anos de 1958 e 1959, as terras da região foram declaradas de utilidade pública e de interesse social para fins de desapropriação e, em 1962, por meio da criação do Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste (GETSOP), foram lançadas as bases para a efetiva regularização dessas terras:

> Art. 1º Fica instituído o Grupo Executivo Para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP), com a finalidade de programar e executar os trabalhos necessários à efetivação dos objetivos determinados no Dec. 50.494 de 25 de abril de 1961, para a desapropriação e, em convênio com o Estado do Paraná, planejar e executar a colonização das glebas desapropriadas[16].

Assim, por meio da atuação da GETSOP, órgão responsável pela demarcação e divisão dos lotes das terras do Sudoeste paranaense entre os posseiros da região, a Revolta de 1957 alcançou seu triunfo: o fim da indefinição jurídica por tantos anos, vivida entre os colonos e posseiros sudoestianos. Por essa característica peculiar, o Sudoeste do Paraná é considerado uma das poucas regiões onde as pequenas propriedades são encontradas em maior concentração. Nesse sentido, podemos afirmar que a Revolta dos Posseiros foi um conflito vitorioso.

---

16 Decreto nº 51.431, de 19 de março de 1962, assinado pelo Presidente João Goulart, que criou o 'Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste' (BRASIL, 2012).

Figura 5: Presidente João Goulart, em pé, à esquerda, na Praça Presidente Vargas, em Francisco Beltrão, em 17/03/1962, para a abertura do processo de legalização das terras do Sudoeste do Paraná

Fonte: Paraná (2007, p. 127).

Referências

AMANCIO. Silvia Maria. *Ontem, luta pela terra; hoje, monumento histórico:* a revolta dos posseiros no Sudoeste do Paraná em suas variadas versões. 2009. 178 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009.

BRASIL. Senado Federal. Subsecretaria de Informações. *Decreto nº 51.431, de 19 de março de 1962*. Cria o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=182398>. Acesso em: 28 fev. 2012.

DEAP- Departamento de Arquivo Público do Paraná. *Jornal Gazeta do Povo*, 28 set. 1957. In: Arquivo DOPS, pasta 1053, cx. 128.

GOMES, Iria Zanoni. *1957*: a revolta dos posseiros. 2. ed. Curitiba: Criar, 1987.

JACOMO TRENTO, vulgo Porto Alegre, um dos líderes dos posseiros em 1957. In: PEREIRA, Niomar. Revolta dos posseiros: era chegada a hora de ir para o mato e prender os jagunços. *Aqui Sudoeste*, Francisco Beltrão, 23 fev. 2007.

KRÜGER, Nivaldo. *Sudoeste do Paraná*: história de bravura, trabalho e fé. Curitiba: Posigraf, 2004.

LAZIER, Hermógenes. *Análise histórica da posse de terra no sudoeste paranaense*. Curitiba: SECE/BPP, 1986.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

REGO, Rubem Murilo Leão. Tensões sociais na frente de expansão: a luta pela terra no sudoeste do Paraná – 1940-1970. In: SANTOS, José Vicente Tavares dos (Org.). *Revoluções camponesas na América Latina*. Campinas: Unicamp, 1985. p. 189-212.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Cultura. *50 anos Revolta dos posseiros*: resgatar o passado de lutas, para valorizar a liberdade do presente. Curitiba: SEEC, 2007.

WACHOWICZ, Ruy Cristovam. *Paraná, Sudoeste*: ocupação e colonização. Curitiba: Lítero-Técnica, 1985.

12

O Partido Comunista e os movimentos sociais no campo

No Paraná do século XX, as décadas de 1950 e 1960 foram intensas para os movimentos sociais. Nesses anos, diversos grupos e forças sociais se organizaram, segundo José de Souza Martins, visando à libertação do país da "tutela das oligarquias e do atraso econômico, social e político que elas representavam" (1989, p. 46).

Um desses movimentos surgiu no campo, na forma de organização de sindicatos de trabalhadores rurais. Já vimos neste livro que os homens do campo paranaense sempre estiveram na linha de frente dos embates sociais mais importantes, como foram os exemplos das revoltas camponesas de Porecatu e do Sudoeste. Vimos também que, desde o início da década de 1940, já havia ligas camponesas e associações rurais organizadas no Norte do Paraná. Das Ligas para os Sindicatos, o passo foi curto.

Data de 29 de Janeiro de 1956 o surgimento do primeiro sindicato de trabalhadores rurais do Norte do Paraná. Embora tivesse sido fundado na cidade de Londrina, seu raio de atuação e influência ia além das fronteiras do município. Nesse mesmo ano, foram fundados sindicatos em Nova Fátima, Centenário do Sul e Maringá.

Como surgiram os sindicatos? Seria apenas o desdobramento em nível regional de uma tendência que vinha se fortalecendo em nível

nacional, no final da década de 1950? Ou haveria algo mais insinuante, que mobilizasse o trabalhador à sindicalização? Pensamos que ambas as hipóteses são válidas e se inter-relacionam. Num panorama em que temos, de um lado, a influência importante da fundação de uma entidade nacional, coordenadora do movimento dos trabalhadores rurais: a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), em 1954; e de outro, a desestruturação das relações de trabalho, há muito arraigadas no contexto cultural do homem do campo.

Como vimos no capítulo 08, temos que considerar que a desestruturação do colonato, o fim da agricultura de subsistência e a cobrança do aluguel de moradia exerceram uma força desestruturante, tornando piores as condições de vida do trabalhador rural. A partir do momento em que o proprietário não mais concedeu a possibilidade de o colono plantar intervalarmente aos cafezais gêneros alimentícios, ou então, destinar 'terras solteiras' para essa atividade, e passou a cobrar o aluguel da residência, o colono deparou-se apenas com o salário como única fonte de renda. Com isso então, ao invés de plantar e colher, teria que comprar os produtos básicos para sua alimentação e de sua família.

Outro ponto importante que contribuiu para a desestruturação do colonato foi a política implementada pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC), por meio do Grupo Executivo da Racionalização da Agricultura (GERCA), no início dos anos 1960, que montou seu plano diretor baseado em três objetivos básicos: eliminação dos cafeeiros de baixo rendimento; destinação das terras liberadas a outro uso, sobretudo para culturas alimentares e matérias primas industriais, como o soja, milho e trigo; e modernização das plantações cafeeiras restantes. O programa foi elaborado por meio de incentivos aos proprietários, que obtinham empréstimos no Banco do Brasil para o financiamento da maior parte dos custos da erradicação (após terminada a erradicação, esses financiamentos se convertiam em doações) e empréstimos em condições favoráveis para a diversificação com outras culturas. Era uma política que gerava um alto índice de desemprego no Paraná.

Foi esse processo de desestruturação das relações sociais de trabalho, sobretudo do colonato, que permitiu aos trabalhadores rurais do Norte do Paraná mobilizar seus membros em torno de interesses comuns. Essa identidade coletiva foi sendo construída por meio da organização dos trabalhadores em sindicatos. Estrategicamente, a criação do órgão de representação assegurava ao trabalhador rural um espaço de luta contra essas novas relações que estavam se estabelecendo. Nesse sentido, o surgimento do sindicato foi muito mais uma necessidade social dos trabalhadores do Paraná do que propriamente um movimento nacional que se desdobrou na região. Aliás, o sindicato dos trabalhadores de Londrina foi um dos primeiros a se organizar no Brasil.

Os primeiros sindicatos

No processo de preparação da II Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (II CNTA), foram criados, em todo o País, 16 sindicatos de trabalhadores rurais. No Estado do Paraná, tem-se notícia da organização de duas associações de empreiteiros e sitiantes (TERRA LIVRE, 1954). No entanto, o primeiro sindicato que se constituiu data de janeiro de 1956, na cidade de Londrina, Norte do Estado.

Ao surgimento do órgão de representação no Norte do Paraná, antecipou-se, entre os trabalhadores rurais, uma ampla discussão acerca das condições de vida e de trabalho. Os baixos salários e as constantes privações a que eram submetidos acabaram possibilitando aos trabalhadores uma identidade de interesses que até então não se fazia presente. Para perceber como a situação dos trabalhadores do café, sobretudo colonos e diaristas, piorou nos anos 1950, retomamos aqui um ponto importante levantado por Verena Stolcke. A historiadora nos leva a refletir sobre o salário mínimo em vigor naquela década e o salário rural real, percebido pelo trabalhador rural. Segundo ela, o êxito obtido pelos cafeicultores, ao vetar a proposta de Getúlio Vargas de unificar os salários urbanos e rurais, ou em outras palavras, de vetar a extensão da legislação trabalhista

aos trabalhadores agrícolas, que ficaram excluídos, portanto, do salário mínimo obrigatório, foi para os trabalhadores, uma medida preocupante e desesperadora.

> Os salários rurais nos anos 50 eram substancialmente mais baixos que os dos trabalhadores urbanos não qualificados. Além disso, a diferença entre o salário rural e o salário mínimo oficial aumentou consideravelmente nos anos 50 (STOLCKE, 1986, p. 174).

Outro fator que contribuiu para o fortalecimento dessa identidade também está relacionado com o salário: o não-cumprimento, pelos fazendeiros, da Lei 35.450 de 1o. de maio de 1954, que concedia aos trabalhadores rurais direito ao salário mínimo e ao pagamento de férias. Era comum, inclusive, os fazendeiros reterem mensalmente um saldo do salário, devolvendo-o ao trabalhador, quando este deixava de prestar serviço. Foram fatos como esses que levaram os trabalhadores a se reunir e discutir uma saída para a sua situação.

Odilon Martins, Waldevino Madeira e José Onofre Borges, colono e trabalhadores assalariados, respectivamente, foram os precursores dessas dicussões. Como conhecedores da realidade social nas fazendas e sítios, e incentivados pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e pela União dos Trabalhadores de Londrina (UTL), propagaram a ideia de formar um sindicato. Para os líderes dos trabalhadores, a finalidade do sindicato era "garantir para o trabalhador agrícola a percepção de todas aquelas vantagens e o respeito àqueles direitos que lhe são assegurados pela CLT" (FOLHA DE LONDRINA, 1956a, p. 6).

Os trabalhadores rurais vislumbravam o sindicato como um veículo de luta, capaz de assegurar os seus direitos já garantidos por lei. Segundo José de Souza Martins, sabendo da existência de leis, ou de fragmentos de leis, que lhe concedem determinados direitos - como é o caso da CLT - os trabalhadores rurais se sentem incentivados a lutar, caso contrário, seria mais difícil eles se engajarem na luta (MARTINS, 1993).

A ideia de formar um sindicato 'repercutiu célere' - para usar uma expressão da própria Folha de Londrina - entre a gente humilde do campo. Dada a situação crítica dos colonos e assalariados agrícolas, no mesmo estilo do quadro sombrio que caracterizava o panorama social do interior do país, o sindicato surgia como o símbolo da desejada, mas difícil, redenção econômico-social.

Dezenas de pequenas reuniões foram realizadas nas colônias das fazendas e sítios, onde as lideranças expunham os objetivos do sindicato e de que forma este poderia interceder junto aos patrões para melhorar o nível de vida dos trabalhadores. Os líderes sindicais, Odilon Martins, Waldevino Madeira e José Onofre Borges, eram sempre acompanhados pelo advogado Flávio Ribeiro, encarregado de esclarecer as questões jurídicas e explanar os direitos dos trabalhadores rurais que estavam garantidos na ínfima e excludente legislação social, bem como o papel que poderia exercer a Justiça do Trabalho na defesa desses escassos direitos (PRIORI, 1996).

Em 29 de Janeiro de 1956, com a participação de 300 trabalhadores, realizou-se no Cine Marabá de Londrina o Congresso de fundação do 'Sindicato dos Colonos e Assalariados Agrícolas de Londrina e Região'. A base territorial inicial do sindicato compreendia as cidades de Londrina, Rolândia, Cambé, Arapongas, Apucarana, Ibiporã, Sertanópolis e Bela Vista do Paraíso.

A receptividade dos trabalhadores rurais ao sindicato foi algo impressionante, talvez jamais visto na história do movimento sindical rural brasileiro. Em junho de 1956, o Jornal Terra Livre publicou matéria em que comentava a filiação dos trabalhadores ao sindicato.

> O Sindicato dos Colonos e Assalariados Agrícolas de Londrina, recentemente fundado, vêm crescendo sem parar. Os diretores do sindicato, depois de estudarem as condições em que vivem os colonos e assalariados, resolveram lançar uma campanha pela aplicação da lei No. 35.450 de 1o. de maio de 1954, que dá direito aos trabalhadores rurais de receberem o salário mínimo e pelo pagamento das férias.

> Foi tão sentida esta campanha que, em apenas um mês, o número de associados aumentou de 300 para mais de 1.300, vindo de todas as fazendas e águas (TERRA LIVRE, 1956a, p. 12).

No mês seguinte, o mesmo jornal publicava matéria em que comentava que, até a data de 6 de julho de 1956, o sindicato contava com 8.085 filiados. Comentava ainda a matéria que cerca de 300 trabalhadores rurais passavam todos os dias pelo sindicato. Esse movimento obrigou o sindicato a transferir sua sede para um antigo cinema: o Cine Marabá. Em agosto de 1956, o Terra Livre comentava que o sindicato já tinha 15.000 sócios, e era considerado o maior do Brasil (TERRA LIVRE, 1956b).

De certa forma, não podemos confiar plenamente nesses dados apresentados pelo Jornal Terra Livre, pois, além de ser um jornal de divulgação das lutas dos trabalhadores rurais, editado pela ULTAB, sofria grande influência do Partido Comunista Brasileiro, que tendia a valorizar os sindicatos dirigidos por trabalhadores oriundos de seus quadros. Mas outras fontes indicavam que esse crescimento era significativo.

Em artigo intitulado *O problema do trabalhador rural*, o colunista e deputado federal, Vieira Lins, discutia em A Folha de Londrina, a crescente sindicalização dos trabalhadores rurais no Norte do Paraná. A certa altura do artigo, enfatiza o deputado:

> Um delegado especial, observando o que se passa no Norte do Paraná, afirma que cerca de 10.000 trabalhadores rurais acorreu ao chamamento de um sindicato rural, que os comunistas organizaram na região, alistando-se e concorrendo com dinheiro para a organização. Logo existe algo errado e doloroso para a vida do trabalhador rural: ele, para não morrer queimado, está saltando da ponte incendiada com o risco de morrer afogado (FOLHA DE LONDRINA, 1956b, p. 8).

Nesse mesmo sentido, e preocupado com o alto índice de filiação de trabalhadores rurais ao sindicato, o então deputado federal por Londrina, Hugo Cabral, discursou na Câmara dos Deputados, dizendo que até aquela data - 05 de setembro de 1956 - já possuía o 'Sindicato de Colonos e Classes Assalariadas do Norte do Paraná' aproximadamente 40.000 filiados (FOLHA DE LONDRINA, 1956c).

A dúvida levantada em relação aos dados do Jornal Terra Livre poderia ser aplicada aos dados apresentados pelos deputados? Ao saber que o Jornal Terra Livre teria valorizado o número de trabalhadores rurais que procuraram o sindicato para se associar, o que poderia induzir a se acreditar que os dados dos deputados também foram, exageradamente, valorizados? Ou ambos os dados poderiam ser imbuídos de credibilidade?

Se anteriormente argumentamos que o Jornal Terra Livre valorizava os dados por ser um jornal de divulgação, influenciado pelo Partido Comunista Brasileiro, acreditamos ser a influência deste mesmo partido no sindicato os motivos utilizados pelos deputados para valorizarem os dados.

Conhecidamente, os dois deputados em questão eram adversos a qualquer ideologia que pudesse contrariar a ordem social estabelecida. O Deputado Hugo Cabral, inclusive, foi um grande cafeicultor, que não perdia uma oportunidade sequer para defender sua posição na tribuna da Câmara dos Deputados. A nossa argumentação é no sentido de que, ao divulgarem o grande índice de sindicalização rural, esses deputados atentavam para o 'perigo comunista', já que o sindicato era influenciado pelo PCB. Nesse caso, procuravam despertar as autoridades constituídas - polícia, Justiça e Ministério do Trabalho - para esse 'perigo', incentivando o fechamento do sindicato e a punição dos seus dirigentes.

Embora se sabendo que houve uma valorização dos dados, haveria motivos para se acreditar na credibilidade desses dados? A pergunta soa como contraditória, mas não impossível de ser argumentada. Nesse caso, parece-nos importante raciocinar sobre essa 'impressionante' procura ao

sindicato. Como frisamos anteriormente, as condições de trabalho não eram boas, as relações de trabalho institucionalizadas (o colonato) estavam em franca deterioração e a incerteza do trabalhador com relação ao seu emprego se renovava a cada vez que se aproximava o final do ano agrícola. Assim, os trabalhadores rurais eram incentivados ou se autoincentivavam a frequentarem o sindicato, na esperança, principalmente, de garantir o emprego.

A difícil realidade social em que vivia o trabalhador rural e a sua esperança no sindicato podem ser percebidas nestes versos declamados durante a II Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, realizada em São Paulo no ano de 1954, e que praticamente virou hino na boca dos trabalhadores rurais do Norte do Paraná:

> Nossas duras experiências
> sofridas em tantos anos
> Passando fome e miséria
> desgostos e desenganos
> É que abrimos nossos olhos
> para traçar nossos planos
>
> Vamos nos organizar
> formar nosso sindicato
> Pra por ele conseguir
> custo de vida barato (PRIORI, 1996, p. 64-65).

O trabalhador rural, vítima dessa realidade social e sem o amparo de uma legislação eficiente, sentia-se como o ‘grande excluído’ da cidadania. E naquele momento percebia o sindicato como uma ‘válvula de escape’, como o único organismo de representação capaz de ‘incluí-lo’ no processo mais amplo de participação social, ou seja, na busca da plena cidadania ou em parte dela.

Nesse mesmo ano, mais quatro sindicatos foram fundados no Norte do Paraná: os sindicatos de Nova Fátima, Centenário do Sul, Maringá e Mandaguari.

A luta pela legitimidade e reconhecimento

Os sindicatos fundados no Norte do Paraná durante o ano de 1956 não foram reconhecidos pelo Ministério do Trabalho. Embora a existência dos sindicatos não contemplasse os preceitos da legalidade exigidos pelo Estado, isso não quer dizer que não estavam impregnados de certa legitimidade. Havia, por certo, a preocupação dos dirigentes em legalizar os sindicatos, mesmo que isso significasse atrelá-los ao Ministério do Trabalho. No entanto, os trabalhadores rurais sindicalizados não estavam preocupados com esse processo. Para eles, o importante era a existência do sindicato como organismo de representação, que possibilitasse um espaço de participação política e de reinvidicação de suas necessidades sociais.

A respeito da legalidade do sindicato, formou-se um grande debate na região. Os empregadores rurais, preocupados com o rápido crescimento dos sindicatos, faziam intensa campanha pelo fechamento destes. Os palcos dessa campanha eram o Jornal Folha de Londrina e as Tribunas da Assembleia Legislativa do Estado e a Câmara dos Deputados. O argumento central dos empregadores rurais não era, em si, contra a existência do sindicato, e sim, contra aqueles que dirigiam o sindicato, ou seja, um grupo de 'agitadores subversivos' com o propósito de espalhar 'o ódio e a desordem' nas fazendas e sítios da região (FOLHA DE LONDRINA, 1956d).

O Deputado Estadual Rui Ferraz de Carvalho, em discurso na Assembleia Legislativa do Paraná, na sessão do dia 10 de setembro de 1956, retratou de forma enfática o pensamento dos empregadores rurais acerca do sindicato:

> É apenas um pretexto para arregimentar colonos. A sua finalidade não é a defesa dos direitos do operário campesino, nem a melhoria das condições gerais em que vive - mas plantar a semente do ódio no coração daquela gente simples, atirá-la contra os patrões, estabelecer a luta de classes, reduzir a produção agrícola, aumentando assim a miséria, criando o descontentamento e o desespero, com

> o intuito de atraí-la para o seio do abraão do comunismo, onde se apregoa soluções salvadoras para todas as angustias humanas e o segredo capaz de realizar o bem-estar e a felicidade dos homens sobre a terra (FOLHA DE LONDRINA, 1956d, p. 8).

Essa posição reflete a preocupação existente no seio da classe dominante rural com relação à política sindical desenvolvida pelo núcleo diretor do sindicato. Para os empregadores rurais, o sindicato deveria ser um órgão que tivesse os propósitos de "estudar, defender e coordenar os interesses econômicos dos trabalhadores" (FOLHA DE LONDRINA, 1956d, p. 8), com o objetivo de colaborar para o aprimoramento das relações de trabalho e a melhoria de suas condições de vida, mas nunca como o espaço de tomada de consciência das difíceis relações sociais.

Como os sindicatos do Norte do Paraná (principalmente os de Londrina, Nova Fátima, Centenário do Sul, Maringá e Manduaguari, sobretudo por serem os mais importantes) caminhavam no sentido contrário às expectativas dos empregadores, a saída encontrada por estes foi pedir a intervenção da polícia e da Justiça do Trabalho, para fechar os sindicatos e prender seus líderes. Depois da abertura dos Arquivos do DOPS, ocorrida na década de 1990, pudemos verificar como os sindicatos eram vigiados e controlados pela polícia política. Não há um sindicato do Estado do Paraná, seja ele urbano e rural, que não tenha sido contemplado com anotações em fichas e pastas naquele órgão policial.

Outro argumento, bastante consistente, contrário ao reconhecimento e à legalidade dos sindicatos de trabalhadores rurais do Norte do Paraná, foi emitido pelo Delegado Regional do Trabalho do Paraná, Senhor Antonio de Paula Filho.

> A fim de fixar bem a nossa posição em face do problema, frisamos que não somos contrários à sindicalização rural. Nosso pensamento é o de que esses trabalhadores devem mesmo, organizar o seu sindicato, desde que obedeçam a lei e a ordem constituída. Nesse sentido, a nossa delegacia está aparelhada para orientar e esclarecer os honrados homens

> do campo, a fim de que a entidade que venha criar possa, efetivamente, cumprir suas finalidades, cooperando com os Poderes Públicos nas soluções dos problemas que lhes são afetos e promovendo a solidariedade social. Devem, na realidade, os trabalhadores da cidade e do campo pugnar por melhores condições de vida, mas sem agitação e sem comprometer a estabilidade social e econômica desta próspera região. Repetimos, pois, que, fiel ao seu programa de amparo aos homens de trabalho, a delegacia que temos a honra de dirigir está apta a atender aos legítimos anseios daqueles que desejam trabalhar sob a proteção de um sindicato bem orientado, de caráter nitidamente democrático, sem quaisquer inclinações extremistas. Um sindicato organizado desta forma só poderá concorrer para a solução do problema social, por isso que facilitará a convivência pacífica e harmoniosa entre empregados e empregadores, possibilitando, desse modo, a obtenção de uma constante melhoria do nível de vida dos assalariados agrícolas (FOLHA DE LONDRINA, 1956e, p. 4).

Merecem reflexão alguns pontos arrolados pelo Delegado do Trabalho. Primeiro, trata-se da questão do atrelamento do sindicato ao Ministério do Trabalho. Permitia-se aos trabalhadores rurais organizar os seus sindicatos, mas estes deveriam obedecer à 'lei e a ordem constituída', o que significa: o sindicato deveria submeter o seu estatuto ao crivo do Ministério, que também teria o controle econômico e financeiro do sindicato, além de possibilitar a intervenção ministerial toda vez que 'pessoas estranhas' ou 'doutrinas incompatíveis' viessem a interferir no bom andamento do sindicato. 'Pessoas estranhas', no caso, eram os simpatizantes do Partido Comunista e a 'doutrina incompatível' era o comunismo, fruto de campanha contrária intensa naquele período, motivado pela Guerra Fria que envolvia os blocos políticos liderados por EUA e União Soviética.

Em segundo lugar, o Ministério do Trabalho - durante o período que estamos analisando - só autorizava o funcionamento de um sindicato se este agisse conforme os interesses políticos daquele, que estavam pautados por uma prática política populista de manipulação das classes

subalternas. O Estado, como um centro mediador, controlava as entidades sindicais, para que estas pudessem colaborar com o aprimoramento de uma solidariedade social que não comprometesse a estabilidade econômica e social do país (o tal medo do comunismo).

Pelos motivos já expostos, os empregadores rurais e a Delegacia Regional do Trabalho eram contrários ao reconhecimento do sindicato. Vimos, também, que, para os trabalhadores rurais em geral, pouco significado tinha a legalização ou não do sindicato. Quais motivos, então, conduziam os líderes dos sindicatos do Norte do Paraná a pedir o reconhecimento dos sindicatos? Sim, porque os dirigentes dos sindicatos entraram com diversos pedidos de reconhecimento no Ministério do Trabalho.

O próprio veículo de comunicação da ULTAB, o Jornal Terra Livre, alertava para a necessidade de se pedir no Ministério do Trabalho o reconhecimento do sindicato. Em janeiro de 1957, comentando o rápido crescimento do número de sindicatos rurais em todo o país, enfatizava que apenas fundar o sindicato não era suficiente, "é preciso que sejam reconhecidos, isto é, registrado no Ministério do Trabalho" (JORNAL TERRA LIVRE, 1957, p. 12).

Condescendente com a política traçada pela ULTAB, em julho de 1956, a direção do 'Sindicato de Colonos e Assalariados Agrícolas de Londrina e Região' remeteu ao Ministério do Trabalho pedido em que solicitava o reconhecimento do sindicato. No mês de agosto, membros da diretoria do Sindicato de Londrina, do Sindicato de Maringá e do Sindicato de Centenário do Sul foram a São Paulo e depois ao Rio de Janeiro (ainda capital do Brasil) denunciar à grande imprensa, à Presidência da República, à Câmara dos Deputados e ao Senado a 'onda de violência, terror e perseguição' contra os trabalhadores e seus direitos e a morosidade do Ministério do Trabalho em reconhecer os sindicatos (JORNAL TERRA LIVRE, 1956c).

O próprio Deputado Hugo Cabral, em discurso à Câmara no início de setembro, comentava sobre a comissão de diretores dos sindicatos que

havia se deslocado até a capital da República para pedir o reconhecimento do sindicato. No entanto, fazia um apelo

> ao honrado Sr. Ministro do Trabalho, no sentido de não permitir tais registros sem primeiro tomar conhecimento do relatório que está sendo elaborado por um delegado especial enviado ao Norte do Paraná pelo supracitado Ministério (FOLHA DE LONDRINA, 1956b, p. 8).

No dia 05 de agosto de 1956, o sindicato dos trabalhadores rurais de Nova Fátima reuniu cerca de 1.000 trabalhadores em uma assembleia para aprovar o pedido de reconhecimento do sindicato junto ao Ministério do Trabalho. Nesse mesmo dia, com a presença de Geraldo Tibúrcio, presidente da ULTAB, foi realizada uma assembleia no sindicato dos trabalhadores rurais de Centenário do Sul, com o mesmo objetivo. Em dezembro de 1956, foi a vez do sindicato de Maringá encaminhar o pedido de reconhecimento (JORNAL TERRA LIVRE, 1956d).

Os motivos que levaram os dirigentes sindicais do Norte do Paraná a pedir o reconhecimento dos sindicatos podem ser analisados a partir de duas preocupações. Primeiro, do ponto de vista da classe: mesmo sendo contrários à política de atrelamento e de colaboração que interessava aos empregadores e ao Ministério do Trabalho, os dirigentes cederam ao pedir o reconhecimento. É certo que, com o reconhecimento, os trabalhadores rurais conseguiam ampliar a sua liberdade de ação reinvidicatória, possibilitando maior peso de influência nas decisões dos milhares 'processos trabalhistas' impetrados na Justiça do Trabalho [17].

Em segundo lugar, o pedido de reconhecimento pode ser analisado do ponto de vista político. Nas décadas de 1950 e 1960, o movimento sindical rural no Estado do Paraná era disputado por duas tendências políticas: o Partido Comunista Brasileiro e a Igreja Católica (remetemos o leitor ao capítulo 13). Não dá para negar que os sindicatos de trabalhadores

17 Sobre os processo trabalhistas impetrados na Justiça por trabalhadores rurais, veja o livro *O protesto do Trabalho*, de um dos autores (PRIORI, 1996).

rurais do Norte do Paraná estavam umbilicalmente vinculados à ULTAB, e que esta era influenciada politicamente pelo Partido Comunista Brasileiro. Como as outras tendências políticas procuravam agir dentro da legalidade, a avaliação que a ULTAB e o PCB faziam era de que, se fossem contrários à legalidade dos sindicatos, acabariam perdendo sua influência no seio do movimento sindical rural, abrindo maior espaço de atuação para a Igreja Católica e a Ação Popular (AP). Nesse caso, seria mais coerente administrar sindicatos controlados pelo Estado, que perder a sua influência dentro do movimento sindical e ficar alijados da luta social.

Os sindicatos do Norte do Paraná foram reconhecidos pelo Ministério do Trabalho somente no ano de 1962. Em agosto, foram reconhecidos os sindicatos de Maringá e Mandaguari. Em 20 de novembro de 1962, o Ministério do Trabalho publicou uma Portaria que facilitava a legalização de sindicatos rurais, surtindo efeito imediato. No dia 27 de novembro, saiu edital publicado pelo Ministério do Trabalho reconhecendo o sindicato de Londrina e os recém-fundados sindicatos de Nova Esperança e Jandaia do Sul (JORNAL TERRA LIVRE, 1962).

O sindicato e a resistência dos patrões

Os empregadores rurais, assustados com o rápido crescimento dos sindicatos de trabalhadores rurais, trataram de arquitetar uma campanha no Estado, visando à desestruturação do movimento e à eliminação política dos seus líderes. Para isso desenvolveram duas estratégias: construir a imagem do movimento como uma 'ameaça comunista' e a imagem do trabalhador do campo como 'inocente', e, portanto, suscetível à ideologia comunista.

O espaço mais comum utilizado para divulgar essa campanha foram as páginas do Jornal Folha de Londrina e, depois, com a Fundação da Frente Agrária Paranaense, do Jornal Folha do Norte do Paraná.

O próprio jornal Folha de Londrina foi consonante com a campanha, publicando diversos editoriais que pediam ‘medidas exemplares’ contra o movimento que avançava em ‘proporções alarmantes’.

Em editorial publicado no dia 29 de junho de 1956, com o título sugestivo de *A agitação nos meios rurais*, A Folha de Londrina conclamava as ‘autoridades do estado’ para tomar providências contra ‘contumazes agitadores’, que, a pretexto de promover a ‘sindicalização do trabalhador rural’, nada mais faziam do que derruir a produção agrícola, gerando graves consequências para o país, pois, “setores dos mais importantes, estão sendo abalados pelo trabalho solerte dos agentes da insídia e da traição” (FOLHA DE LONDRINA, 1956f, p. 2).

O ‘desequilíbrio econômico da região’ e a queda da ‘produção agrícola’, provocados pela agitação nos meios rurais, são expressões que aparecem em quase todos os discursos e matérias jornalísticas daquele período. O que acarretaria esse ‘desequilíbrio’, segundo seus interlocutores, seria o espírito de divergência de classe, que estava sendo incutido entre os trabalhadores rurais por ‘perigosos subversivos’. É o que podemos notar nestas palavras do então Deputado Federal Hugo Cabral:

> Como se não bastasse as calamidades que, periodicamente, se abatem sobre nós, como que experimentando a extensão de nossas energias e amor à terra, no momento se processa nesta zona o mais audacioso e insólito movimento comunista de que temos memória, movimento criminoso porque visa quebrar a harmonia que sempre existiu entre colonos e lavradores (FOLHA DE LONDRINA, 1956g, p. 3).

Essa harmonia, que retrata o deputado, vinha sendo quebrada por dois aspectos: o grande número de ações trabalhistas impetradas na Justiça do Trabalho por trabalhadores rurais e a organização do sindicato na região. O combate ao comunismo, que a classe dominante, sobretudo a rural, vinha propagando, na realidade era um combate a qualquer manifestação oriunda das ‘classes subalternas’, nesse caso, os trabalhadores rurais.

Em 19 de maio de 1956, A Folha de Londrina publicou uma matéria que dá uma boa ideia de como os empregadores rurais concebiam a movimentação dos trabalhadores rurais rumo ao sindicato: como caso de polícia. A matéria intitulada *Denúncia da lavoura contra a articulação comunista em Londrina* descrevia um manifesto que diversos empregadores rurais entregaram ao delegado de polícia, para que este apurasse as diversas atividades subversivas de comunistas em Londrina e região. O manifesto dizia que diversos comunistas vinham se reunindo constantemente no Cine Marabá e no Edifício Autolon, e que, nessas reuniões, usando de 'artimanhas, falsidades e mentiras', envenenavam o espírito de pacatos colonos, transformando-os em 'elementos desordeiros e rebeldes', com evidentes prejuízos para a classe agrícola e a 'harmonia das relações' entre patrões e empregados (FOLHA DE LONDRINA, 1956h) Notamos, aqui, a confirmação da tese de que os empregadores rurais construíram a imagem do trabalhador rural como 'ignorante', e, portanto, presa fácil dos agitadores comunistas.

A campanha contra os sindicatos, evasivamente substanciada no discurso anticomunista, não se limitou apenas ao cenário regional. O desespero dos grandes cafeicultores com o rápido crescimento e fortalecimento dos sindicatos era tanto, que levou tais cafeicultores a contratar jornais de grande circulação nacional para divulgar suas ideias. Os Diários Associados, por exemplo, publicavam, quase que diariamente, notícias de assembleias de trabalhadores rurais, acusando estes de 'baixo nível mental' e de querer atear fogo nas lavouras de café.

O Congresso Nacional era outro espaço importante utilizado na campanha antissindicato. Na sua tribuna, Othon Mader e Hugo Cabral discursavam, pedindo a intervenção policial para fechar o sindicato, o qual teria por objetivo "promover a discórdia entre patrões e empregados, principalmente na zona rural" (FOLHA DE LONDRINA, 1956i).

Como que em resposta aos discursos dos deputados e senadores, o Jornal Terra Livre publicou longa matéria intitulada *Deputado não cumpre leis*, em que acusava o Deputado Hugo Cabral de cometer diversas

arbitrariedades em suas fazendas contra trabalhadores. Segundo o jornal, o deputado cobrava multa dos trabalhadores que chegassem ao serviço depois da 06 h da manhã; idem para quem saía antes das 06 h da tarde; jornada de 12 h; cobrança de transporte para pessoas doentes; não fornecimento de leite às crianças, etc, além de perseguição aos empregados que se sindicalizavam: "o deputado o que faz é ir para a Câmara Federal pedir polícia e negar as conquistas dos trabalhadores agrícolas" (JORNAL TERRA LIVRE, 1956b, p. 8). Há, evidentemente, exageros nas palavras do jornal.

Vimos até aqui as formas legais que os empregadores rurais utilizavam para protestar contra os sindicatos de trabalhadores rurais, ou seja, a imprensa, a Justiça, as tribunas das casas legislativas, etc. No entanto, houve casos mais extremados em que os patrões se utilizaram de meios ilegais, como a invasão aos sindicatos, apedrejamento, incêndios, etc.

Excluíndo-se as diversas invasões que o Sindicato dos Colonos e Assalariados Agrícolas de Londrina sofreu, inclusive o seu fechamento por determinação da Justiça em 27 de Agosto de 1956 (FOLHA DE LONDRINA, 1956j), os casos mais graves foram os ataques aos sindicatos de Mandaguari e Jandaia do Sul.

Em Jandaia do Sul havia uma disputa entre trabalhadores e patrões pelo controle do sindicato. Ao mesmo tempo em que trabalhadores rurais fundaram o seu sindicato, os patrões haviam fundado um sindicato fantasma, cujo nome era 'Sindicato de Trabalhadores Rurais de Jandaia do Sul' e tinha como presidente o proprietário Antenor Rodrigues Simões, dono de vastas áreas de terras. Tanto patrões como empregados haviam pedido o reconhecimento no Ministério do Trabalho. Como a lei de sindicalização rural em vigor não permitia a pluralidade sindical, o Ministério do Trabalho acabou dando ganho de causa aos trabalhadores rurais, reconhecendo o seu sindicato em 27 de novembro de 1962.

No entanto, já no dia de sua fundação, 14 de setembro de 1962, o sindicato sofreu um apedrejamento, com grandes danos materiais, saindo feridos diversos policiais, inclusive o delegado de polícia e o escrivão, que

faziam a segurança da assembleia (JORNAL TERRA LIVRE, 1962). O apedrejamento foi articulado pelas pessoas que dirigiam o suposto 'sindicato fantasma'. Aliás, fundar 'sindicatos fantasmas' foi um ato bastante usual dos latifundiários e de seus cúmplices, tanto no Paraná, como também no Estado de São Paulo. Segundo o Jornal Terra Livre, esses 'sindicatos fantasmas' geralmente eram fundados "por um patrão, um comerciante interessado na política do latifúndio, e muitas vezes fundados pelos padres, com a finalidade de desviar a luta dos homens do campo e desenvolver o peleguismo nas organizações e entidades rurais de classe" (JORNAL TERRA LIVRE, 1962).

Em fevereiro de 1963, o Jornal Terra Livre publicava matéria sobre a invasão do sindicato de Mandaguari. Segundo o jornal, ao amanhecer do dia 16 de janeiro de 1963, o sindicato teve suas portas arrombadas por 'elementos terroristas', pagos pelos latifundiários. O sindicato foi invadido por capangas que levaram todo os papéis dos arquivos, com o objetivo de desorganizar os trabalhadores rurais, "impedindo a sua organização, garantida por lei" (JORNAL TERRA LIVRE, 1963, p. 12). Nessa mesma data, foram também invadidas a Associação dos Ensacadores e Carregadores de Café, a Associação dos Empregados no Comércio e a União Geral dos Trabalhadores de Mandaguari.

Como vimos ao longo do texto, a luta política pelo reconhecimento dos direitos sociais e pela livre organização sindical dos trabalhadores rurais foi travada com muito embate e conflito. Eram tempos difíceis, sem lugar para a inocência.

Referências

FOLHA DE LONDRINA. Londrina, 20 nov. 1956a.

FOLHA DE LONDRINA. Londrina, 19 ago. 1956b.

FOLHA DE LONDRINA. Londrina, 07 set. 1956c.

FOLHA DE LONDRINA. Londrina, 16 set. 1956d.

FOLHA DE LONDRINA. Londrina, 22 jul. 1956e.

FOLHA DE LONDRINA. Londrina, 29 jun.1956f.

FOLHA DE LONDRINA. Londrina, 21 jul. 1956g.

FOLHA DE LONDRINA. Londrina, 19 maio 1956h.

FOLHA DE LONDRINA. Londrina, 13 jul. 1956i.

FOLHA DE LONDRINA. Londrina, 28 ago. 1956j.

JORNAL TERRA LIVRE. São Paulo, n. 49, 1954.

JORNAL TERRA LIVRE. São Paulo, n. 65, jun. 1956a.

JORNAL TERRA LIVRE. São Paulo, n. 69, ago. 1956b.

JORNAL TERRA LIVRE. São Paulo, n. 70, jul. 1956c.

JORNAL TERRA LIVRE. São Paulo, n. 75, dez. 1956d.

JORNAL TERRA LIVRE. São Paulo, n. 76, jan. 1957.

JORNAL TERRA LIVRE. São Paulo, n. 117, dez. 1962.

JORNAL TERRA LIVRE. São Paulo, n. 120, mar. 1963.

MARTINS, José de Souza. *Caminhada no chão da noite.* São Paulo: Hucitec, 1989.

MARTINS, José de Souza. *A chegada do estranho.* São Paulo: Hucitec, 1993.

PRIORI, Angelo. *O protesto do trabalho*: história das lutas sociais dos trabalhadores rurais. Maringá: Eduem, 1996.

STOLCKE, Verena. *Cafeicultura*: homens, mulheres e capital (1850-1980). São Paulo: Brasiliense, 1986.

13

A Igreja Católica e a Frente Agrária Paranaense (FAP)

O surgimento da FAP

O Norte do Estado do Paraná apresenta um processo histórico, riquíssimo de acontecimentos que merecem ser conhecidos e estudados pela juventude e pelos profissionais da área da educação. Um desses processos é a formação da Frente Agrária Paranaense, uma organização social de cunho sindical, organizada pela Igreja Católica, que tinha como objetivo combater o ideário comunista e competir com o Partido Comunista na estruturação de sindicatos e associações de trabalhadores rurais.

A Igreja Católica, desde o final do século XIX, vinha acumulando alguma experiência na estruturação de organizações sociais de trabalhadores, influenciada, principalmente, pela publicação da encíclica papal *Rerum Novarum,* do Papa Leão XIII, no ano de 1891.

Essa encíclica e todo o debate ocorrido no interior da Igreja a partir da sua publicação estimularam a instituição religiosa a 'educar os trabalhadores na fé cristã e na ordem' (DE SANTCTIS, 1972). Mas, para educar, era necessário criar as condições para isso. Foi com esse espírito que, no Brasil, a partir de 1932, foram criados os Círculos Operários, a Ação Católica, a Ação Católica Rural e a Juventude Operária Católica.

O braço estadual da Ação Católica Rural foram as Frentes Agrárias, que se disseminaram por todo o país no início dos anos 1960. No Paraná, a Frente Agrária Paranaense (FAP) foi articulada pelos bispos de Londrina, Jacarezinho, Maringá e Campo Mourão, com o objetivo de 'proporcionar condições mais humanas de vida na lavoura'. Eram, respectivamente, bispos dessas cidades: Dom Geraldo Fernandes, Dom Geraldo de Proença Sigaud, Dom Jaime Luiz Coelho e Dom Eliseu Mendes.

Em entrevista à Folha de Londrina, o Padre Marconi Montezuma, porta-voz da diocese de Londrina, comentava como surgira a ideia de formar uma Frente Agrária no Paraná e por que esta deveria ser lançada e sediada no Norte do Paraná. Segundo o porta-voz, o mentor intelectual da Frente Agrária Paranaense (FAP) foi o Arcebispo de Londrina, Dom Geraldo Fernandes:

> foi quem deu o primeiro grito, bateu a fotografia da paisagem roxa nas andanças pastorais, estabeleceu as coordenadas, craneou o movimento, codificou, formulou a estrutura dos estatutos. E os demais bispos do Paraná, que já sentiam as mesmas necessidades, adotaram a linha da conduta, uniforme para todo o Estado. E aí está o rolo compressor, aplainando o terreno para a marcha de uma frente pacífica, mas terrivelmente disposta a cristalizar a verdade agrária (FOLHA DE LONDRINA, 1961a, p. 3).

O 'rolo compressor' da Igreja Católica tinha um destino certo. Açambarcar o movimento de trabalhadores rurais, visando 'cristalizar a verdade agrária', a fim de privar os comunistas da expectativa de dominar esse movimento. Para que a FAP pudesse ter sucesso na sua missão, o melhor seria instalar o seu Conselho Geral, na cidade-embrião do movimento subversivo no Paraná, isto é, Londrina. E, para destruir a influência dos comunistas no movimento dos trabalhadores rurais, a FAP se utilizou das mesmas estratégias daqueles: a organização institucional. Segundo o Padre Marconi Montezuma:

> Há quem pondere que não devemos substimar a subversão que ensaiam em nosso meio. Compreendo. Mas usar as palavras deles apresentando soluções imediatas, como vamos fazer, é coisa com que eles não contavam na região (FOLHA DE LONDRINA, 13 ago. 1961a, p. 3).

Nessa estratégia de destruir a influência dos comunistas entre os trabalhadores rurais, a Frente Agrária Paranaense propunha organizar toda uma infraestrutura que possibilitasse aos mais variados meios:

> 1. Formar lideranças regionais e locais;
> 2. Estudar os problemas locais, levando as reivindicações para o cotejo do Estado;
> 3. Realizar debates e conferências para formar a mentalidade cristã na fé e na ordem;
> 4. Instalação de uma emissora de rádio para a educação dos trabalhadores rurais e a divulgação da FAP;
> 5. Formação da opinião pública para uma autêntica solidariedade cristã;
> 6. Instalação de departamentos técnicos, judiciais e de assistência médica;
> 7. Criação de associações profissionais que se transformariam em sindicatos (ALVARENGA, 2008).

Entre os meios acima, o mais importante, no nosso entendimento, foi a decisão de se criar associações profissionais, com vistas a transformá-las em sindicatos. De certa forma, essa preocupação vai ao encontro da Encíclica *Mater et Magistra*, publicada pelo Papa João XXIII em 15 de maio de 1961, que estimulava a organização dos trabalhadores do campo em sindicatos (PRIORI, 1997). A visão que a FAP tinha dos sindicatos, no entanto, era consoante à visão conservadora, majoritária no seio da Igreja no início dos anos 1960, ou seja, de se preservar a ordem estabelecida legalmente, conforme as palavras do padre Marconi Montezuma:

> Os sindicatos serão arregimentados, treinados e utilizados como instrumentos de reivindicação coletiva para os casos em que o planejamento técnico não convencer ou falhar

> a lógica da força do direito (FOLHA DE LONDRINA, 1961a, p. 3).

A divulgação da campanha pró-FAP repercutiu célere entre os fazendeiros da região Norte do Paraná. Muitos deles destinavam grandes quantias em dinheiro para a campanha, outros procuravam estimular os seus empregados para integrar a campanha, dissuadindo-os de se associarem aos sindicatos de trabalhadores rurais influenciados por 'elementos subversivos'. Um dos fazendeiros, numa conversa com o bispo de Londrina, afirmava: "o senhor contará com 60% dos homens de bem. Isso vai ser uma força impressionante, política e social. Um rolo compressor mesmo" (FOLHA DE LONDRINA, 1961a, p. 3).

O próprio porta-voz da diocese de Londrina proclamava na imprensa o sucesso da campanha pró-FAP. Dizendo ter percorrido mais de 30 municípios da região, prognosticava:

> Noventa por cento das forças vivas do campo estão conosco. Faltava apenas um grito, um elo aglutinador. Estou vibrando com o grau de 'politização' do elemento do campo no Norte do Paraná (FOLHA DE LONDRINA, 1961a, p. 3).

A Frente Agrária Paranaense foi fundada em 13 de Agosto de 1961, na cidade de Maringá, durante uma missa campal realizada em frente à catedral. Teve vida efêmera, desaparecendo em 1968, após a 'pena de morte' imposta aos movimentos sociais pelo golpe militar de 1964 e pelo Ato Institucional número 5 (AI-5). Como surgiu para combater os sindicatos de trabalhadores rurais formados pelo PCB, que, no Paraná, foram os que mais sofreram as perseguições do regime instalado em 1964, a Frente Agrária Paranaense sucumbiu com a impressão do 'dever cumprido' (SERRA, 1991).

O geógrafo Elpídio Serra, analisando a atuação da Igreja Católica e da Frente Agrária Paranaense no movimento social rural do Norte do Paraná, ponderou:

> A) A Igreja se mantinha no Paraná radicalmente contra a reforma agrária ou qualquer outro tipo de alteração na estrutura fundiária tradicional. Justificava que a reforma iria comprometer o direito de propriedade que no caso do Norte do Paraná, tomado como exemplo pelo clero, havia sido adquirido com muitos sacrifícios pelo agricultor pioneiro. A propriedade da terra, como direito adquirido, era colocado como fator de estabilidade da família cristã. [...] A propriedade da terra e a família se completavam: quebrar esta unidade significava subversão da ordem, que a igreja queria evitar.
> B) Muito mais do que ser contra a reforma agrária, era contra a infiltração nos movimentos camponeses por parte de alguma força política que não se afinava com os interesses da hierarquia católica (SERRA, 1991, p. 283-284).

A primeira consideração do Professor Serra justifica-se pelas diversas exigências que a FAP solicitava na hora de o trabalhador rural se associar a um sindicato controlado por ela. Para se filiar aos sindicatos, influenciados pela Frente Agrária Paranaense, os trabalhadores deveriam provar que eram proprietários das terras que cultivavam, ou então, no caso de ser parceiros ou arrendatários, apresentar os contratos assinados pelos proprietários das terras. Não se aceitava a associação de trabalhadores temporários ou permanentes que mantinham apenas a relação de trabalho assalariado com o patrão. Essas exigências só vieram reforçar a luta que a Igreja travara para evitar o rompimento da relação família-propriedade, sendo, dessa forma, contra a reforma agrária.

A segunda consideração do professor, de certa forma, é um desdobramento da primeira. Ao mesmo tempo em que a Igreja lutava contra outras 'forças políticas' que viessem a se 'infiltrar nos movimentos camponeses', lutava contra a influência comunista e diretamente contra a proposta de reforma agrária. No entanto, os sindicatos de trabalhadores rurais do Norte do Paraná, influenciados pelo PCB, estavam muito mais preocupados em direcionar a luta para conquistar melhores salários e uma

legislação trabalhista para o campo, do que propriamente com o projeto de reforma agrária.

Visando ampliar sua influência entre os trabalhadores e propagandear suas ideias, em 27 de setembro de 1962, a Frente Agrária Paranaense fundou o seu próprio jornal: a *Folha do Norte*, editado em Maringá, sob a responsabilidade da diocese da cidade e distribuído para toda a região. A fundação do jornal, um ano após o lançamento da FAP, segundo o editorial do primeiro número, tinha o objetivo de "condenar a ameaça comunista e os sindicatos fundados com o apoio do governo" (FOLHA DO NORTE, 1962, p. 2).

Dois anos após a sua fundação, a FAP fazia o primeiro balanço, publicando que já havia organizado, em todo o Norte do Paraná, 30 sindicatos, embora nenhum dos sindicatos organizados tivesse sido reconhecido pelo Ministério do Trabalho. Em 11 de agosto de 1963, publicando matéria no jornal da FAP, o bispo de Maringá, Dom Jaime Luiz Coelho, protestava e conclamava o povo a protestar contra o Ministério do Trabalho, pois este, "com criminosa parcialidade ideológica" reconhecia os sindicatos comunistas e se negava a reconhecer os "sindicatos rurais organizados pela FAP" (FOLHA DO NORTE, 1963, p. 2). Na verdade, a maioria dos sindicatos de trabalhadores reconhecidos no Norte do Paraná nos anos de 1962 e 1963 eram influenciados pelo PCB ou pelos populistas. Não é por menos que a Frente Agrária Paranaense, apoiada pelos empregadores rurais, desenvolvia uma política de hostilidade contra o Governo João Goulart e seu Ministro do Trabalho. Entretanto, com a queda de Goulart e a ascensão do regime militar, quem mais se beneficiou foi a Igreja:

> No campo a repressão oficial e/ou a violência privada dos patrões deram cabo de várias organizações camponesas. Contudo, no que tange ao sindicalismo, mesmo quando houve intervenções em sindicatos localizados, a Igreja, via de regra, pôde indicar substitutos recrutados entre seus quadros mais moderados, evitando que parte significativa deles fosse fechado (NOVAES, 1991, p. 176).

O II Congresso de trabalhadores rurais: batalha campal pela hegemonia do movimento

O II Congresso de Lavradores e Trabalhadores Rurais do Paraná foi realizado na cidade de Maringá nos dias 13, 14 e 15 de Agosto de 1961, um ano após o I Congresso, realizado na cidade de Londrina. O objetivo central do Congresso era a preparação dos trabalhadores paranaenses para o I Congresso da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), que se realizaria no mês de novembro do mesmo ano em Belo Horizonte.

Ao contrário do Congresso de Londrina, marcado por uma discussão tranquila e pacífica, no Congresso de Maringá o processo foi tumultuado e violento. O tumulto e a violência ocorreram pela coincidência (não tão coincidente assim) do lançamento da Frente Agrária Paranaense, que se realizou na cidade de Maringá, nos mesmos dias do Congresso (FOLHA DE LONDRINA, 1961b).

Participaram desse congresso mais de 2.000 delegados oriundos de todo o Estado do Paraná. Mais uma vez, diversas autoridades locais, bem como deputados estaduais e federais estiveram presentes. O Presidente da República, Senhor Jânio Quadros, fez-se representar por meio do Líder na Câmara, Deputado Nestor Duarte (JORNAL TERRA LIVRE, 1961). Estiveram presentes, ainda, Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas do Nordeste, e diversos diretores nacionais da ULTAB.

Para se ter uma ideia da importância desse congresso, transcrevemos abaixo o teor do telegrama enviado pelo Presidente Jânio Quadros aos congressistas, pois o mesmo, além de revelar o pensamento presidencial em relação aos problemas rurais, ganhou importância significativa por ter sido redigido 13 dias antes de sua renúncia ao cargo máximo do país. Diz o telegrama, publicado no Jornal Terra Livre:

> As reivindicações dos trabalhadores rurais - Reforma Agrária, extensão das leis sociais ao campo, assistência à

> produção agrícola - estão incorporadas ao programa de governo. Considero-as essenciais, não só do ponto de vista da justiça social como do ângulo do interesse geral da economia do país. Constituem compromisso básico, que assumi nas praças públicas com as multidões anônimas. Realizá-las é o meu dever e, a esta altura, das preocupações fundamentais do meu governo.
> Peço aos camponeses do Paraná - colonos, assalariados, percenteiros, meeiros e pequenos proprietários - que se reúnem agora em Maringá, que ajudem o governo, formulando sugestões objetivas que possam ser imediatamente incorporadas aos estudos e providências em curso para a reforma estrutural da vida e da produção agrária no Brasil.
> Declaro a participação no encontro de Maringá serviço público relevante e aguardo, ansioso e confiante, sua colaboração ao governo (JORNAL TERRA LIVRE, 1961, p. 12).

Entre os pontos mais polêmicos discutidos no II Congresso, estava a questão da Reforma Agrária, uma das prioridades entre as reivindicações dos trabalhadores presentes. Os trabalhadores rurais consideravam que "tanto os problemas dos assalariados como a dos posseiros só poderiam ser resolvidos com a liquidação do latifúndio" (SIGAUD, 1981, p. 6). Entre outros pontos discutidos, estavam a necessidade imediata da aplicação da legislação social ao campo, a plena liberdade de sindicalização, o pagamento efetivo do salário mínimo, a abolição de toda forma de pagamento por meio de 'vales' e 'barracão', a abolição de todo trabalho gratuito, entre outros.

Concomitante ao Congresso, no dia 13 de agosto de 1961, foi realizada, em frente à catedral de Maringá, uma missa campal, celebrada pelos bispos de Londrina, Maringá, Jacarezinho e Campo Mourão, lançando oficialmente a Frente Agrária Paranaense. Nessa Missa, que, segundo estimativas do Jornal Folha de Londrina, estiveram presentes 10.000 pessoas, o bispo de Londrina, Dom Geraldo Fernandes, fez uma referência ao II Congresso, condenando a presença de parlamentares e de outras autoridades:

> Os organizadores da FAP manifestam repúdio àqueles que prestigiam os congressos comunistas e vêm depois juntar-se a nós, em reuniões cristãs e democráticas, como esta concentração. É preciso estabelecer ampla diferenciação entre os verdadeiros democratas e os comunistas ateus (FOLHA DE LONDRINA, 1961b, p. 5).

A Igreja Católica do Paraná procurou intervir de todas as formas para que o Congresso dos trabalhadores não pudesse acontecer. Desde a habitual acusação de 'comunistas' até pedidos à polícia e aos poderes públicos constituídos, no sentido de estes impedirem o Congresso. No entanto, o reforço policial e os ânimos apaziguadores dos organizadores do II Congresso indicavam que as duas manifestações iriam acabar sem nenhum entrevero. O próprio jornal Folha de Londrina, desfazendo as expectativas, falava desse ânimo pacifista:

> A partir do momento que se anunciou a realização da última [lançamento da FAP] em data coincidindo com a primeira [II congresso], principiou-se, em vários círculos, o temor pela ocorrência de conflitos, facilmente motiváveis em provocações eventualmente partidas de um ou outro grupo [...] o ânimo pacifista manifestado pelos congressistas reunidos esta noite dissipou as apreensões, pelo menos até agora (FOLHA DE LONDRINA, 1961a, p. 3).

Porém, não foi o que aconteceu no dia seguinte. Na noite de 14 de agosto, a organização do Congresso havia estipulado um recesso, permitindo, aos congressistas e autoridades presentes, uma noite de lazer e descontração. Aproveitando-se dessa oportunidade, nessa mesma noite o auditório onde estava sendo realizado o Congresso foi invadido. O jornal comunista Terra Livre, que cobria o Congresso, foi taxativo em suas reportagens:

> Mas como não houvesse sessão plenária na noite do dia 14, os bispos aproveitaram a ausência da polícia e dos congressistas e ajudados por alguns jagunços contratados, arrombaram a porta de aço do prédio do congresso,

> quebrando cadeiras, danificando material fotográfico e documentos, rasgando faixas onde se lia 'reforma agrária' (JORNAL TERRA LIVRE, 1961, p. 12).

No dia seguinte, mais de 2.000 manifestantes se reuniram nas ruas centrais de Maringá, portando cartazes de repúdio ao 'comunismo', às ligas camponesas e ao congresso. Essa multidão apareceu inicialmente defronte ao edifício em que estava sendo realizado o congresso, mas como este havia sido suspenso momentaneamente, em decorrência do ataque noturno anterior e do ambiente hostil "que ia se tornando a cada hora mais tenso", deslocou-se em passeata pelas ruas da cidade (FOLHA DE LONDRINA, 1961b, p. 5).

Figura 1: Passeata realizada pela FAP
Fonte: Alvarenga (2008, p. 83).

Segundo os jornais Folha de Londrina e Terra Livre, esses manifestantes eram estudantes das escolas católicas de Londrina, Maringá e Apucarana, que, por meio de ônibus fretados pelas dioceses, foram deslocados para Maringá com o intuito de protestarem contra a realização do II Congresso de Trabalhadores Rurais (FOLHA DE LONDRINA, 1961b; TERRA LIVRE, 1961). O Padre Orivaldo Robles lembra o fato com bastante acuidade: "numa época de nervos à flor da pele, não houve como evitar o choque entre representantes da Igreja - padres, congregados

marianos, alunos do colégio católicos - e militantes do Partidão. A polícia foi chamada" (ROBLES, 2007, p. 200).

Segundo informações de Antonio de Lima Sobrinho, um antigo diretor da União dos Trabalhadores de Londrina (UTL), que esteve presente no Congresso, só não houve um confronto direto entre os congressistas e os manifestantes da Frente Agrária Paranaense, porque a polícia, garantindo a segurança do representante do Presidente Jânio Quadros, interveio, procurando dispersar com jatos de água a multidão de manifestantes. Assim mesmo, houve diversos atritos entre a polícia e os estudantes, havendo, inclusive, vários disparos no meio da multidão. Um dos manifestantes ("não se sabe se era estudante ou jagunço") disparou "dois tiros de revólver contra uma das viaturas da polícia, atingindo o pára-brisas do veículo" (FOLHA DE LONDRINA, 1961b, p. 5).

Quando os ânimos se acalmaram e a força policial foi reforçada com o pelotão de Apucarana, os congressistas retomaram os trabalhos, não disfarçando a melancolia de seus rostos e de seus discursos. O presidente dos trabalhos, Senhor Nestor Veras, (Secretário da ULTAB), retomando as atividades, propôs aos congressistas que se enviasse um telegrama de protesto ao Papa João XXIII, informando dos acontecimentos causados pelos representantes da Igreja. Proposição aceita, o telegrama votado no II Congresso e enviado ao Papa tinha o seguinte teor:

> Trabalhadores Rurais do Estado do Paraná, Brasil, reunidos em Maringá, no II Congresso, pacificamente, para tratar de urgentes problemas sociais ligados à sua classe, protestam energicamente contra sacerdotes católicos desta região, que ameaçam o conceito de religião, insuflando menores, causando depredações, assalto à sede do congresso, tentando impedir a realização do conclave. Conhecendo a opinião de Vossa Eminência com respeito às questões agrárias contida na encíclica *MATER ET MAGISTRA*, citada neste congresso, esperamos providências de sua santidade no sentido de coibir os abusos dos representantes da igreja nesta região (PRIORI, 1997, p. 211).

Se o Papa recebeu o telegrama e tomou alguma providência a respeito dos acontecimentos, não tivemos condições de saber. Fica, no entanto, a certeza de que aqueles foram anos conturbados, quando o espaço da luta social era disputado com muito rigor. E que cabe ao historiador preservar essa memória, não esquecida, mas ignorada.

FRENTE AGRÁRIA PARANAENSE - FAP

PELA VERDADE AGRÁRIA

SE VOCÊ TRABALHA NA LAVOURA,

ISTO LHE INTERESSA

— Você não sente que está na hora de melhorar as suas condições de vida, de possuir melhor habitação e de gozar algum confôrto juntamente com a sua família?

— Não acha que você e os seus estariam em melhor situação se todos em sua casa soubessem ler e tivessem maior instrução?

— Não gostaria de poder utilizar os serviços de cooperativas de crédito e de consumo, a fim de que não sofresse tantas aperturas e o seu dinheiro rendesse mais?

— Não acha que está na hora de os trabalhadores da lavoura se unirem para terem mais força junto aos fazendeiros, às autoridades, os políticos?

— ENTÃO SEJA ASSOCIADO DA

FRENTE AGRÁRIA PARANAENSE — FAP

— A FAP é a entidade que vai unir os trabalhadores rurais do Paraná, para que êsses trabalhadores sejam uma fôrça organizada e respeitada no Estado.

— A FAP pretende dar aos seus associados, dentro de não muito tempo:

— ESCOLA PARA OS SÓCIOS E SUAS FAMÍLIAS;
— ASSISTÊNCIA MÉDICA, RELIGIOSA E JURÍDICA;
— COOPERATIVAS ONDE POSSAM ADQUIRIR ALGUM CRÉDITO OU COMPRAR MAIS BARATO.

— A FAP não semeia ódios
— A FAP não é contra fazendeiros, nem as autoridades, nem os políticos.
— A FAP É A FAVOR DOS TRABALHADORES DO CAMPO E TUDO FARÁ EM SEU BENEFÍCIO.
— A FAP tornará mais forte o homem da lavoura.
— A FAP revelará sempre a nossa VERDADE AGRÁRIA.

UNIDO, O PARANÁ SERÁ OUVIDO! — SEJA ASSOCIADO DA FAP

FRÊNTE AGRÁRIA PARANAENSE

FESTA DA LAVOURA

Maringá - 13 de agôsto de 1961

PROGRAMA
Às 10 horas — Missa Campal
Às 12 horas — Almoço
Às 14 horas — Desfile

Dioceses de Maringá - Londrina - Campo Mourão - Jacarèzinho em defesa do Trabalhador Rural.

OFERTA DO

BAZAR MODERNO

DE PEDRO MASAO AOKI

Armarinhos em Geral, Roupas Feitas, Brinquedos, etc.

Av. Duque de Caxias, 448 — Cx. Postal, 433 — MARINGA' - Paraná

Figura 2: Panfleto de orientação aos trabalhadores Rurais sobre a FAP e convite para a fundação da entidade em Maringá

Fonte: Alvarenga (2008).

As estratégias de consolidação da FAP

A atuação da Igreja Católica no Norte do Paraná, nas décadas de 1950 e 1960, deve ser entendida a partir da postura que esta instituição assumiu frente ao avanço comunista. A fundação da FAP tinha esta

intenção clara: combater o comunismo e a ação política dos militantes comunistas. Mas o combate ao comunismo, bem como às atividades dos militantes comunistas, deveria ocorrer de forma concreta, com ações que pudessem tocar os corações e mentes da população rural trabalhadora. E, nesse caso, a luta contra as injustiças sociais, a melhoria das condições de vida do homem do campo, o direito à sindicalização, o direito às leis trabalhistas, as reivindicações por preços justos na hora de vender os produtos eram iniciativas que coadunavam com os interesses dos homens do campo.

Por meio de manifestações, reivindicações e protestos, os dirigentes da FAP apareciam para a sociedade como defensores dos interesses sociais e dos direitos trabalhistas dos trabalhadores rurais. Ao mesmo tempo, a FAP cuidava de organizar o maior número de sindicatos possíveis, diminuindo a ação dos comunistas entre os trabalhadores rurais.

Em função do avanço comunista, pontuou o Padre Marconi Montezuma, para os dirigentes da Igreja "já não era mais suficiente caminhar ao lado dos camponeses" e sim era o momento de "caminhar na frente" (FOLHA DE LONDRINA, 1961a). Os bispos e os padres se tornaram verdadeiros porta-vozes dos trabalhadores rurais, direcionando suas ações e reivindicações politicamente. O sociólogo Osvaldo Heller da Silva considera que, ao criar a FAP, os bispos se colocaram como representantes dos lavradores católicos na região, como verdadeiros 'amigos legítimos dos trabalhadores'. Sobre esse fato o autor considera:

> Representando o campesinato, o clero podia defender a existência do grupo de lavradores enquanto força política, a partir de então portadores de uma voz política. O episcopado se apropriou, ao mesmo tempo, da palavra e da força desse grupo (SILVA, 2006, p. 229).

Para destruir a influência dos comunistas no movimento dos trabalhadores rurais, a entidade se utilizou das mesmas estratégias do PCB: a organização institucional. Na diocese de Maringá, nos quatro primeiros

anos de existência da FAP, conseguiu-se registrar como sindicalizados uma média de 150.000 trabalhadores rurais, com aproximadamente 30 sindicatos organizados. Dessa forma os religiosos consideravam que os sindicatos cristãos constituíam-se enquanto forma de pregar a 'pacificação do meio rural' entre o 'empregado e o patrão', satisfazendo os interesses de ambos. Para fortalecer o sindicalismo rural, houve a criação das Cooperativas como 'alternativa segura de comercialização de seus produtos'.

Em 1964, a FAP fundou a Cooperativa Agrícola de Maringá. Outras 37 cooperativas foram fundadas em 37 municípios da região. Com a criação das cooperativas, a Igreja Católica construiu uma representação significativa no meio rural, dinamizando ainda mais o sindicalismo rural católico no Norte do Paraná (ALVARENGA, 2008).

Além das cooperativas, a FAP construiu e aplicou seu discurso social e político na defesa da legislação social. As ações orientadas pela FAP provocaram uma série de encontros e debates que envolveram os trabalhadores rurais, empregados, sindicalistas, advogados, magistrados da Justiça, padres e a imprensa acerca da legislação social e da formação dos sindicatos rurais.

Para a FAP, a conquista dos direitos trabalhistas inerentes ao processo do trabalho e da luta pela sobrevivência em busca de melhores condições de vida não significava somente reparar algumas injustiças sociais cometidas por seus patrões, significava, também, a construção de uma identidade social por parte dos trabalhadores rurais que se posicionariam contra a prática e orientação comunista.

A Igreja se colocava diante de um processo de mobilização e formação de uma identidade representativa dos trabalhadores rurais. Enquanto orientadora dos agentes sociais envolvidos no meio rural, lançava um discurso, posicionando-se contra as condições de exploração do trabalho que excluía aqueles da legislação trabalhista. Essa atitude fazia parte da construção de uma imagem social, enquanto 'legítima defensora do meio rural'.

> A situação atual da lavoura é de angustiosa incerteza. Se o grande lavrador debate-se diante de perspectivas alarmantes, bem alarmantes, bem pode imaginar a situação do pequeno lavrador. Se não tem grandes aspirações na vida, contudo, falta-lhe a recompensa do seu trabalho curtido a um sol causticante e sob uma poeira de enervar. Acresce a falta de assistência, por quem de direito. De condições mais humanas de vida, o que leva ao êxodo dos campos. Será sempre ele, o pequeno lavrador, o maior prejudicado na inconsistência de preços e mercados que flutuam á mercê de conjunturas não aplausíveis (ARQUIVO FAP, 1963).

A FAP agiu estrategicamente, construindo imagens negativas em relação aos sindicatos comunistas, enfatizando o perigo dessa ameaça diante da 'inocência dos trabalhadores'. Essas atitudes eram decorrentes de uma conjuntura nacional e internacional em que a própria entidade estava envolvida. A estratégia da entidade era a de eliminar a influência dos comunistas entre os trabalhadores rurais e consistia também em organizar estruturalmente os sindicatos, garantindo a formação de outros núcleos sindicais. Assim, em seus comunicados, sempre enfatizava a necessidade de 'promover a união da classe' para que esta buscasse a 'defesa dos seus direitos'.

A imprensa era o mecanismo principal de estímulo à constituição de organizações e de mobilizações. Em Londrina, o Bispo Dom Geraldo Fernandes utilizava-se de uma emissora de rádio para fazer a divulgação do movimento. Outros aliados importantes foram os jornais *Folha de Londrina* e *O Estado do Paraná*, que publicavam constantes notícias, ressaltando os feitos da FAP e denunciando as atividades de militantes comunistas. Portanto, os meios de comunicação atingiam não só os trabalhadores rurais mas também se refletiam em um alerta às possíveis ações do partido comunista.

O sociólogo Osvaldo Heller da Silva (2006) classificou essa atitude da Igreja como um 'combate simbólico', em que os religiosos procuraram impor suas 'representações sociais' no sentido de classificar os adversários a partir de 'qualificativos políticos, ideológicos e até morais'. É evidente

que o Partido Comunista também se utilizava de um contra-argumento, procurando alertar seus militantes para o perigo que esse uso dos meios de comunicação representava para os seus interesses.

> Segundo o Partidão, a rádio católica confundia as 'bases', quer dizer, ela apresentava a sua divisão do mundo social, classificando-o como legítimo, mas diametralmente oposto àquela dos comunistas. De fato, divulgando a sua opinião por meio da mídia, os líderes católicos queriam 'forma a opinião' (SILVA, 2006, p. 235).

Se os religiosos utilizavam diversos recursos simbólicos para impor suas representações sociais, talvez o que teve maior repercussão foi a fundação de um jornal, pela Diocese de Maringá. Visando ampliar sua influência entre os trabalhadores e propagar suas ideias, em 27 de setembro de 1962, a Frente Agrária Paranaense fundou o seu próprio jornal: a *Folha do Norte do Paraná*. Este jornal se tornou o espaço mais comum utilizado para divulgar a campanha da FAP, bem como de suas ideias e denúncias. Assim, o jornal foi uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento da campanha de solidificação dessa entidade e para as denúncias contra o movimento comunista que naqueles anos alcançava grande proporção.

Outro ponto importante de comunicação da FAP com os trabalhadores rurais foram os panfletos e pequenos escritos. Pesquisas de opinião indicavam que somente 2% da população nacional liam alguma publicação regularmente e que apenas 7% se preocupavam em acompanhar editoriais e artigos conjunturais nos jornais. No entanto, essas mesmas pesquisas indicavam que 47% das pessoas que recebiam um folheto ou uma publicação de uma página na região Norte do Paraná a liam; 35% aproveitavam relativamente bem seu conteúdo, desde que adequado às suas condições específicas. Nesse sentido, a redação de pequenos *folders* ou panfletos, geralmente distribuídos após as missas, tinham uma repercussão importante na divulgação e na aproximação dos trabalhadores com a FAP.

Segundo a FAP, essa disposição popular não foi conseguida por 'milagre', nem por 'acaso'; era fruto de longos e árduos anos de formação, orientação, esclarecimento e informação democrática. Segundo a entidade, foi a partir de um trabalho continuado, 'sistemático e racional', realizado por vários grupos diferentes numa 'luta desigual, inglória', que essa entidade alcançou o 'êxito deste trabalho'. Dessa forma a FAP sentia que, sem a prática da divulgação de suas realizações e orientações por meio dos jornais e de panfletos, era impossível consolidar a sua atuação, 'tão ansiosamente esperado por todos e tão dificilmente conquistado'.

O desfecho da atuação da FAP

Com o golpe militar a corrida pela criação de novos sindicatos deixou de existir. A ação repressiva do governo civil-militar pôs fim ao avanço comunista em todo o país. A disputa pelo controle sindical no Norte do Paraná foi encerrada. Para os religiosos, após a desarticulação do movimento comunista no meio rural, principal objetivo da entidade católica, suas atividades foram aos poucos terminando.

No Paraná as perseguições que se deram como formas de repressão foram por meio da violência física. Não só os dirigentes do PCB, mas também os trabalhadores rurais, foram vítimas da violência. Segundo Palmeira (1985, p. 45), a repressão contra os lideres sindicais rurais foi mais forte que a sentida pelos operários e outros setores do meio urbano, pois o Estado agiu de forma direta, intervindo no meio rural, e permitindo a ação das milícias privadas.

Outra forma de repressão desenvolvida contra os sindicatos rurais foram os incêndios criminosos, muitos incentivados por fazendeiros e pessoas comuns que defendiam o golpe militar. No Norte do Paraná, vários sindicatos foram incendiados, como em Nova Esperança, Astorga, Cianorte e Terra Boa. Em Cruzeiro do Oeste, um policial exaltava a boa "intenção da população" em depredar e incendiar as sedes dos sindicatos

rurais, enquanto que, em Mandaguari, a polícia apreendia "farto material de ideologia comunista" no sindicato rural local, como forma de conter os "exaltados" que desejavam promover quebra-quebras (SILVA, 2006, p. 281).

Assim, o golpe militar de 1964 mudava o cenário dos movimentos sociais rurais no Norte do Paraná. Todos os sindicatos que tinham alguma influência do Partido Comunista sofreram algum tipo de intervenção. Para se ter uma ideia, em 1964 os comunistas tinham 82 sindicatos de trabalhadores rurais organizados no Estado do Paraná (COSTA, 1996), contra 46 da FAP.

Em comparação ao desenvolvimento sindical católico, percebemos que os sindicatos comunistas, apesar de terem suas atividades totalmente eliminadas após o golpe militar, alcançaram um número maior de organizações sindicais registradas e atuantes no Norte do Paraná até 1964. Essa comparação torna-se importante no sentido de se entender que, em função do avanço sindicalista de esquerda, surgiu um verdadeiro impulso organizacional da Igreja Católica. Cabe ressaltar que, desde a década de 1950, o comunismo já atuava na organização dos trabalhadores rurais e somente no período de 1960 a Igreja Católica entrava na disputa pelo controle sindical.

Para a FAP, o triunfo do golpe de 1964 (chamada pela entidade de 'revolução') representou o fim das 'forças destruidoras da ordem e da paz social'. O Bispo D. Jaime afirmava que nesse processo político nacional 'desapareceram ou se ocultaram' a movimentação comunista, porém, a 'doutrinação para o bem continuou'. Dessa maneira, a entidade não via mais a necessidade de grandes concentrações de trabalhadores rurais em movimentos contra o comunismo (ALVARENGA, 2008).

Com o golpe militar de 1964, mudava-se todo o panorama de disputa travada pela Igreja Católica contra o comunismo no Norte do Paraná. A FAP aos poucos ia diminuindo suas atuações junto aos trabalhadores rurais, alcançando seu término em 1969.

Ao terminar este texto, cabe-nos afirmar que, se aqueles foram anos conturbados, pelo menos tivemos uma intensa participação e discussão em torno dos trabalhadores rurais. Excluídos da política e da cidadania até os anos 1950, estes surgiram com um vigor e uma aparente capacidade de organização social jamais conhecida, até então, na história do Brasil. Sem dúvida, em que pesem as diferenças e as disputas ideológicas, traduzidas muitas vezes em confrontos e violências, a Igreja Católica e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) tiveram importância fundamental no processo organizatório dos trabalhadores rurais da década de 1960. É uma pena que essa disputa tivesse sido acoimada pelo insano golpe militar de 1964, para alívio de uns e desespero de muitos.

Referências

ALVARENGA, S. C. A. *A atuação da Igreja Católica no processo de organização dos sindicatos de trabalhadores rurais do Norte do Paraná-1960/1969*: o caso da Frente Agrária Paranaense. Maringá, 2008. 148 f. Dissertação (Mestrado em História) - UEM, Maringá, 2008.

ARQUIVO FAP. *Boletim do Movimento de Orientação Rural*, n. 13, 1963.

COSTA, L. F. C. *Sindicalismo rural brasileiro em construção*. Rio de Janeiro: Forense, 1996.

FOLHA DE LONDRINA. Londrina, 13 ago. 1961a.

FOLHA DE LONDRINA. Londrina, 15 ago. 1961b.

FOLHA DO NORTE. Maringá, 27 set. 1962.

FOLHA DO NORTE. Maringá, 11 ago. 1963.

JORNAL TERRA LIVRE. Maringá, n. 102, ago. 1961.

PALMEIRA, M. Diversidades das lutas sociais no campo. In: PAIVA, V. (Org.). *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Edições Loyola. 1985. p. 25-45.

PRIORI, A. Movimentos sociais camponeses: a luta entre o partido comunista e a Igreja Católica pela hegemonia sindical no Brasil: *1954-1964*. *Solar*. *Estúdios Latino Americanos*, Santiago, v. 10, p. 203-215, 1997.

ROBLES, O. *A Igreja que brotou da mata*: *o*s cinqüenta anos da Diocese de Maringá. Maringá: Dental Press, 2007.

SERRA, E. *Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná*. 1991. 361 f. Tese (Doutorado em Geografia) - IGCE/UNESP, Rio Claro, 1991.

SILVA, O. H. *A foice e a cruz*: comunistas e católicos no sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná. Curitiba: Rosa de Bassi, 2006.

NOVAES, R. R. Continuidades e rupturas no sindicalismo Rural. In: BOITO JR., Armando et al. *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 171-185.

SIGAUD, L. Congressos Camponeses. *Reforma Agrária*, Campinas, v. 11, n. 1, p. 1-8, 1981.

14

A Ditadura Militar e a violência contra os movimentos sociais, políticos e culturais

A Ditadura Militar

No Brasil, o fim das liberdades democráticas, a repressão e o terror como política de Estado foram formulados por meio de uma bem arquitetada estrutura legislativa, que dava sustentação ao regime militar. Devemos enfatizar que a ditadura militar não foi resultado do acaso, de um acidente. Pelo contrário, ela foi sendo estruturada conforme a democracia e a participação política da população iam se ampliando. Não podemos negar que no início dos anos 1960 estava sendo configurada uma nova forma de ação, por meio da organização popular, que questionava o arbítrio interno e a dependência externa e exigia mudanças nas estruturas econômicas e sociais, visando a uma maior inclusão social da população pobre e trabalhadora.

O grupo militar que tomou o poder em 1964 vinha de uma tradição militar mais antiga, que remontava à participação do Brasil na II Guerra. A participação do Brasil ao lado dos países aliados acabou sedimentando uma estreita vinculação entre os oficiais norte-americanos e militares

brasileiros, como os generais Humberto de Castelo Branco e Golbery Couto e Silva.

Terminada a guerra, toda uma geração de militares brasileiros passou a frequentar cursos militares norte-americanos. Quando esses oficiais retornavam dos EUA, já estavam profundamente influenciados por uma concepção de 'defesa nacional' (ALVES, 1987). Tanto que, alguns anos mais tarde, iriam criar a Escola Superior de Guerra (ESG), vinculada ao Estado Maior das Forças Armadas. Essa escola foi estruturada conforme sua similar norte-americana, *National War College* (HUGGINS, 1998).

Foi dentro da ESG que se formularam os princípios da Doutrina de Segurança Nacional e alguns dos seus subprodutos, como, por exemplo, o Serviço Nacional de Informações (SNI). Essa doutrina transformou-se em lei no ano de 1968, com a publicação do decreto-lei no. 314/68, que tinha como objetivos principais identificar e eliminar os 'inimigos internos', ou seja, todos aqueles que questionavam e criticavam o regime estabelecido. E é bom que se diga que 'inimigo interno' era, antes de tudo, comunista. Como diz Nelson Werneck Sodré: "o anticomunismo, foi assim e, sempre, o caminho para a ditadura" (1984, p. 91).

Essa nova estrutura de poder e de controle social se materializou com a publicação do Ato Institucional No. 1, que subverteu a ordem jurídica até então estabelecida. No preâmbulo do AI-1, instituído em 09 de abril de 1964, os militares já enfatizavam essa nova realidade.

> O ato institucional que é hoje editado se destina a assegurar ao novo governo a ser instituído os meios indispensáveis à ordem de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar de modo direto e imediato os graves e urgentes problemas de que dependem a restauração da ordem interna e o prestígio internacional de nossa pátria (HELLER, 1988, p. 627).

Com esse ato, os militares não só ditavam novas regras constitucionais, como impunham profundas remodelações no sistema de segurança do Estado. Por meio do AI-1, foi institucionalizado o sistema

de eleição indireta para Presidente da República, bem como foi dado poderes ao presidente para ditar nova constituição, fechar o congresso, decretar estado de sítio, impor investigação sumária aos funcionários públicos contratados ou eleitos, abrir inquéritos e processos para apurar responsabilidades pela prática de crime contra o Estado ou contra a ordem política e social, suspender direitos políticos de cidadãos pelo prazo de dez anos e cassar mandatos legislativos de deputados federais, estaduais ou vereadores.

Durante a ditadura militar foram editados 17 atos institucionais. Mas, entre eles, o mais polêmico e violento foi o de Número 5. O AI-5, editado em 13 de dezembro de 1968, re-editou os princípios do AI-1, suspendeu o princípio do *habeas corpus* e instituiu, de forma clara e objetiva, a tortura e a violência física contra os opositores do regime.

Na verdade o AI-5 simbolizou um terceiro ciclo de repressão. O primeiro ciclo foi originado em meio à turbulência do golpe de 1964 e teve, como base, principalmente, a retirada do âmbito político de pessoas vinculadas ao governo deposto de João Goulart. Fisicamente, a repressão recaía apenas sobre os trabalhadores e camponeses que, aos olhos dos militares, poderiam acabar desenvolvendo um foco de combate e resistência contra o governo oficial. O segundo ciclo (1965-1966) desmontou o aparelho democrático do Estado, como as eleições diretas, o pluripartidarismo e a existência de organizações sociais livres. Finalmente, o terceiro ciclo realizou

> amplos expurgos em órgãos políticos representativos, universidades, redes de informação e no aparato burocrático do Estado, acompanhados de manobras militares em larga escala, com indiscriminado emprego da violência contra todas as classes (ALVES, 1987, p. 141).

O manto dos atos institucionais e a autoridade absoluta dos militares serviriam como proteção e salvaguarda do trabalho das forças repressivas, fossem quais fossem seus métodos de ação. Só para termos uma

ideia, durante o regime militar foram criados vários órgãos de repressão, como o SNI, os DOI-CODI, o CIEX, o CENIMAR, a CISA, além do fortalecimento dos DOPS em todos os Estados. Foram criados ainda os Inquéritos Policiais Militares (IPM), cujos objetivos eram processar e criminalizar militantes e políticos que lutavam contra o regime militar. Somente o projeto *Brasil: Nunca Mais* (BNM) conseguiu reunir cópias de 717 IPM, em que foram processadas mais de 20 mil pessoas (ARNS, 1985). Muitos dos processos não vieram à tona e estão ainda por ser verificados. Esperamos que, com a Comissão da Verdade, que em 2012 irá se instalar, outros documentos surjam para o conhecimento da sociedade brasileira.

Uma das reflexões possíveis, que tange à especificidade do governo militar brasileiro, refere-se à forma como o regime autoritário foi arquitetado no país. O regime foi articulado por uma notável ambiguidade, pois, mesmo no exercício de um regime de exceção e essencialmente enfatizado por uma indelével 'lógica da suspeição', os dirigentes procuravam legitimá-lo e caracterizá-lo como um sistema de governo democrático. Do primeiro general-presidente (Humberto de Alencar Castello Branco) até o último (João Baptista de Oliveira Figueiredo) foi salientada, principalmente, nos discursos de posse dirigidos ao povo brasileiro, a adoção de "ações e comportamentos em nome da defesa da democracia no país" (AQUINO, 2000, p. 272).

Por outro lado, constatou-se, ao longo de 21 anos de permanência dos militares no poder, que a existência de uma administração democrática foi apenas fictícia, haja vista o contundente papel repressor desempenhado pelos órgãos policiais e jurídicos a fim de suplantar possíveis distúrbios sociais que afetassem o andamento das atividades do Poder Executivo.

Em princípio, o golpe militar foi visto como um "movimento fadado a ser de curta duração e de alcance limitado" (CARONE, 1982, p. 3). No entanto, com o decorrer dos primeiros dias, o comando militar se estruturava sobre pilares do autoritarismo e autonomeava-se salvador da democracia. O golpe se caracterizava como uma intervenção corretiva que se destinava a preservar valores democráticos. No entanto, essa

aparência democrática era apenas teórica. Na prática, diversos brasileiros, inclusive, ex-presidentes, como Jânio Quadros e Juscelino Kubitschek, parlamentares, jornalistas, intelectuais, sindicalistas, tiveram seus direitos políticos cassados. As punições foram as mais variadas e regulamentadas pelo combate à subversão e à corrupção.

O governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) representou o período de maior repressão, de arbitrariedade e de prepotência de todo o ciclo militar (GASPARI, 2002). Por outro lado, o 'milagre econômico', que se processou entre os anos de 1968 e 1973, estigmatizado, principalmente, pelos grandiosos projetos públicos e pelo acelerado crescimento econômico, diminuiu o impacto causado pelas medidas de segurança utilizadas pelo governo. Além do que, pela ação de um *marketing* eficiente e uma censura forte, criou-se um clima de ufanismo em toda a nação, contribuindo, em grande medida, para o fortalecimento da imagem do presidente que angariou grande margem de prestígio, principalmente nas camadas populares.

Foi no governo de Médici e, com menor ênfase no governo do General Ernesto Geisel (1974-1979), que os grupos identificados com as guerrilhas urbana e rural foram sendo progressivamente eliminados. A repressão desencadeada na época atingiu centenas, talvez milhares de pessoas envolvidas com a luta armada. O projeto da Arquidiocese de São Paulo, conhecido como *Brasil: nunca mais*, conseguiu mapear, durante a ditadura militar, 125 pessoas desaparecidas e quase 300 que foram assassinadas (ARNS, 1985).

Violência e resistência

Mesmo como uma política econômica e com um forte aparato de repressão, sustentadas por Atos Institucionais e pela Lei de Segurança Nacional, os movimentos sociais e políticos conseguiram criar uma rede de protesto e de resistência que colocavam em xeque as medidas adotadas

pelos militares. Mesmo dentro das classes dominantes, foram sendo verificados descontentamentos. É o caso de Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e João Goulart, que, com outros civis, formularam a 'Frente Ampla' de oposição, em 1969. Apesar de vida efêmera, a 'Frente Ampla' elaborou um programa político que exigia anistia geral, promulgação de uma constituição democrática e restabelecimento das eleições diretas em todos os níveis. Não foi por acaso que Lacerda, JK e Goulart morreram de maneira ainda inexplicáveis. Isso mostrava, de certa forma, que nem tudo caminhava como a ditadura queria, isto é, alguns grupos não estavam se incorporando às novas estruturas de poder e, portanto, a ditadura não tinha uma legitimação consensual, pelo menos entre as classes dominantes, como ela imaginava ter conquistado.

Mas o maior desafio que a ditadura encontrou foi a resistência da esquerda e dos movimentos sociais. O primeiro movimento que se articulou contra a ditadura militar foi liderado pelo Ex-coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório. No mês de março de 1965, uma coluna com 30 homens partiu do Uruguai e invadiu o Estado do Rio Grande do Sul, ganhando o apoio de Leonel Brizola e de outros políticos da região. A tentativa do coronel era desencadear uma revolução, a partir dos Estados do Sul e derrubar o regime militar. A coluna guerrilheira participou de três ou quatro ações, nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, mas, quando já adentrava ao Estado do Paraná, os rebeldes foram presos, e o seu líder foi enviado para Curitiba, onde foi condenado (HELLER, 1988).

Depois disso, outras tentativas de guerrilha contra a ditadura foram sendo formuladas. Destaca-se a guerrilha do Caparaó, articulada pelo Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), que escolheu a serra do Caparaó, na divisa dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, para fazer treinamentos dos guerrilheiros. Os guerrilheiros de Caparaó, que teriam a missão de criar 'insegurança permanente' à ditadura militar, pretendiam tomar cidades, destruir linhas de comunicações, vias de transportes e atacar pelotões do Exército, visando chamar a atenção do país para o que estava acontecendo e fazer a exortação da luta armada. No entanto, os planos

audaciosos da guerrilha foram debelados bem antes de os guerrilheiros começarem as suas ações. Em abril de 1967, 16 guerrilheiros foram presos e condenados com pena de quatro a 12 anos de detenção.

Foi no campo também que ocorreu a maior resistência armada contra a ditadura militar. Trata-se da guerrilha do Araguaia, organizada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) na região conhecida como bico do papagaio, atual Estado de Tocantins.

> Nessa região, no ano de 1966, começaram a se desenvolver grandes projetos agropecuários, subsidiados pela Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia). As multinacionais, com o beneplácito do governo, saciavam seus apetites explorando amplas regiões de nosso território. Dia a dia, acelerava-se o processo de internacionalização da economia brasileira (MOCELLIN, 1989, p. 43).

Paralelamente à divisão do território nacional entre as multinacionais, processava-se a expansão do latifúndio com a expulsão dos posseiros da região, que muitas vezes sofriam perseguições violentas ou eram assassinados pelos capangas a serviço das classes dominantes. Foi, portanto, diante dessa situação social existente na região, que o PCdoB, a maioria jovens universitários advindos das cidades e da classe média e sem nenhuma experiência militar, começaram a chegar à região em 1967, quando começaram a fazer treinamento militar, cursos de sobrevivência na selva, de primeiros socorros, além de trabalhar na roça e compartilhar dos problemas da população local, visando conhecer a cultura e a realidade daquela gente (MOURA, 1985).

Durante sete anos, a guerrilha se manteve na região. No entanto, os grupos armados não passavam de 70 pessoas, mas mobilizaram grande efetivo do Exército brasileiro. Quando os militares descobriram que no Araguaia havia a existência de militantes políticos fazendo treinamento de guerrilha, trataram logo de deslocar alguns destacamentos para a região para combater os chamados ‘terroristas’. Em outubro de 1973, o Exército, com um efetivo de 6.000 homens, aviões, helicópteros, paraquedistas e

homens bem treinados em combates na selva, tomou a região, que foi atacada na forma de arco, para impedir a fuga dos guerrilheiros. Para garantir o sucesso da operação, foram estabelecidas bases de apoio em fazendas, roças e castanhais. A população local passou a ser tratada com extrema violência e a tortura tornou-se rotina naquele rincão sertanejo. No Natal de 1973, o Exército desbaratou a comissão militar da guerrilha, que dirigia a luta dentro da selva. Os militantes passaram a ser localizados e assassinados com maior rapidez. A situação começou a ficar insustentável. Em maio de 1974, o comitê central do PCdoB deu ordens para que a guerrilha fosse dispersada. Mas era tarde demais. Aproximadamente 70 militantes haviam sido mortos pela ditadura. Poucos lograram escapar; pouquíssimos sobreviveram.

Mas a luta contra a ditadura não ocorreu apenas no campo. Nas cidades, muitas organizações de esquerda atuaram e lutaram de armas na mão. Entre as que mais se destacaram, estão a Ação Libertadora Nacional (ALN), liderada por Carlos Marighela; o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), cuja direção máxima estava a cargo do jornalista e intelectual, Mário Alves; O Movimento Revolucionário 08 de outubro (MR-8); a Política Operária (Polop); e, depois, a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), comandada pelo ex-capitão do Exército, Carlos Lamarca, entre várias outras organizações menores como PCR, Molipo, MRT, PRT, Colina, etc. (GORENDER, 1987; REIS FILHO, 1990).

A Aliança Libertadora Nacional foi a organização que melhor formulou as estratégias de luta armada na cidade. Surgida de uma dissidência do Partido Comunista Brasileiro (PCB), no ano de 1967, tinha como líder máximo, Carlos Marighela, militante e intelectual comunista com grande experiência organizativa e conhecedor dos movimentos sociais. Marighela tinha sido deputado constituinte em 1946 pelo PCB e uma das maiores lideranças daquele partido. Após o golpe militar de 1964, começou a divergir com o 'partidão', principalmente no que tangia ao encaminhamento das estratégias de resistência. Enquanto o PCB optava pela luta pacífica de combate à ditadura militar, Marighela definia-

se pela luta armada (GORENDER, 1987; VINHAS, 1982). Em 1967, desligou-se da Comissão Executiva do PCB e em seguida viajou para Havana, onde participou da assembleia da Organização Latino-americana de Solidariedade (OLAS), evento em que foi formulado um pretensioso plano de luta que objetivava desencadear ações revolucionárias em toda a América Latina. Quando do seu regresso ao Brasil, foi expulso do PCB. Fundou então a ALN.

A ALN propunha a guerrilha urbana, visando conseguir recursos para elaborar uma bem estruturada organização e, depois, desencadear a guerrilha rural. Marighela dizia:

> Da área urbana passaremos à luta armada, direta, contra os latifundiários, através da guerrilha rural. Da aliança armada de operários e camponeses com estudantes, através da guerrilha móvel no campo, cruzando o interior do Brasil em todas as direções, chegaremos ao exército revolucionário de libertação nacional e ao confronto com o exército convencional da ditadura militar (ARQUIVO DOPS, pasta 25, cx. 4).

O líder da ALN não teve tempo de levar adiante o seu ideal. Foi assassinado pela ditadura militar, na cidade de São Paulo, em uma emboscada preparada pelo Delegado Sérgio Paranhos Fleury, da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), no dia 04 de setembro de 1969.

Embora as ações das organizações da luta armada tenham colocado em xeque a ditadura militar, foram as grandes mobilizações de massas que preocupavam os militares. Pois, contra os guerrilheiros, que agiam de forma violenta, causando certo impacto contra a sociedade, os militares tinham um discurso e até uma justificativa para a prática da repressão. Eles diziam que os guerrilheiros eram 'terroristas', que queriam implantar um regime comunista no país, que eram contra a liberdade, as leis, a família, a propriedade, etc. No entanto, quando usavam de extrema violência contra manifestações pacíficas, desnudava-se a face mais cruel e violenta da ditadura.

Numa época em que os partidos políticos de esquerda estavam proscritos, os sindicatos estavam sofrendo uma forte intervenção estatal e os movimentos sociais, como um todo, eram vigiados e controlados pelos órgãos de repressão, foram os estudantes que mais se destacaram na luta contra a ditadura. O movimento estudantil funcionou, de certa forma, como um porta-voz da sociedade contra o regime militar.

Os estudantes tiveram vida ativa durante todo o regime militar. Já em 1965, foi realizado um plebiscito, nas escolas do Rio de Janeiro, que repudiava a tentativa do ministro da educação, Flávio Suplicy de Lacerda, de extinguir a União Nacional dos Estudantes (UNE) e substituí-la por um Diretório Nacional dos Estudantes, atrelado aos militares. Em 1966, a UNE realizou o seu 28º congresso nacional, em Belo Horizonte. No mês de setembro desse ano, ainda, foram realizadas grandes passeatas em São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Brasília e Curitiba, quando os estudantes reivindicavam ensino gratuito, autonomia universitária, não vinculação da universidade com órgãos americanos (USAID), além da defesa da UNE e do fim da ditadura militar (MARTINS FILHO, 1997).

Mas nada foi tão significativo como o ano de 1968. Aproveitando a onda de grandes manifestações estudantis que aconteciam na Europa, sobretudo em Paris e em Praga, os estudantes brasileiros saíram às ruas para protestar contra a ditadura militar, pelo fim do convênio MEC/USAID e pelo ensino gratuito. Em 28 de março de 1968 foi morto pela ditadura, no Rio de Janeiro, o estudante Edson Luís Lima Souto, quando participava de uma manifestação pacífica em defesa do restaurante universitário 'calabouço'.

> Esse incidente desencadeou um protesto nacional contra a violência da ditadura, cujo epicentro foi a cidade do Rio de Janeiro. Em uma semana, houve pelo menos 26 grandes passeatas em 15 capitais de estados (MARTINS FILHO, 1997, p. 18).

A onda de passeatas teve seu auge no dia 26 de junho de 1968, quando uma passeata reuniu 100 mil pessoas no Rio de Janeiro. No mês de junho ocorreram outras 16 passeatas em vários Estados do país.

Após 1968, por quase dez anos, o movimento estudantil passou por um refluxo. Foram os anos em que os grupos guerrilheiros se proliferaram. Aliás, grande parte deles foi recrutada no meio estudantil (RIDENTI, 1993). Em 1977, a agitação estudantil eclodiu novamente, tendo como bandeira as lutas pelo fim da ditadura militar, as campanhas pela libertação de estudantes presos, as campanhas pelo fim das torturas e os vários protestos contra administrações universitárias autoritárias. Essas lutas do final dos anos 1970 motivaram a reconstrução da UNE em 1979.

Na área intelectual também eram visíveis as manifestações críticas contra o governo militar. Destacam-se as músicas de protesto de Chico Buarque, Taiguara, Geraldo Vandré, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Capinam, Torquato Neto, entre outros. Mas foi a voz de uma mulher que imortalizou a canção de João Bosco e Aldir Blanco, *O bêbado e o equilibrista*, consagrada como o hino da anistia aos banidos e exilados políticos do país. A voz emocionada de Elis Regina entoava com beleza singular os versos de Aldir Blanco sobre assassinatos nos porões da ditadura, de maridos pranteados por "Marias e Clarices" e sobre a luta pela anistia aos desaparecidos, presos e exilados políticos, ao pedir a volta do "irmão do Henfil e tanta gente que partiu num rabo de Foguete".

No cinema se destacaram alguns cineastas que fizeram produções engajadas e de resistência. Filme como *Os fuzis*, de Rui Guerra, *Deus e o diabo na Terra do Sol*, de Glauber Rocha (REIS FILHO, 2001), ou mesmo produções que tiveram maior alcance popular, como *O Rei da Noite*, *Xica da Silva*, *Lúcio Flávio*, *Pixote*, *Bye bye Brasil*, *O homem que virou suco*, etc., procuravam mostrar a dura realidade em que vivia o povo brasileiro.

Na estratégia de repressão contra os movimentos sociais, foi o movimento sindical que mais sofreu com a ditadura militar. A fala do operário metalúrgico Diogo Afonso Gimenez retrata fielmente a questão:

> Foi um golpe de classe contra os trabalhadores, e já em abril de 1964 houve intervenção em centenas de sindicatos e a prisão de seus dirigentes. Uma exigência das multinacionais, do capital estrangeiro e dos seus aliados aqui dentro, que queriam a todo custo reduzir o ímpeto das reivindicações operárias. Mataram, prenderam e torturaram centenas de líderes sindicais. Acabaram com a estabilidade no emprego, substituindo-a pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, e começaram a arrochar os salários. Os que protestavam eram presos ou desapareciam (HELLER, 1988, p. 158).

A partir do golpe, os trabalhadores foram sendo sistematicamente esmagados, marginalizados. Por um longo período, o sindicalismo mais combativo foi incapaz de se organizar na ilegalidade. Ampliava-se, com a ajuda do Estado, o sindicalismo do 'sim senhor', que desenvolvia uma prática assistencialista, sem contestar o *status quo* estabelecido e o autoritarismo da ditadura militar.

> Os movimentos sindical e estudantil estão enfraquecidos, contidos pela repressão, emudecidos pela censura e ofuscados pela euforia econômica. Praticamente não há passeatas, comícios, agitação de rua nem greve. As forças de segurança, militares e policiais, com ampla liberdade de ação e, muitas vezes, com exageros típicos da arbitrariedade ditatorial, como prisões descabidas, torturas, seqüestros e mortes, combatem e vencem a esquerda armada (COUTO, 1999, p. 111).

Foi somente a partir do final da década de 1970, quando a inflação no país já estava incontrolável, os salários estavam cada vez mais arrochados, a concentração de renda era cada vez mais visível e a ditadura dava sinais claros de enfraquecimento, que o movimento sindical retornou suas atividades com maior força. As greves operárias no ABC paulista, nos anos 1978/80, o nascimento das centrais sindicais, notadamente da CUT, em 1983, e o fim da ditadura militar em 1985 deram novo alento ao movimento sindical, embora já sem a força que o caracterizara durante todo o início e meados do século XX.

Não poderíamos deixar de concluir este capítulo sem analisar a participação das mulheres contra a ditadura militar. A forma de resistência das mulheres foi construída desde o mundo estritamente privado, quando o chefe da família (marido, pai, irmão) perdia o seu emprego, era preso, assassinado ou 'desaparecido' político, até as atuações de defesa da dignidade nacional, tradições e valores públicos. As mulheres foram capazes de demonstrar que entendiam de política ao lutarem contra a desagregação moral da unidade familiar impostas pelos regimes autoritários que tentavam desmoralizar os sentimentos mais profundos das mulheres como mães, esposas, irmãs e filhas.

O autoritarismo e a repressão serviram para que muitas mulheres desenvolvessem sua inteligência, criatividade e capacidade política como num jogo dialético. As mulheres resistiram ao autoritarismo não apenas dentro de casa, ou descobrindo formas diferentes de enfrentar a clandestinidade quando os partidos progressistas foram proibidos, mas também no exílio, pois milhares de mulheres tiveram que deixar seu país para continuarem vivas.

O exílio era um dos graves problemas da conjuntura internacional nas décadas de 1960 e 1970, e era mais grave ainda para a grande parcela de mulheres que tiveram que exercer as tarefas de mães em situações difíceis. A amarga experiência do exílio marcou profundamente a estrutura familiar e, também, cada um dos membros da família, além disso, a grande trauma de não poder viver na própria pátria foi extremamente angustiante e desterritorializante (COSTA et al., 1980; ROLLEMBERG, 1999; POMARI, 2002).

O papel ativo das mulheres na luta contra a ditadura militar teve vários *fronts*: na reorganização do movimento sindical, na re-estruturação das organizações políticas de esquerda, na distribuição de ajuda da solidariedade internacional e nas campanhas pela libertação dos presos políticos.

O compromisso das mulheres com as lutas democráticas não implicou, necessariamente, que estivessem em jogo os interesses e

direitos das mulheres, prioritariamente. O compromisso político da maioria delas não provinha de conhecimentos ideológicos democráticos ou de cálculos de estratégias antiditatoriais, pois não havia uma lógica política, mas sim uma lógica do afeto (POMARI, 2002). Porque as mulheres foram diretamente afetadas como mães, avós e familiares de vítimas políticas. No primeiro momento o pessoal estava acima do público ou do político. Não era heroísmo que mobilizava essas mulheres, mas sim uma visão dilatada do seu papel feminino de cuidar da família com amor e dedicação.

Necessariamente é difícil esperar que as militantes expressassem de forma espontânea reivindicações intrínsecas às mulheres, pois, quando essas reivindicações se constituíram em exigência programática, houve entraves no diálogo com o feminismo. Por isso, é ainda um desafio poder transformar a sensibilidade social criada por esses movimentos de resistência em estratégias que possam reverter formas de subordinações e marginalizações, nos diferentes âmbitos da vida cotidiana das mulheres.

Referências

ALVES, M. H. M. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1987.

AQUINO, M. A. A especificidade do regime militar brasileiro: abordagem teórica e exercício empírico. In: REIS FILHO, D. A. (Org.). *Intelectuais, história e política (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000. p. 271-287.

ARNS, P. E. *Brasil*: nunca mais - um relato para a história. Petrópolis: Vozes, 1985.

ARQUIVO DOPS/PR. *Aliança Libertadora Nacional*, pasta 25, cx. 4, 1969.

CARONE, E. *O PCB (1964-1982)*. São Paulo: Difel, 1982. v. 3.

COSTA, A. C. et al. *Memórias das mulheres no exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

COUTO, R. C. *História indiscreta da ditadura e da abertura – Brasil*: 1964-1985. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GASPARI, E. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

GORENDER, J. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1987.

HELLER, M. I. *Resistência democrática*: a repressão no Paraná. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HUGGINS, M. K. *Polícia e política*: relações Estados Unidos/América Latina. São Paulo: Cortez, 1998.

MARTINS FILHO, J. R. O movimento estudantil na conjuntura do golpe. In: TOLEDO, C. N. (Org.). *1964*: visões críticas do golpe. Campinas: Unicamp, 1997. p. 12-21.

MOCELLIN, R. *As reações armadas ao regime de 64. Guerrilha ou terror?* São Paulo: Editora do Brasil, 1989.

MOURA, C. *Diário da guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1985.

POMARI, Luciana. *Uma revolução para Penélope*: a cultura do exílio, a militância feminina e a construção de uma história de lutas, no Brasil e no exterior (1964-1984). 2002. 330 f. Tese (Doutorado em História) - UNESP, Assis, 2002.

REIS FILHO, D. A. *A revolução faltou ao encontro*: comunistas no Brasil. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

REIS FILHO, D. A. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

RIDENTE, M. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Edunesp, 1993.

ROLLEMBERG, D. *Exílio*: entre raízes e radares. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SODRÉ, N. W. *Vida e morte da ditadura*: 20 anos de autoritarismo no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1984.

VINHAS, M. *O partidão*: a luta por um partido de massas (1922-1974). São Paulo: Hucitec, 1982.

15

A Operação Marumbi no Estado do Paraná

Por Leandro Brunelo[18]

Palavras iniciais

Em 1975, o Presidente do Brasil era o General Ernesto Geisel. Considerado um militar moderado, Geisel estava disposto a promover, conforme suas palavras, um processo gradual, lento e seguro de abertura política. As peças do Governo Militar começavam a ser desmontadas e a oposição renascia politicamente mesmo, ainda, existindo uma hiperconcentração de poderes nas mãos do presidente. Foi um governo, em seu início, paradoxal, haja vista que Geisel tinha em uma das mãos o ideal de realizar a abertura política e retomar o caminho da democracia e, na outra, a representação máxima do autoritarismo, o Ato Institucional nº 5.

Em 1974 foram realizadas eleições para a escolha de representantes do Poder Legislativo e foi possível à população escolher diretamente os seus representantes políticos. Foi permitido, ainda, que os candidatos, inclusive aqueles que faziam oposição ao regime militar, pudessem expor

---

18 Leandro Brunelo é Mestre em História pela UEM e Professor-colaborador do Departamento de História da UEM.

os seus planos de governo em cadeia de rádio e de televisão. O resultado advindo das urnas apontou para o seguinte quadro: um crescimento das forças oposicionistas do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Para o Senado, o Partido conseguiu obter 16 das 22 cadeiras disponíveis e, além disso, cresceu numericamente em estados importantes como São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, conseguindo a maioria absoluta nas Assembleias Legislativas dessas unidades da Federação, além de galgar mais de um terço de representação parlamentar no Congresso Nacional (MACIEL, 2004).

Criado pelo Ato Institucional nº 2, o MDB, desde os seus primórdios, optou por fazer oposição ao partido do governo, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Era, evidentemente, uma oposição oficial, já que consentida pela ditadura. A partir do momento em que a esquerda armada foi derrotada pelas forças opressoras do governo autoritário e passava por um processo de reavaliações de suas táticas, o MDB conseguir galvanizar para si o processo de mobilização pelo fim da ditadura militar e o retorno da democracia. Nesse contexto, o partido da oposição oficial acreditava na imprescindibilidade de assumir uma conduta mais ofensiva que seria de fundamental relevância para retirar a sociedade do estado de prostração em que se encontrava e que havia sido imposto pelas ações repressivas do Estado. O novo papel assumido pelo MDB na campanha presidencial simbólica de 1973 ficou marcado pela anticandidatura, que assinalou um momento de efetiva atuação política do partido de oposição oficialmente reconhecida (ALVES, 2005).

Após as eleições de 1974, Geisel reconheceu publicamente a vitória do MDB. Entretanto, nos bastidores do poder, o governo adotava outra postura e agia com desconfiança, canalizando-a para o PCB. O Ministro da Justiça, Armando Falcão, em 1975, asseverou que o PCB estava envolvido com o MDB e o havia ajudado a vencer as eleições parlamentares do ano anterior (SKIDIMORE, 1988).

Nesse depoimento, ampliam-se os argumentos:

> A escalada contra o PCB para atingir o MDB foi uma idéia do regime e do governo, não apenas da linha dura. O atestado disso foi o pronunciamento do então ministro da Justiça, Armando Falcão, na televisão, no dia 30 de janeiro de 1975. Em sua fala, Falcão fez um relatório público do estouro das duas gráficas clandestinas do PCB. Como quem dava uma senha para identificar o novo inimigo do regime, Falcão destacou 'o intenso esforço, o específico trabalho desenvolvido pelo PCB em favor dos candidatos a diversos postos eletivos no pleito de novembro'.
> Com a imprensa encurralada pela censura, a Igreja sob intensa pressão, a nova estratégia da ditadura era 'colar' o PCB no MDB para interromper o avanço da nascente adesão popular à oposição e o crescimento da luta civilista pela redemocratização. As sucessivas cargas contra o PCB, durante o ano, foram todas marcadas pela evidente intenção de vincular o Partidão ao MDB e ao resultado das eleições de 1974 (MARCHI, 2005, p. 4).

A repressão contra o PCB se tratava de uma grande ironia, pois o Partido não havia se enveredado pelo viés da luta armada. Entretanto, era considerado um alvo pelo Ministro da Justiça que necessitava de provas para satisfazer a paranoia militar (SKIDIMORE, 1988).

Na entrevista concedida por Geisel à Maria Celina D'Araújo e Celso Castro (1997), o ex-presidente da República, diante de uma interrogação que frisava a respeito de investidas repressivas mais intensas sobre o PCB durante o seu mandato, respondeu que aquilo havia ocorrido nos outros governos anteriores ao seu, mas, ainda assim, os comunistas estavam conspirando, embora estivessem enfraquecidos. Contudo, de acordo com sua maneira de ver o cenário político da época, Geisel acreditava que era interessante se precaver e não deixar as forças do PCB se recomporem.

Entre avanços e recuos, que marcaram a distensão política, a repressão se processava, embora dissimulada e pontual. O PCB era atingido, incluindo-se o MDB, como um alvo preferencial. No Paraná, essa situação ficou mais evidente com a execução da *Operação Marumbi*

e com a instauração do Inquérito Policial Militar nº 745[19], que indiciou militantes do PCB, acusados de rearticularem o Partido no Estado, e apontou para uma ligação existente entre pecebistas e políticos do MDB. Essa operação policial-militar foi executada pela DOPS[20] e pelo DOI-CODI, e considerada a maior desencadeada no Estado do Paraná.

Iniciadas em 12 de setembro de 1975, durando aproximadamente um mês, as ações da polícia política tinham o propósito de prender pessoas acusadas de rearticularem o PCB no Paraná. Segundo Samuel Alves Corrêa, general da 5ª Região Militar com sede em Curitiba, os episódios relacionados à Operação Marumbi serviram para desarticular "completamente o dispositivo subversivo-comunista no Paraná" (ARRUDA, 1983b, p. 13).

A Operação Marumbi teve alcance estadual e abrangeu pelo menos 12 cidades: Curitiba, Paranaguá, Ponta Grossa, Guarapuava, Londrina, Mandaguari, Maringá, Arapongas, Apucarana, Rolândia, Cianorte e Paranavaí. O documento liberado pela 5ª Região Militar preocupava-se em afirmar também que a ação desenvolvida "não se tratava de perseguição de caráter pessoal" ou "político-partidária", mas sim "de benefício exclusivo para a coletividade" (ARRUDA, 1983b, p. 13).

O General Samuel Alves Correa, encarregado da Operação, prometia ao povo paranaense que os órgãos incumbidos de zelarem pela paz social procurariam, na medida do possível, oferecer à sociedade um

---

19 O IPM 745 foi coligido pelo projeto *Brasil: nunca mais* (BNM), quando tramitava na esfera do Superior Tribunal Militar (STM), sendo renomeado de BNM 551 (ARNS, 1985). O projeto BNM proporcionou uma releitura do período militar e da repressão política no país. O BNM procurou se servir de documentos produzidos pelas autoridades encarregadas de cuidar da Segurança Nacional para entender a lógica do regime militar. A execução do projeto foi coordenada pelo arcebispo de São Paulo, Dom Evaristo Arns, e pelo Reverendo James Wright. A partir de agora, utilizaremos a referência BNM 551, conforme o processo está referenciado e depositado no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), na Universidade de Campinas.

20 No Paraná, todas as atividades que consistiam em vigiar e exercer determinado controle na sociedade, iniciaram-se no início do século XX pela Chefatura de Polícia e, posteriormente, na década de 1920, pelo Comissariado de Investigação e Segurança Pública, até transformar-se na Delegacia de Ordem Política Social, criada pela lei nº 177 de 05/03/1937. A atuação desse órgão de repressão, que funcionou de 1920 até 1989, foi norteada por períodos em que orientava suas investigações para determinado assunto, grupo social ou instituição. Por exemplo, "no período 1964-1979, as diligências vão ser direcionadas aos militantes dos partidos de esquerda, sobretudo do PCB e daquelas organizações que se envolveram na luta armada, bem como do movimento estudantil" (PRIORI, 1998, p. 22-23).

clima de tranquilidade e, sobretudo, de ordem. Curiosamente, os órgãos do governo andaram na contramão daquilo por que eram responsáveis. Acabaram semeando, em inúmeros círculos familiares, medo e preocupação, tendo em vista que mais de 100 pessoas foram presas e, desse montante, 65 foram indiciadas.

O jornalista João Arruda, que preparou um caderno especial sobre a Operação Marumbi para a *Folha de Londrina*, em 1983, colheu depoimento de um agente da polícia política, que participou das ações da Operação, e juntou informações relevantes a respeito do trabalho realizado pelos mantenedores da Segurança Nacional. De acordo com o agente da polícia política, foram elaborados informes imprecisos, "alguns até sem fundamento, revelando maldade e também querer mostrar serviço, mas baseados neles muitas prisões foram feitas, obviamente para a surpresa e o espanto do erroneamente detido" (ARRUDA, 1983b, p. 13).

Ainda, segundo o agente da polícia, o 'grupo anti-PCB' "agiu mais levado pelo impulso e motivações diárias do que propriamente dentro de um trabalho organizado. O trabalho foi marcado pela falta de precisão nos objetivos" (ARRUDA, 1983b, p. 13).

Portanto, houve a detenção de pessoas que não tinham ligação concreta com nenhuma organização de esquerda. Numa das prisões efetuadas, disse o policial, o que aconteceu lhe 'causou dó'.

> Um jovem foi injustamente detido somente porque era irmão de um membro do PCB. Ele morava em Apucarana, onde foi detido em sua fábrica de brindes. Uma cerrada pressão psicológica e alguns 'fala logo' fizeram o rapaz abrir o bico e entregar o próprio irmão, que acabou sendo levado (ARRUDA, 1983b, p. 13).

Nesse depoimento acima, dois pontos interessantes chamam a atenção: 'causou dó' e 'fala logo'. Uma mistura muito peculiar de sentimentos, pois a prisão indevida do jovem ocasionou uma combinação de um sentimento de compaixão e de atos truculentos ao mesmo tempo.

'Causou dó' teve o seu contraponto simbolizado pela expressão 'fala logo', grifada, inclusive, no depoimento e que abre espaço para interpretações variadas, dentre elas, principalmente, pressão psicológica, de ordem moral e, até possivelmente, tortura física.

O agente policial entrevistado pelo jornalista acrescentou, ao término do seu depoimento:

> A bem da verdade, os detidos por envolvimento com o PCB estavam convencidos da importância da implantação do PCB como única forma de resolver os problemas do proletariado. Sonhavam com a reforma agrária efetiva, o fim do capitalismo, a distribuição da renda para todos e a igualdade social e de Justiça. Estes eram os temas e as palavras de ordem que falavam nas inquirições iniciais. Temos que reconhecer que a ideia dos membros do PCB era de realmente expandir as células do PCB e reagrupá-las em nível maior e, pelo que foi percebido, o movimento estava crescendo rapidamente (ARRUDA, 1983b, p. 13).

Essas considerações apresentadas pelo agente policial demonstram a importância que era atribuída aos interrogatórios que correspondiam à fase policial do IPM (BNM 551). Juntamente com esses interrogatórios, existia um relatório que havia sido produzido pela DOPS e que ratificava as informações que foram obtidas por meio das declarações policiais, sobretudo a realização de reuniões clandestinas do PCB no Paraná. O relatório foi aceito pelo promotor público militar, José Manes Leitão, que formalizou a denúncia recebida e deu início à fase processual, na qual ocorreram os depoimentos prestados em Juízo.

A Radiografia do IPM 745 (BNM 551)

O Inquérito Policial Militar 745 (BNM 551) possui 5.883, páginas divididas em 20 volumes. As partes que mais chamam a atenção, pela carga volumosa e considerável das informações, se referem aos interrogatórios

prestados na fase policial; aos depoimentos fornecidos na fase judicial; ao relatório produzido pelo delegado da DOPS, Ozias Algauer, para a formalização da denúncia; aos documentos produzidos pelos advogados de defesa que, em sua maioria, baseavam-se no mesmo argumento e na produção de um discurso único, ou seja, a nulidade do processo pelas falhas que estiveram presentes em seu desenvolvimento; bem como as afirmações suscitadas pelos acusados, em Juízo, de terem sido torturados pelos órgãos de repressão política, ainda durante a fase policial, o que, por si só, já causaria a desconsideração do inquérito. Além dessas partes do IPM, a sentença emitida pela 5ª Circunscrição Judiciária Militar (CJM) e a apelação impetrada pelos advogados de defesa dos condenados junto ao Superior Tribunal Militar (STM) também foram consideradas e selecionadas (BRUNELO, 2009).

Tratando especificamente do relatório da DOPS, concluímos que a sua produção sinalizou o término dos trabalhos correspondentes ao período de investigações policiais e deixou tudo pronto para o oferecimento da denúncia à Promotoria Pública Militar.

O que constatamos a partir da leitura e da análise feita sobre esse relatório foi que, linha após linha, ideia após ideia, os indivíduos encarregados pela segurança interna teceram um discurso que primou, em sua essência, por acentuar ainda mais a polarização política do país. De um lado, o governo militar e, do outro, com valores completamente divergentes, os militantes de esquerda – os comunistas. Havia, portanto, um constante resgate dos princípios da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) com o propósito de extirpar da sociedade a subversão e, nesse aspecto, ser comunista ou simpatizante do comunismo consistia em praticar um ato subversivo.

E foi justamente essa preocupação que marcou as primeiras palavras da introdução do relatório. "A subversão foi, é, e sempre será uma constante entre os homens" (BNM 551, p. 820), por isso, segundo a ótica do Estado Autoritário, os olhares vigilantes tinham que ser precisos e todas as pessoas deviam ser colocadas sob o mesmo teto: o da suspeição

desmedida. Para o regime militar, deveria existir uma fiscalização sistemática para que a subversão não se manifestasse "em torno das instituições políticas, militares, sociais e econômicas, procurando miná-las da base à cúpula, visando muito ao contrário do aprimoramento, sua destruição no momento oportuno" (BNM 551, p. 820).

Dessa maneira, ficou explícita a conotação de um estereótipo negativo que se referia aos militantes de esquerda como portadores de objetivos destrutivos e que almejavam semear as sementes da 'desintegração nacional'. Nesse sentido, nada mais apropriado, segundo o ponto de vista do governo militar, em se autointitular como o único responsável pela manutenção e preservação das instituições brasileiras, dentre elas, a família. Contudo, finalizou-se a parte introdutória do relatório afirmando que ainda existiam determinados segmentos sociais comprometidos com as *ideologias importadas* e que insistiam em "subverter a ordem vigente e aquietar o povo" (BNM 551, p. 821).

Nesse caso, tratava-se das 65 pessoas presas pela Operação Marumbi e acusadas de rearticularem o PCB no Paraná. Dessa forma, todas elas se enquadravam no artigo 43 da Lei de Segurança Nacional que afirmava o seguinte:

> Reorganizar, ou tentar reorganizar de fato ou de direito, ainda que sob falso nome ou forma simulada, partido político ou associação dissolvida por força de disposição legal ou de decisão judicial, ou que exerça atividades prejudiciais ou perigosas à Segurança Nacional, ou fazê-lo funcionar nas mesmas condições quando legalmente suspenso. Pena – reclusão de dois a cinco anos (BNM 551, p. 5631-5632).

Baseando-se nesse artigo, a polícia política montou a sua argumentação, expondo pormenorizadamente os acontecimentos e envolvendo não só os militantes do PCB, como também políticos do MDB que se destacaram nas eleições de novembro de 1974.

Por isso, ao longo do relatório, foram citadas as realizações de reuniões clandestinas dos comunistas, do apoio do PCB aos candidatos do MDB e todo o processo de re-estruturação do Partido Comunista no Paraná.

Segundo o que consta no documento:

> Os órgãos do Comitê Central do Partido Comunista há algum tempo vinham insistindo junto aos comunistas residentes no Paraná, para que reorganizassem o Partido no Estado, visando a ampliação progressiva de suas bases e, por via de consequência uma maior atuação nos mais diversificados setores de atividades (BNM 551, p. 821).

Havia também uma ênfase sistemática sobre o auxílio concedido pelos militantes do PCB aos candidatos do MDB. O apoio foi formalizado numa reunião realizada na casa de Moacyr Reis Ferraz em setembro de 1974. De acordo com o documento:

> Na reunião ficou decidido, que o Partido Comunista Brasileiro do Paraná, votaria e trabalharia em favor dos candidatos do Movimento Democrático Brasileiro, e para fins de apoio a candidatos a Deputado Federal e Estadual, o Paraná seria dividido em duas áreas: ao Norte o Partido Comunista Brasileiro do Paraná, apoiaria os candidatos da região, cabendo ao Comitê Municipal de Londrina escolher os candidatos de sua preferência; e ao sul o Partido apoiaria para Deputado Federal, Sebastião Rodrigues Júnior e para Deputado Estadual Enéas Eugênio Ferreira Faria. Para Senador o Partido apoiaria Francisco Leite Chaves; seria exigido dos candidatos escolhidos, em troca do apoio do Partido Comunista Brasileiro do Paraná, uma contribuição em dinheiro, o fornecimento de material de propaganda eleitoral e o compromisso de defenderem, se eleitos, os seguintes pontos pragmáticos do Partido Comunista Brasileiro: 1) anistia aos presos políticos; 2) eleições diretas em todos os níveis; 3) extinção do Ato Institucional no 5 e revogação do decreto-lei no 477; 4) retorno da vigência do Habeas Corpus para crimes capitulados na Lei de Segurança Nacional e abolição da censura; 5) convocação

> de uma Assembleia Constituinte para a elaboração de nova Constituição para o Brasil (BNM 551, p. 822-823).

Por meio do levantamento de questões dessa natureza, podemos afirmar que uma das finalidades do IPM também era de acusar o MDB como um partido infiltrado por pessoas consideradas subversivas. O fato de receberem ajuda daqueles indivíduos que estavam sendo acusados de re-estruturarem as bases do PCB no Paraná era um fator agravante. Ter ligações com o comunismo, por mais brandas que fossem, já era motivo para intervenção da polícia política.

No Estado do Paraná, no pleito de 1974, para o senado, o MDB elegeu o seu candidato, Francisco Leite Chaves, derrotando o candidato da ARENA, João Mansur. Para o cargo de deputado federal a diferença entre os dois partidos foi de apenas um deputado, ou seja, o MDB elegeu 14 e a ARENA, 15. Para deputado estadual, a vantagem da agremiação política do governo também não foi expressiva, elegendo 29 deputados e a oposição emedebista elegendo 25 [21]. O ano de 1974, então, simbolizou o momento em que a população, de maneira geral, identificou nos quadros políticos do MDB um canal de expressão contra o regime militar.

Para o regime autoritário, a situação que havia se delineado após a apuração dos votos de 1974 não era interessante. Contra o inimigo do governo, o jogo tinha que ser duro e as medidas de combate tinham que ser contundentes. As constituições de inquéritos policial-militares eram uma das maneiras de se lutar contra os indivíduos contrários ao Estado. No caso do IPM 745 (BNM 551), a sua causa existencial era esta envolver pecebistas e emedebistas, acusando-os de conluio.

Segundo o que consta no relatório da DOPS, os acordos que versavam sobre o apoio eleitoral em 1974 foram feitos entre os membros do PCB e os seguintes candidatos do MDB: Leite Chaves, Sebastião Rodrigues, Enéas Faria. E o desempenho obtido por eles e por outros

---

21 Dados da eleição de 1974 foram fornecidos pelo Tribunal Regional Eleitoral (TER/PR).

nomes do Partido, de acordo com o delegado da DOPS, insuflou os ânimos dos comunistas paranaenses a rearticularem o Partido Comunista no Paraná. Para isso, foram organizadas reuniões em 1975 com o objetivo de congregar mais adeptos para o PCB e definir as metas de atuação de seus integrantes, visando à reorganização das bases partidárias nas várias regiões do Estado.

Para o encarregado do inquérito e do relatório da DOPS, o Delegado Ozias Algauer, a subversão estaria presente em todos os cantos da sociedade; na realidade, a sociedade seria uma grande inimiga em potencial que deveria ser constantemente vigiada e fiscalizada. Além disso, a subversão visava se infiltrar em todas as instituições, fossem elas políticas, econômicas, sociais ou militares com o único propósito de destruí-las. Nesse caso, os defensores das 'instituições democráticas' tinham que agir para preservar a ordem e coibir qualquer reação adversa que prejudicasse a segurança interna.

Visto assim, o relatório que encerrava o trabalho da polícia política e encaminhava os autos (interrogatórios) para a apreciação da Auditoria Militar baseou-se na construção e edificação de um ponto de vista que era permeado pela ideia de salvaguardar a ordem interna. Ponto de vista que, por sinal, foi aceito pela Auditoria Militar, possibilitando o início da fase processual que apontou para novos elementos até então encobertos pela polícia política paranaense, mas que foram elencados pelos presos políticos em seus depoimentos perante o Juiz.

Durante o período que correspondeu à fase policial do IPM 745 (BNM 551), os presos ficaram impossibilitados de tentar reverter ou contestar, por meio de provas, as acusações que lhes eram impostas. A prerrogativa do 'contraditório', portanto, não existiu nessa fase, assim como, a possibilidade de o preso estabelecer algum contato com os seus familiares ou advogados.

No caso que envolveu os militantes comunistas presos pela Operação Marumbi, longos períodos de incomunicabilidade marcaram a

fase do processo. O jornalista João Arruda chamou a atenção para essa questão:

> Presos portadores de curso superior sem os privilégios que a lei faculta, incomunicabilidade, obrigatoriedade de autorização da DOPS para que fossem avistados por seus advogados, sem banho de sol, coação, encarceramento sem as mínimas condições de higiene, violação sistemática dos direitos da pessoa humana (ARRUDA, 1983a, p. 13).

Em entrevista a João Arruda, René Ariel Dotti, um dos advogados que atuou na defesa dos presos políticos, sinalizou o seguinte:

> As violações sistemáticas aos direitos humanos dos presidiários e o cerceamento profissional das atividades dos advogados, prosseguiam. Os defensores dos réus, para visitá-los, tinham que obter autorização da DOPS. Na sessão do dia 16 de outubro na OAB-PR, o Conselheiro Antonio Avir Breda já denunciava que 'havia dez homens presos em uma só sala, sem o atendimento das condições de higiene'. Em 30 de dezembro de 1975, o Conselheiro Federal Augusto Sussekind de Moraes Rego denunciou ao presidente Caio Mario da Silva Pereira [presidente da OAB] 'a situação de coação ilegal sofrida por advogados na capital do Estado do Paraná, pois que estão recolhidos presos sem o privilégio que a Lei estabelece aos portadores de títulos universitários'. Também foi denunciada a incomunicabilidade imposta aos acusados, que não podiam manter entrevistas com seus advogados (ARRUDA, 1983a, p. 13).

A incomunicabilidade e o emprego de práticas de tortura eram recursos frequentemente utilizados na fase policial. Era sob esse estado absoluto de tensão e de ameaça que se colhiam os depoimentos dos presos políticos (os depoimentos policiais que correspondiam à primeira fase do processo) que, por sua vez, eram obrigados a assiná-los mesmo não concordando com o que havia sido escrito.

Figura 1: Presos políticos em frente do Presídio do Ahú em Curitiba (PR)
Fonte: Lazier (2005, p. 78).

Geralmente, os delegados da DOPS figuravam como encarregados legais desses inquéritos.

> Além disso, cumpre assinalar que, pela lei, o inquérito é peça meramente informativa, cujo objetivo é servir de base para o oferecimento da denúncia. O inquérito mal nascido, ilegal e clandestino faz com que os atos subseqüentes tragam vício original que compromete a legitimidade da ação penal (ARNS, 1985, p. 174).

Mesmo havendo esse comprometimento demonstrado na fase policial, os inquéritos prosseguiam no trajeto jurídico e eram remetidos às Auditorias Militares, após a sua formalização por meio de um relatório elaborado pelo delegado da DOPS, que destacava a denúncia e o grau de culpa de cada indivíduo envolvido no crime supostamente cometido contra a Segurança Nacional. Iniciava-se, então, o processamento de uma segunda fase: a ação penal que se desenrolaria perante o Poder Judiciário.

Nessa segunda fase, houve uma ênfase, por parte da grande maioria dos presos políticos do Paraná, em seus depoimentos prestados perante o Juiz, do emprego da truculência que os feriu fisicamente e que os abalou emocionalmente. Vários advogados de defesa requereram a

nulidade do processo pelo fato de seus clientes terem trazido à tona que foram torturados nas dependências da DOPS e do DOI-CODI. Além disso, pleiteavam a nulidade do processo por afirmar, ainda, que a DOPS se mostrou incompetente quando montou o inquérito policial-militar, assinalado pela inépcia da denúncia, ou seja, pela inutilidade da mesma.

De acordo com a sentença decretada pela Auditoria da 5ª Circunscrição Judiciária Militar (CJM) a respeito dos envolvidos no IPM, os pontos defendidos pelos advogados de defesa não tiveram fundamentos fortes. Considerando a sentença da 5ª CJM:

> Não é possível falar-se em nulidade do inquérito policial, menos ainda, como 'nulidade insanável'. Mero instrumento informativo do delito, destina-se a habilitar o Ministério Público a formar '*opinio delicti*', manifestando-se, se for o caso, no sentido de propor a ação penal, para que seja conhecida a pretensão punitiva e dada, afinal, a prestação jurisdicional.
> Alegam os doutos advogados de defesa que houve infringência do art. 77 do Código de Processo Penal Militar, por que não contém a peça inaugural, a exigida menção de todas as circunstâncias do fato delituoso, como o local, dia e hora em que ocorreu e o modo de execução, tornando-se assim difícil a elaboração da defesa de seus constituintes [...]. Os réus foram claramente acusados de fazerem 'funcionar o Partido Comunista Brasileiro, através de seus comitês estaduais ou municipais e de suas organizações de base'. Para tanto, aponta o Digno Representante do Ministério Público, o dia e o mês das reuniões realizadas com esse objetivo. O fato é crime, sendo uma das figuras expressamente previstas no artigo nº 43 do decreto-lei nº 898/69 (BNM 551, p. 5603).

A citação acima mostrou o posicionamento da 5ª CJM diante do caso, desarticulando qualquer tentativa, por parte da defesa dos acusados, de invalidar o inquérito, pois ele foi suficiente para apontar o crime cometido. Para a 5ª CJM:

> Com efeito, examinado-se com escrupulosa atenção a prova acostada nos autos, principalmente a obtida através das próprias confissões, tanto no inquérito como em Juízo, demonstram, de forma inegável e irrefutável, que os acusados reorganizaram e colocaram em funcionamento partido político dissolvido por lei, ou melhor, levaram a efeito várias reuniões na casa de Ubirajara Moreira e na casa de Osvaldo Alves. Essas reuniões, de acordo com a prova dos autos, não foram casuais, mas estável, realizando-se em ocasiões e locais diversos, utilizando-se os réus de codinomes e marcação de 'ponto' para os encontros, a fim de facilitar a consecução do objetivo (BNM 551, p. 5623-5624).

Para o Ministério Público Militar (MPM), que aceitou a denúncia e formulou a ação penal, os interrogatórios da fase policial do processo tiveram valor fundamental e, mesmo sendo apontados como irregulares pelos acusados e pelos advogados de defesa, sobretudo por terem sido realizados sob pressão psicológica e, inclusive, tortura física, não foram desconsiderados.

Para o MPM, a validade dos interrogatórios da fase policial era inquestionável. Para os advogados de defesa que se uniram por meio de um discurso único, ou seja, em que se salientava a invalidade das confissões obtidas na DOPS:

> Tal inquérito foi elaborado em clima de medievais violências, coação e temor, como nunca antes visto em igual procedimento, tendo somente redundado na obtenção de CONFISSÕES ADREDEMENTE PREPARADAS, *nec plus ultra*, visto que nada foi apreendido, positivamente no poder dos ora acusados, notadamente pelos defendidos por este instrumento (BNM 551, p. 4917)

Segundo ainda o MPM, o fato de os acusados terem realizado depoimentos em Juízo, dizendo que sofreram torturas, não podia ser levado em consideração, pois isso se tratava de um posicionamento comum. Segundo o MPM:

> Os acusados confessaram minudentemente perante o Encarregado do Inquérito Policial as suas participações nos fatos descritos na denúncia, sendo que, em Juízo a quase totalidade negou a veracidade às imputações, admitindo que as imputações no citado procedimento foram obtidas mediante torturas e sevícias e que as assinaturas foram também colhidas em um clima de tensão e ameaças.
> É evidente que não constitui surpresa para a acusação, já acostumada a tais negativas ensaiadas, constituindo até praxe em um Processo de tamanha envergadura (BNM 551, p. 4859-4860).

Todas as confissões e argumentos, então, levantados pelos acusados durante a fase judicial foram obras de ensaios e mentiras, ponto de vista sustentado pela Promotoria.

O MPM acrescentou ainda:

> O que não se pode admitir, mesmo porque contraria o bom senso e os mais simples princípios de hermenêutica, é pretenderem os réus invalidar as suas confissões no inquérito, sob o fundamento de que foram obtidas sob coação, que sequer apontaram os estigmas dos alegados constrangimentos, ou ofereceram provas contrárias aos demais elementos de convicção deparados tanto na fase indiciária como na instrução criminal, tornando fácil verificar que a negativa de autoria apresenta-se singular e divorciada do conteúdo dos autos (BNM 551, p. 5629).

Ora, apresentar os estigmas, ou as marcas, ou os sinais das torturas seria impossível. Como os acusados poderiam fazer isso? As torturas se deram durante a fase policial, logo quando foram presos, em setembro de 1975 pela Operação Marumbi. E os constrangimentos e a violência carcerária aconteceram nessa época. Muitos antes, portanto, dos julgamentos que ocorreram em 1976.

Mesmo assim, o processo teve prosseguimento e resultou na condenação, em 6 de outubro de 1977, das seguintes pessoas: por 'unanimidade de votos' – Newton Cândido e Francisco Luiz de França

ao cumprimento de quatro de reclusão; João Alberto Einecke, Mário Gonçalves Siqueira, Diogo Afonso Gimenes, Moacyr Reis Ferraz, Flávio Ribeiro, Ildeu Manso Vieira e Ubirajara Moreira ao cumprimento de três anos de reclusão; Genecy Souza Guimarães à pena de dois anos de reclusão. 'Por maioria de votos, 4X1' – Antônio Lima Sobrinho ao cumprimento de três anos de reclusão; Antônio Narciso Pires de Oliveira e Vladimir Salomão do Amarante ao cumprimento de dois anos de reclusão. 'Por maioria de votos, 3X2' – Osvaldo Alves, Antoniel de Souza e Silva, Nicanor Gonçalves da Silva e Eujácio de Almeida à pena de dois anos de reclusão (BNM 551, p. 5653-5654).

As pessoas absolvidas pela resolução do Conselho Especial de Justiça para o Exército foram as seguintes: Luiz Gonzaga Ferreira, Haluê Ymaguti de Melo, Nilton Abel de Lima, Paulo Simião Costa, Antônio Brito Lopes, Arnaldo Assunção, Jodat Nicolas Kury, Jorge Karam, Renato Ribeiro Cardoso, Antônio Cardoso de Melo, Severino Francisco Ribeiro, Berek Krieger, Esmeraldo Blasi Júnior, Jacob Schmidt, Manoel Urquiza, Salim Haddad, Veríssimo Teixeira da Costa, Danilo Schwab Mattozo, Júlio de Oliveira Feijó, Honório Delgado Rúbio, Aldo Fernandes, Humberto Soares de Oliveira, Synval Martins Araújo, Abelardo de Araújo Moreira, Gregório Parandiuc, Zízimo de Carvalho, Teodolino Alves de Oliveira, Severino Alves Barbosa, Pedro Agostineti Preto, José Caetano de Souza, Ceslau Raul Kanievski, Arno André Giesen, Laércio Figueiredo Souto Maior, Antônio Elias Cecílio, Osires Boscardim Pinto, Noel Nascimento, Nelson Pedro Zambom, Lenini Pereira dos Passos, Leonor Urias de Mello Souza, Arnaldo Ramos Leomil, Celestino Jacinto Gomes, Júlio Costa Bonfim, Manoel de Almeida Pina, Carlos Guimarães, Tranqüilo Saragiotto, Paulo Eugênio Sudório e João Batista Teixeira (BNM 551, p. 5654-5655).

Os advogados de defesa das pessoas condenadas à reclusão entraram com a apelação nº 41.949, junto à esfera do Superior Tribunal Militar (STM), a qual se fundamentou no artigo 123, item II, do Código Penal Militar (CPM), disposto no artigo 1º da Lei 6.683 (Lei da Anistia), de 28 de agosto de 1979. Baseando-se nessa lei, os ministros do STM resolveram, por unanimidade de votos, decretar a extinção da punibilidade

dos acusados. Decisão tomada pelo STM em 30 de agosto de 1979. Esse, portanto, foi o ponto final dado ao IPM 745 (BNM 551), absolvendo os condenados da acusação de afrontar os preceitos da Lei de Segurança Nacional.

Considerações finais

Como pudemos constatar, portanto, a 'Operação Marumbi' prendeu vários militantes do PCB. Muitos sofreram torturas, físicas ou psicológicas, e viram colegas de cárcere sendo torturados. Nos depoimentos judiciais analisados, verificamos que a polícia política tinha o propósito de envolver o MDB num esquema que o prejudicasse politicamente. Mais do que encarcerar os políticos do PCB que não representavam uma ameaça iminente à sociedade, já que apenas realizaram reuniões clandestinas para discutir questões pertinentes à re-estruturação do PCB no Estado, o Inquérito Policial Militar 745 (referenciado como BNM 551) visava incriminar os candidatos emedebistas que foram eleitos em 1974, acusando-os de conluio com os militantes comunistas.

Essa era uma forma de vincular o PCB ao MDB. Com a análise realizada sobre essa massa documental, vimos que os políticos do PCB no Paraná tinham um raio de ação muito limitado. Organizaram reuniões clandestinas, o que era inquestionavelmente ilegal dentro do universo político do Estado Autoritário, mas as suas ações não passaram disso e nenhuma medida de enfrentamento concreto e direto contra o governo militar foi tomada.

Por outro lado, para os organismos compromissados com a manutenção da segurança interna, no Paraná, a prisão desses indivíduos podia significar a única forma de mostrarem que eles estavam na ativa e que a subversão ainda se encontrava presente nos vários âmbitos da sociedade. Por isso, deveriam continuar atuando e, principalmente, recebendo as gratificações vindas do governo e de determinados setores empresariais.

Havia, portanto, muito mais uma preocupação com a manutenção de interesses corporativos do que, propriamente, com os possíveis riscos que a presença do comunismo no Estado poderia causar.

Nesse sentido, a intolerância política e a potencialização exagerada da capacidade de enfrentamento dos opositores do Estado Autoritário são elementos fundamentais que serviram como justificativa para o planejamento e a execução da Operação Marumbi. Por meio dos trabalhos realizados pela polícia política, prenderam-se os militantes do PCB, incriminou-se o MDB como partido que servia como reduto do comunismo no Estado, com o objetivo de impedir a retomada da força e da organização dos setores oposicionistas e, ainda, mantiveram-se as engrenagens dos órgãos de segurança e de informação em funcionamento em terras paranaenses. Para resumir: a Operação Marumbi prendeu, torturou e condenou muitos paranaenses, somente pelo fato de lutarem pela democracia e liberdade.

Referências

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil*: (1964-1985). 2. ed. Bauru: Edusc, 2005.

ARNS, Paulo Evaristo. *Brasil*: nunca mais - um relato para a história. Petrópolis: Vozes, 1985.

ARRUDA, João. O processo político movido pela Justiça Militar no Paraná marcou não só pela violência nas prisões, como pelo desrespeito sistemático às leis. *Folha de Londrina*, Londrina, 18 maio 1983. Caderno especial.

ARRUDA, João. Operação Marumbi: repressão. *Folha de Londrina*, Londrina, 17 maio 1983. Caderno especial.

BRUNELO, Leandro. *Repressão política durante o regime militar no Paraná*: o caso da Operação Marumbi na terra das araucárias. Maringá: Eduem, 2009.

D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

LAZIER, Hermógenes. *Paraná*: terra de todas as gentes e de muita história. 3. ed. Francisco Beltrão: Grafit, 2005.

MACIEL, David. *A argamassa da ordem*: da ditadura militar à Nova República (1974-1985). São Paulo: Xamã, 2004.

MARCHI, Carlos. Perseguição ao PCB culmina na morte de Herzog: há 30 anos, a tortura e assassinato do jornalista deixavam marcada a face mais medonha da repressão política no Brasil. *Folha de Londrina*, Londrina, 23 out. 2005. Caderno de política.

PRIORI, Angelo. DOPS: repressão, violência e controle social. *Revista da ADUEM*, Maringá, v. 1, n. 1, p. 21-23, jul./dez. 1998.

SKIDIMORE, Thomas. *Brasil*: de Castelo a Tancredo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.